

**unesp**  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**  
**Faculdade de Ciências e Letras**  
**Campus de Araraquara - SP**

ÁLVARO MARTINS SIQUEIRA

**A CRÍTICA ONTOLÓGICA INCOMPLETA DE TONY LAWSON AOS MÉTODOS  
DEDUTIVISTAS EM ECONOMIA**



ARARAQUARA – S.P.  
2019

ÁLVARO MARTINS SIQUEIRA

**A CRÍTICA ONTOLÓGICA INCOMPLETA DE TONY LAWSON AOS MÉTODOS  
DEDUTIVISTAS EM ECONOMIA**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Conselho,  
Programa de Pós-Graduação em Economia da  
Faculdade de Ciências e Letras –  
Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do  
título de Mestre em Economia

**Orientador: Sebastião Ribeiro Neto Guedes**

**Bolsa: CAPES**

ARARAQUARA – S.P.  
2019

Siqueira, Álvaro Martins

A Crítica Ontológica Incompleta de Tony Lawson aos  
Métodos Dedutivistas em Economia / Álvaro Martins  
Siqueira – 2019

98 f.

Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade  
Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho",  
Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara)  
Orientador: Sebastião Ribeiro Neto Guedes

1. Realismo Crítico. 2. Crítica ontológica. 3.  
Metodologia econômica. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ÁLVARO MARTINS SIQUEIRA

**A CRÍTICA ONTOLÓGICA INCOMPLETA DE TONY LAWSON AOS MÉTODOS  
DEDUTIVISTAS EM ECONOMIA**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Conselho,  
Programa de Pós-Graduação em Economia da  
Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara,  
como requisito para obtenção do título de Mestre em  
Economia

**Orientador: Sebastião Ribeiro Neto Guedes**

**Bolsa: CAPES**

Data da defesa: 12 / 02 / 2019

**MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Presidente e Orientador: Prof. Dr. Sebastião Ribeiro Neto Guedes**  
Universidade Estadual Paulista (UNESP).

---

**Membro Titular: Prof. Dr. José Ricardo Fucidji**  
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

---

**Membro Titular: Prof. Dr. Celso Pereira Neris Junior**  
Universidade Estadual Paulista (UNESP).

**Local: Universidade Estadual Paulista**  
**Faculdade de Ciências e Letras**  
**UNESP – Campus de Araraquara**

## AGRADECIMENTOS

Sempre será difícil mensurar justa e tão brevemente todas as experiências que contribuíram para um trabalho de conclusão. Ainda assim, é preciso expressamente agradecer a pessoas que foram de fundamental importância para o desenvolvimento dessa pesquisa nos últimos dois anos. Independentemente dessas breves palavras, espero que também tenham sentido minha profunda gratidão e respeito no dia a dia.

Início agradecendo ao grupo de amigos e professores que foram diretamente responsáveis pela formação acadêmica no mestrado na UNESP. Destes, faço expressos votos de gratidão ao meu orientador Sebastião, por dispor de uma rara confiança no trabalho de seu orientando, e pelo imenso incentivo para que eu perseguisse o tema desejado. Espero sinceramente ter respondido com sucesso aos votos de confiança. Também agradeço imensamente aos professores avaliadores José Ricardo e Celso, cujo respeito e profissionalismo com relação à pesquisa aqui feita demonstram que a academia ainda pode ser um espaço de discussões saudáveis e extremamente enriquecedoras, apesar das inevitáveis divergências de concepções. Estendo esse agradecimento também a todos professores do PPGE da UNESP de Araraquara, mas menciono especialmente os professores Luciana, Rogério, André e Tatiana.

Nestes dois anos também pude aprender muito com meus colegas de turma e de moradia, aos quais sou grato tanto pelo compartilhamento teórico quando pelos bons momentos de convivência. Sou especialmente grato à Rodrigo, Rafael Duregger, João Sena, Estevão, Eduardo, Gabriel, Pétala, Juliana, Luana e Thiago.

Seria impossível não mencionar a importância que tiveram todos os funcionários e técnicos da UNESP, cuja competência e gentileza são fatores decisivos na composição do ambiente extremamente acolhedor e academicamente estimulante do campus. Agradeço nominalmente ao Marcelo, do departamento de Economia, e à Natalia, da secretaria de pós-graduação.

Por fim, devo agradecer à minha família, cujo apoio emocional e financeiro foi decisivo, especialmente no início do curso. Agradeço a minha mãe Andrea, a minha avó Zenilda, e a meus tios Fabiano e Silvia. Também agradeço ao maestro Ricardo, pois quando me encontrava indeciso sobre cursar um mestrado tão longe de casa, fui apresentado com o experiente conselho de que “o trem da oportunidade não passa duas vezes”.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## RESUMO

Neste trabalho de conclusão, o objetivo principal é analisar a crítica feita pelo autor britânico Tony Lawson aos métodos dedutivistas ou matemático-formalistas que caracterizam a maior parte da pesquisa feita em Economia nos últimos 80 anos ou mais. A hipótese a ser investigada é a de que o autor não realiza uma crítica ontológica dos métodos que critica. A confirmação dessa hipótese traz problemas, pois esse tipo de crítica é fundamental à concepção teórico-filosófica da qual o autor faz parte, o Realismo Crítico. Ao final da análise será possível confirmar que Lawson indica elementos muito importantes para entender a ascensão do projeto matematizante na Economia, mas o autor não realiza uma crítica ontológica completa dessas concepções. Em geral, esse caráter incompleto está diretamente relacionado ao tipo de abstração feita por Lawson, que isola (em determinado nível, por abstração) as práticas teóricas da academia (especificamente em Economia) e acaba por ofuscar a conexão desse tipo de prática com uma concepção totalizante de sociedade. Para se chegar a esse resultado será preciso, no primeiro capítulo, defender que a crítica feita por Lawson ao dedutivismo a partir do Realismo Crítico é válida e, portanto, a presente análise é pertinente. No segundo capítulo, para investigar a hipótese levantada, será preciso, ao mesmo tempo, defender a importância de uma crítica ontológica e mostrar a partir dos textos do autor que ele não realiza esse procedimento. No último capítulo, para compreender as consequências do caráter incompleto da crítica de Lawson e também para uma tentativa de contribuir no debate, apresentamos uma concepção marxista a partir de György Lukács que pode oferecer importantes contribuições para o avanço da crítica levantada por Lawson.

**Palavras-chave:** Realismo Crítico; Crítica ontológica; Metodologia econômica

## ABSTRACT

In this work, the main objective is to analyze the criticism made by the British author Tony Lawson to the deductive or mathematical-formalist methods that characterize most of the research done in Economics in the last 80 years or so. The hypothesis to be investigated is that the author does not perform an ontological critique of the methods he criticizes. The confirmation of this hypothesis brings problems, since this type of criticism is fundamental to the theoretical-philosophical conception of which the author is part, Critical Realism. At the end of the analysis it will be possible to confirm that Lawson indicates very important elements to understand the rise of the mathematical project in the economics, but the author does not realize a complete ontological critique of these conceptions. In general, this incomplete character is directly related to Lawson's type of abstraction, which isolates (at some level) the theoretical practices of academy (specifically in economics) and, with this blurs the connection between this specific practice and a totalizing conception of society. In order to achieve this result, it will be necessary, in the first chapter, to defend that Lawson's critical realist critique of deductivism is valid and, therefore, the present analysis is pertinent. In the second chapter, to investigate the raised hypothesis, it will be necessary, at the same time, to defend the importance of an ontological critique and to show from the author's texts that he does not perform this procedure. In the last chapter, in order to understand the consequences of the incompleteness of Lawson's criticism and also in an attempt to contribute to the discussion, we present György Lukács' Marxist conception, that can offer important contributions to Lawson's criticism.

**Key-words:** Critical Realism; Ontological critique; Economics methodology.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>1 – MÉTODOS EM ECONOMIA: REALISMO CRÍTICO CONTRA O DEDUTIVISMO .....</b>	<b>14</b>
1.1 – Hausman e a blindagem ontológica da ontologia econômica pelo método.....	15
1.2 – A face pretensamente progressista da “elite” teórica da Economia .....	27
1.3 – A crítica de Tony Lawson ao dedutivismo.....	33
<b>2 – O CARÁTER INCOMPLETO DA CRÍTICA ONTOLÓGICA DE TONY LAWSON .....</b>	<b>41</b>
2.1 – Realismo Crítico a partir de Bhaskar: argumentos a favor da crítica ontológica ....	41
2.2 – Uma primeira aproximação ao problema: falta de bom senso filosófico e criticidade dos economistas.....	48
2.3 – O modelo PVRS e a ascensão do projeto matematizante na Economia: um quebra-cabeça ainda incompleto.....	53
<b>3 – CONTRIBUIÇÕES MARXISTAS PARA A CRÍTICA METODOLÓGICA DE LAWSON .....</b>	<b>69</b>
3.1 – Emergência ontológica da ciência e implicações para a crítica de suas práticas ....	70
3.2 – Lukács contra o neopositivismo: principais contribuições para a crítica ao dedutivismo .....	81
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>91</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>94</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo discutir o método contemporaneamente dominante da ciência econômica. Uma boa parte da bibliografia permite visualizar a influência que os textos positivistas e também de autores da filosofia como Kuhn, Lakatos e Feyerabend exercem no método e filosofia da ciência (Fullbrook, 2008; Backhouse, 1994; Caldwell, 1982). Por considerar que essas influências já receberam uma quantidade volumosa de interpretações, pretende-se iniciar o primeiro capítulo com textos de autores relativamente mais contemporâneos e que têm mobilizado argumentos muito prejudiciais ao avanço dos debates metodológicos. Isso não significa que aquele conjunto de autores não seja relevante e, de fato, retornaremos a alguns deles ao longo do trabalho, especialmente os positivistas. Por enquanto, o trabalho se limita a mencioná-los nesta introdução, pois são fundamentais para compreender o pano de fundo teórico no qual estão inseridas as principais questões a serem formuladas nesta pesquisa.

A filosofia da ciência da primeira metade do século XX protagonizou um grande esforço na tentativa de provar que o pensamento legitimamente científico era livre de proposições chamadas metafísicas. Essa mesma filosofia positivista, no entanto, sustentava-se em dois dogmas: i) a convicção na clara distinção entre verdades analíticas (sustentadas por significados independentes dos fatos) e verdades sintéticas (sustentadas por fatos); e ii) a crença de que cada proposição com significado é equivalente a algum construto lógico erigido sobre termos que dizem respeito a experiências imediatas (Quine, 1951). É amplamente difundido hoje que tal concepção positivista revelou-se incapaz de realizar o expurgo do que entendia por metafísica<sup>1</sup>, e que, mesmo nas *hard sciences*, não é possível separar a carga trans-empírica do entendimento necessário em qualquer âmbito da atividade humana: da prática cotidiana às teorias científicas.

O impacto lógico-filosófico de assumir a proposição de que o mundo não se explica unicamente por fatos (abandonando assim os dois dogmas positivistas) mas precisa ser interpretado pelos sujeitos foi bem capturado por Quine (1951, p. 20): “Um efeito de abandoná-los é [...] uma confusão entre a suposta barreira entre a metafísica especulativa e a ciência natural. Outro efeito é uma guinada em direção ao pragmatismo”. Em linhas gerais, a conjectura de Quine foi correta e surpreendentemente precisa. Predominou desde então uma forte

---

<sup>1</sup> Veja-se, por exemplo, os desdobramentos do papel dos termos teóricos e sobre o critério de demarcação do conhecimento científico para os positivistas: os termos teóricos (em oposição a ‘termos empíricos’) deveriam ser totalmente suprimidos, e o critério de demarcação deixaria de fora da ciência tudo que fosse metafísico. Diante da impossibilidade desses pontos do programa, restou para os positivistas do meado do século XX a aceitação dos termos teóricos (e, portanto, da própria metafísica) como internos a esquemas de explanação, com proposições hierarquizadas (Caldwell, 1982).

tendência anti-positivista, pragmática e relativista cuja expansão culminou por dissipar a sólida confiança que os princípios positivistas transmitiam às ciências que os reproduzissem.

E como na Economia o *status quo* de *hard science*<sup>2</sup> era ainda mais valorizado do que é atualmente, os desdobramentos negativos do positivismo na filosofia da ciência e, portanto, do próprio estatuto de ciência da Economia, não podiam ser ignorados. Duayer (2003) argumenta que a discussão na Economia reproduz a disjuntiva filosófica entre realismo e anti-realismo prevalecendo, quase sempre, as posições anti-realistas mais conservadoras. Disjuntiva que pode ser comprovada pelo

[...] rápido flerte da ciência econômica com o popperianismo, seu engajamento mais compromissado com as propostas de Kuhn e Lakatos, passando pela fugaz paixão “libertária e anarquista” com Feyerabend, sem ignorar sua simpatia ocasional pela explicação retórica e persuasória de McCloskey (DUAYER, 2003, p. 4).

Destes, Thomas Kuhn, Imre Lakatos (conhecidos pelas formulações relativistas sobre o crescimento do conhecimento) e Karl Popper (empírico-realista) configuram como expoentes autorizados da literatura em metodologia na segunda metade do século passado. Em larga medida esses autores são o centro do debate em filosofia da ciência moderna e, ainda que indiretamente, sua influência se revelou decisiva na orientação metodológica da Economia frente à impossibilidade do projeto lógico-positivista. Feitas as devidas ressalvas, as discussões atuais em metodologia das ciências sociais parecem ter por lugar-comum o argumento de que “nossos pensamentos, incluídas as teorias, são sociais, por isso históricas e, portanto, relativas” (Duayer, 2003, p. 12).

Sinteticamente, é possível falar sem exagero que o percurso teórico iniciado com o realismo empírico dos positivistas culminou numa compreensão relativista generalizada da realidade social. Se essa compreensão contemporânea, por um lado, permite abandonar uma espécie de monismo epistemológico defendido no começo do século XX, por outro lado ela sustenta um relativismo ontológico acentuado que alimenta as posturas científicas mais pragmáticas. Em outras palavras, em lugar da suposta “verdade dos fatos” positivista, tem-se que tudo são interpretações igualmente válidas dos fatos e, logo em seguida, que o conhecimento científico deve produzir, diante dessa situação incontornável, uma interpretação mais “útil” desses fatos. Por isso, pela ampla renúncia da busca por algo como uma dimensão objetiva do conhecimento, Duayer (2003) defende que as correntes atualmente dominantes

---

<sup>2</sup> Na Economia, a difusão do programa positivista deve muito ao artigo de Milton Friedman – *A metodologia da Economia Positiva* (1953) – que é, possivelmente, um dos mais relevantes trabalhos sobre metodologia e filosofia na ortodoxia econômica. Como afirma Caldwell (1982, p. 173), é “uma obra prima de marketing”, sendo as prescrições de Friedman amplamente aceitas mesmo hoje, a despeito das inúmeras críticas (na maioria das vezes, negativas) não respondidas.

seguramente optam por ceticismo instrumental em lugar de crítica ontológica, evidenciando a inequívoca hegemonia anti-realista.

Fullbrook (2008) aponta, por sua vez, o caráter emblemático da atual imersão teórica da disciplina econômica nas ideias de Kuhn, Popper e Lakatos, que não são economistas, nem cientistas sociais, e que já são falecidos. Ele enfatiza que na marcante coletânea de Roger Backhouse intitulada *New Directions in Economics Methodology* (1994), o capítulo de Tony Lawson (1994a), que defendia uma abordagem realista, parecia estar “sozinho na festa”. O intuito de Fullbrook parece ser mostrar como a discussão em metodologia, mesmo quando se pretende e autodeclara uma novidade, ainda está majoritariamente alicerçada nas mesmas interpretações, e que têm sua gênese no ponto de vista das ciências naturais. Longe de apoiar um afastamento *a priori* de outras disciplinas ou a rejeição de autores “já falecidos”, a observação de Fullbrook permite questionar a ausência de uma perspectiva própria das ciências sociais, que ao menos tenha como ponto de partida o seu próprio objeto de estudo. A imersão na perspectiva do trio de autores mencionados é tamanha que, nessa coletânea de Backhouse, as categorias usadas por Lawson em seu capítulo, como “ontologia”, por exemplo, contrastam com a preponderante referência à Popper, Kuhn e Lakatos nos demais capítulos<sup>3</sup>.

Já a coletânea de Fullbrook, *“Ontology and Economics: Tony Lawson & his critics”*, confere um espaço importante à discussão crítico-realista levantada por Lawson. O posicionamento de Lawson, que é contrastado com importantes autores da filosofia e metodologia da ciência econômica, baseia-se no realismo crítico frente aos métodos da economia. Ainda hoje, o autor considera que mesmo nos círculos de estudiosos da metodologia em economia, poucos se dedicam sistematicamente ao estudo da compatibilidade entre os métodos de análise e os objetos analisados. Ao contrário, o maior interesse dessa literatura “era, e ainda é, mesmo que menos esmagadoramente, epistemologia e especialmente progresso em avaliação de teorias” (LAWSON, 2018, p. 20). Já posição de Lawson é sintetizada por Fullbrook (2008) em dois argumentos principais: (1) o sucesso na ciência depende de encontrar e usar métodos, incluindo modos de raciocínios, *apropriados* à natureza dos fenômenos sob estudo, e (2) que existem importantes diferenças entre a natureza dos objetos de estudo das ciências naturais e aqueles da ciência social (FULLBROOK, 2008, p. 14). Ao longo de dez artigos de críticas e dez artigos em resposta à essas críticas, são discutidas questões que remetem, em maior ou menor grau, a esses dois pontos levantados por Lawson.

---

<sup>3</sup> Muito embora seja importante reconhecer mudanças importantes, como espera-se fazer no primeiro capítulo, na metodologia econômica contemporânea.

Fullbrook (2008) acredita que Lawson pode ser creditado como um dos principais responsáveis pelo princípio de uma mudança geral no debate em metodologia econômica. Hodge (2011, p. 123) avalia que as teses sustentadas por Lawson a partir do Realismo Crítico foram um sinal de alerta para os economistas “em relação às suas pressuposições ontológicas e metodológicas, que geralmente são dadas por certas”.

Mais de duas décadas depois da coletânea de Backhouse, afirma Fullbrook, dificilmente o conceito de ontologia soaria estranho, ao menos para aqueles familiarizados com os debates de metodologia. Diante dos diagnósticos de Duayer (2003) e Fullbrook (2008), Tony Lawson parece suscitar um debate necessário à Economia, pois ao mesmo tempo que confronta com realismo o prestígio das posições metodológicas dominantes, Lawson o faz de um ponto de vista da própria Economia num esforço de compreender a natureza de seu objeto de estudo, e não pela tradicional transposição direta e injustificada dos resultados metodológicos obtidos em outras disciplinas.

Atualmente, existem poucos consensos na ciência econômica e o fracasso social da teoria nas últimas décadas certamente não é um deles. Mesmo assim, tornou-se crescente o número de posições que reconhecem as frustradas teorias econômicas modernas e a necessidade de, no mínimo, uma reorientação efetiva do programa de pesquisa econômica. Lawson (1997; 2003) evidencia esse fracasso da disciplina ao apresentar um conjunto de inconsistências prático-teóricas na teoria dominante. Ele argumenta que práticas (econométricas) que não condizem com a teoria defendida em questão se tornaram um procedimento naturalizado na ciência econômica, de tal forma que fica demonstrado na prática que a teoria dominante não é capaz de lançar luz sobre eventos do mundo real.

Lawson (1997) cita exemplos e relatos das inconsistências prático-teóricas mais comuns ao *mainstream*. À nível de método, o autor chama a atenção para o ato de contrariar a teoria clássica da inferência na econometria “rodando” incontáveis regressões até que as estimativas sejam aceitáveis, além de estipular revisões *ad hoc* de coeficientes para previsões malsucedidas. Sobre a inconsistência no nível da teoria social, Lawson fala de como a teoria, principalmente a ortodoxa, pretende explicar ou incorporar categorias (como escolha, relações sociais, incerteza, mudança, entre outras) que são inconciliáveis com seus pressupostos mais centrais. E, por último, sobre inconsistência no nível da metodologia, tem-se a paradoxal acusação (por parte da ortodoxia) de inutilidade, ineficiência do próprio debate metodológico – a despeito de fazê-lo<sup>4</sup> (Lawson, 1997, pp. 5-13).

---

<sup>4</sup> Um exemplo emblemático deste caso pode ser posto pelo debate entre Backhouse (*Should we Ignore Methodology?*, 1992) e Hahn (*Answer to Backhouse: Yes*, 1992), onde a postura do segundo de negação da

A naturalização destas persistentes e reconhecíveis inconsistências nos últimos cinquenta anos ou mais da Economia lança, nas palavras de Lawson, “considerável dúvida sobre a capacidade de muitas de suas vertentes de explicar, ou até mesmo identificar, eventos do mundo real ou facilitar a avaliação de políticas” (LAWSON, 1997, p. 3). Somam-se a ele posições que, com maior ou menor grau de criticidade, partem do próprio *mainstream*. Colander et al. (2009), por exemplo, também indicam que a economia moderna falha nos seus próprios objetivos de previsão e explanação eficaz dos fatos econômicos. Os autores também defendem, em suas palavras, uma reorientação da Economia:

O fracasso em ao menos prever os atuais problemas do sistema financeiro internacional e a incapacidade de modelos financeiros e macroeconômicos de lançar luz nos presentes eventos reforçam a necessidade de uma grande reorientação nessas áreas e a reorientação de suas premissas básicas (COLANDER et al., 2009, p. 16).

Apesar de discutíveis diferenças entre a natureza das críticas de Lawson e Colander et al. (2009), o movimento de ambos expressa uma avaliação muito semelhante da (in)capacidade epistemológica dos instrumentos cognitivos do *mainstream*. Ambas as críticas podem ser consideradas realistas, o que já constitui um afastamento da maioria das correntes de maior circulação na economia. Mas, então, qual é a especificidade do realismo apresentado por Lawson?

Enquanto Colander et al. (2009) propõem uma crítica lógica à disciplina, com o objetivo de retificar os fundamentos microeconômicos dos modelos macroeconômicos de finanças (i.e., aprimorar a concepção sobre a racionalidade do agente representativo com elementos que permitam aos modelos macroeconômicos atingir o equilíbrio ótimo entre pesquisa e resultados empíricos, leia-se previsões), Lawson procura trazer uma contribuição radical em relação aos métodos de análise e critérios aplicados pelo *mainstream*. Uma diferença fundamental da crítica de Lawson é que o autor não propõe unicamente a substituição de axiomas irrealistas por outros realistas, mas também um redirecionamento em como a disciplina econômica lida com a investigação a respeito do ser das coisas, deixando de ignorar a ontologia para tratá-la como assunto cientificamente decisivo.

Pode-se afirmar, em primeiro lugar, que esse posicionamento é significativamente mais radical. Mas, além disso, é importante destacar que não se trata de um realismo que não emerge somente de, e para onde conseguir satisfazer as, necessidades empíricas imediatas da disciplina. Ao contrário, questiona, como será visto no primeiro capítulo, a relevância da capacidade de previsão como principal critério teórico, a forma como são entendidas forças causais que

---

relevância da discussão metodológica é enfática e de longa data, apesar dele próprio assumir que tenha discutido e publicado de maneira considerável sobre problemas metodológicos.

operam na economia, que implica a necessidade de uma concepção atomizada da realidade, etc. Em geral, de maneira ainda preliminar, pode se dizer que a crítica feita por Lawson é uma crítica da figuração geral de mundo pressuposta pela atividade acadêmica da ortodoxia. Essa crítica, como tal, pode se apresentar como crítica legítima dos fundamentos que requerem as concepções equivocadas em economia e, portanto, como *crítica explanatória*, ou *ontológica*, assunto a ser melhor desenvolvido no primeiro capítulo, mas que será brevemente anunciado nos próximos parágrafos.

Segundo o autor, a concepção científica dedutivista<sup>5</sup>, que supõe a busca por regularidades do tipo “sempre que  $x$ , então  $y$ ”, e é dominante em Economia, está limitada ao objetivo social de controle e manutenção marginal de um determinado estado das coisas. Como esse tipo de regularidade não pode ser diretamente observada nas relações econômicas (e nem no objeto das ciências naturais, conforme defende Bhaskar (1975 p. 23)), sua apreensão requer condições de fechamento do sistema. Por esta razão muitos dos resultados mais significativos da ciência econômica não são (e não podem ser) expressos na forma “sempre que evento  $x$ , então evento  $y$ ”, mas na forma “sempre que evento  $x$ , então segue-se o evento  $y$ , desde que as condições  $e$  sejam mantidas”, onde  $e$  equivale à uma descrição de circunstâncias fixas que possibilitem a regularidade entre  $x$  e  $y$  (Lawson, 1997, pp. 27-8).

O realismo crítico, por outro lado, oferece a possibilidade de mudança estrutural através da crítica da sustentação dessas estruturas. Segundo Lawson, uma reorientação crítico-realista habilita o objetivo de mudar características ou aspectos da sociedade através da transformação das concepções sociais nas quais essas características e aspectos tem sua existência vinculada. Com a “crítica explanatória”, que cumpre a mediação dessa transformação estrutural,

[...] mostra-se que crenças são inadequadas ao seu contexto. Este cenário foca na possibilidade crítica, exclusiva às ciências sociais (i.é., não às naturais), onde pode ser possível transformar um conjunto de estruturas por facilitar alteração na maneira em que cada uma delas é entendida. Especificamente, a possibilidade crítica reside no potencial das ciências sociais de tanto identificar discrepâncias entre os objetos sociais e concepções gerais sobre e expectativas de ou relevante para esses objetos, e também de fornecer uma explicação para tais discrepâncias, i. é., identificar as causas sociais responsáveis (LAWSON, 1997, p. 290).

A crítica explanatória, como é conhecida por Lawson (1997), e no realismo crítico, possui os mesmos elementos centrais que a “crítica ontológica” defendida pelo filósofo marxista Gyorgy Lukács, conforme assinala Medeiros (2013, p. 2; 35). Daqui em diante

---

<sup>5</sup> Segundo Lawson o modo de explicação dedutivista pode ser designado a qualquer teoria ou corrente teórica que seja sustentada pela concepção de leis causais enquanto regularidades de eventos. Este método teve sua formulação clássica nos modelos de *covering-law* (Hipotético-Dedutivo, Nomológico-Probabilístico, etc) e expressa relações do tipo “sempre que acontece o evento  $x$ , então decorre o evento  $y$ ” (Lawson, 1997, p. 16). Uma análise detalhada dos modelos *covering-law* de explicação científica pode ser encontrada em Caldwell (1982).

usaremos o termo crítica ontológica como equivalente à crítica explanatória. A compatibilidade da essência desses procedimentos pode ser constatada por meio da comparação da noção já apresentada de crítica explanatória com a síntese de Medeiros (2013), na qual a crítica ontológica refere-se, na verdade, a um tríptico procedimento crítico:

- (1) a demonstração da falsidade das crenças ou teorias criticadas;
- (2) a simultânea apresentação de uma explicação alternativa e mais abrangente da causalidade de fenômenos anteriormente significados através das crenças ou teorias em questão;
- (3) a indicação dos motivos reais que levam à produção e sustentação das concepções equivocadas, mistificadas e/ou ilusórias e, ainda, das condições sociais que facultam a própria crítica (MEDEIROS, 2013, p. 35-6).

Sublinhamos aqui a possibilidade, que a nosso ver é crucial, de “fornecer uma explicação para tais discrepâncias, i. é., identificar as causas sociais responsáveis” ou, igualmente, a “indicação dos motivos reais que levam à produção e sustentação das concepções equivocadas, mistificadas e/ou ilusórias”. Se Lawson, que é um dos principais proponentes do realismo crítico nas ciências sociais, faz de fato uma crítica ontológica dos métodos utilizados no *mainstream* da Economia, então seu argumento precisa conter a descrição da razão de ser desses métodos. Isto é, precisa mostrar os elementos que fazem com que o apego às concepções *dedutivistas* seja socialmente necessário.

Em uma série de livros e artigos Lawson sustenta teses que são apresentadas como novas possibilidades de (re)orientação ontológica<sup>6</sup> na economia. O ponto central de sua proposta de reorientação consiste em defender que a Economia pode avançar radicalmente em termos de capacidade explanatória e correspondência com o seu objeto de estudo, se levar em consideração temas como a ontologia que ela pressupõe.

A proposta de Lawson consiste então, grosso modo, em habilitar o debate explícito sobre as concepções gerais dos objetos sociais que são requeridas para a correta realização da atividade científica na economia. Essa proposta prescinde, ela mesma, de argumentos críticos que expliquem o fracasso da concepção do *mainstream*. Com este trabalho, esperamos poder discutir então, a natureza da crítica (e do projeto de reorientação) da Economia feita por Lawson, a partir da corrente metodológica do próprio realismo crítico. Em outras palavras, o objetivo principal desta pesquisa é investigar se Lawson faz, ou não, uma crítica ontológica do *dedutivismo*, e qual a consequência potencial da crítica para o conjunto desses métodos

---

<sup>6</sup> Ontologia, em sua designação mais geral, diz respeito ao ser ou natureza das coisas. Aqui, especificamente, o termo ontologia remete à uma *ontologia científica*, ou concepção geral de ciência que subsidia o conhecimento de seu objeto de estudo, conforme em Bhaskar (1975, p. 19).

econômicos. Responder essa pergunta também envolve indicar como se delimita a prática social que requer o modo dedutivista de raciocínio. Espera-se discutir esse tema no terceiro capítulo.

Caso seja possível confirmar que essa crítica ontológica não pode ser encontrada na obra atual de Lawson, por não conseguir mostrar os fundamentos reais que fazem as posturas equivocadas continuarem a se reproduzir, então será possível tentar indicar, através de autores que também defendem/realizam esse procedimento crítico, como Lukács (2012; 2013), Bhaskar (1975;1979) e Marx (2013)<sup>7</sup>, em que sentido o argumento crítico de Lawson pode avançar para que se alcance uma crítica ontológica ou explanatória. A indicação das tendências reais<sup>8</sup> que requerem essas concepções equivocadas, se necessária, será feita no terceiro capítulo.

Por isso, para o terceiro e último capítulo, cujo título provisório é “Para uma crítica ontológica de algumas tendências do *mainstream* da economia”, pretende-se fazer uso do trabalho de Lukács (2012), especialmente do capítulo “Neopositivismo e existencialismo”, por que este capítulo permite indicar que é possível realizar uma crítica ontológica dos métodos dedutivistas. Lukács (2012; 2013), ao contrário de Lawson (1997; 2003), não é um interlocutor direto da ciência econômica. Apesar disso, o filósofo húngaro apresenta uma defesa do realismo ontológico e uma crítica da corrente neopositivista que pode ser compatível com o argumento de Lawson contra a concepção científica que é basilar do *mainstream*. Além disso, espera-se ser possível encontrar em Lukács o elemento distintivo da crítica ontológica, que é explicar por que as crenças criticadas são e tendem a continuar a ser reproduzidas, apesar de falsas. Com isso, Lukács oferece uma explicação que é, simultaneamente, compatível com as principais concepções filosóficas do realismo crítico, e também muito mais conectada com uma compreensão do sistema de produção e das relações concretas que são decisivas na sociedade capitalista.

## **1 – MÉTODOS EM ECONOMIA: REALISMO CRÍTICO CONTRA O DEDUTIVISMO**

É importante assinalar que muitas proposições do positivismo do início do século passado ainda são muito influentes na Economia (Caldwell, 1982; 2013), apesar das negativas retóricas por parte das correntes dominantes. Contestando essa influência positivista Hausman (1992), por exemplo, defende que as concepções de modelo, teoria, escopo de análise e método

---

<sup>7</sup> A defesa da existência desse procedimento em Marx para A Ideologia Alemã e O Capital pode ser vista em Monfardini (2016).

<sup>8</sup> O caráter real dessas tendências refere-se ao nível de realidade em que operam. Como será apresentado no primeiro capítulo, para o Realismo Crítico, tendências reais provocam, facilitam ou não a ocorrência e percepção de fenômenos, nesse caso a disseminada concepção dedutivista de ciência.

dominantes na prática dos economistas neoclássicos não são mais compatíveis com as noções lógico-positivistas apontadas pela crítica metodológica da heterodoxia. Para Hausman (1992), o caráter de ciência separada (das demais ciências) e inexata (em relação às aplicações dos postulados fundamentais) da Economia implica que ela não deve ser analisada pelos seus axiomas, mas pela capacidade de adequar seus modelos particulares às leis fundamentais de uma teoria geral de equilíbrio, que é expressão “inequívoca” e “conhecida” da natureza humana.

Mais recentemente, o argumento defensivo das correntes dominantes é o de que as críticas feitas à teoria hegemônica estão desatualizadas e não são mais capazes de se dirigir à teoria econômica contemporânea. Segundo Colander et al. (2004), “a economia está se distanciando da aderência estrita à santíssima trindade – racionalidade, egoísmo e equilíbrio – para uma posição mais eclética de comportamento intencional, auto-interesse esclarecido e sustentabilidade”. A noção de que o termo “neoclássico” está inutilizado frente às mudanças contemporâneas da teoria econômica é compartilhada também por Davis (2008).

Contra esse recurso evasivo das correntes principais da economia, é importante afirmar que se encontram intactas as características mais relevantes do *mainstream*, como a necessidade de modelagem em sistemas fechados, a redução do que é relevante na realidade ao âmbito empírico, e a interdição de um debate comprometido com o estudo da natureza dos objetos sociais. Em poucas palavras, embora o *mainstream* sustente que já superou as críticas recebidas, parece ainda mais evidente que o movimento de blindagem das concepções ontológicas dominantes requer o aprofundamento das críticas metodológicas. Assim sendo, consideraremos alguns argumentos desses últimos autores antes de prosseguir com a crítica feita por Lawson.

### **1.1 – Hausman e a blindagem ontológica da ontologia econômica pelo método**

Hausman (1992) faz ao mesmo tempo uma defesa e um argumento propositivo aos praticantes da economia neoclássica. A exposição da posição de Hausman permitirá identificar uma certa concordância entre ele e Lawson quanto ao caráter “transcendental” dos elementos causais relevantes para a ciência econômica. Contudo, enquanto Lawson propõe lidar com essa condição de forma “crítica”, Hausman se mostra mais conformado com uma situação que ele próprio designa como “dogmática” (embora o Hausman reconheça um certo “dogmatismo”, ele não acredita que isso seja razão suficiente para abalar a cientificidade da Economia). A exposição dos argumentos principais de Hausman será organizada por nós em três etapas. Hausman i) defende que a economia não é dedutiva no mesmo sentido dos lógico-positivistas e nem que pode ser simplesmente enquadrada nos esquemas metodológicos de Kuhn e Lakatos;

ii) postula que uma estratégia para economia, que, para ter poder explanatório diante das relações inexatas que investiga, precisa ter uma estrutura separada das demais ciências; e iii) defende que em decorrência dessa estratégia, o método mais apropriado seria o *método dedutivo a priori*, inspirado em contribuições metodológicas de John Stuart Mill.

Para distanciar a concepção de modelos e teorias dos economistas daquelas concepções positivistas, Hausman recorre às formulações clássicas sobre modelos lógicos. Esses modelos, lembra Hausman, constituem um conjunto verdadeiro de sentenças que descrevem e especificam elementos que podem ser deduzidos. As sentenças são sempre postas em termos formais, que possibilitem exprimir uma estrutura sintática, livre de conteúdo. Por exemplo, “ $(x)(Fx \vee \sim Gx)$ ” diz que “todo F ou não G” será uma sentença verdadeira se F= mortal e G= humano, pois pode-se deduzir que todo humano é mortal mas nem tudo que é mortal é humano; mas será falsa se F= azul e G= vermelho, pois é contraditório afirmar que todo azul é vermelho. Os modelos, que sempre precisam ser interpretados e podem se aplicar a diversos casos, servem ao propósito de evidenciar a conexão lógica formal entre distintos problemas, poupando esforço lógico de análise e permitindo passar diretamente para a resolução dos problemas lógicos, sem “distrações semânticas”. Não é sobre esse tipo de modelo logicista, explica Hausman, que os economistas falam quando se referem a modelos (como costuma ser feito por críticos heterodoxos).

Por outro lado, Hausman também rejeita a variante semântica de Federick Suppe e Bas van Fraassen que sugere que se deve interpretar teorias como o conjunto de modelos dos quais as sentenças de qualquer formulação particular podem ser verdadeiras [be true of], ao invés de qualquer coisa linguística ou mesmo sentencial (Hausman, 1992, p. 73). A alternativa apresentada pelo autor é conceber teorias científicas não como puramente sintáticas ou semânticas, mas como conjuntos de proposições causais que devem ser interpretadas. Essa abordagem é mais adequada pois permite levar em conta tanto as teorias quando suas reformulações.

Como a ciência, além de oferecer definições sob forma de modelos, também propõe hipóteses teóricas que dizem se um novo termo é parte de algum sistema efetivo, então é preciso considerar essas duas partes da ciência. Os economistas, destaca Hausman, fazem mais do que meramente definir um sistema econômico em equilíbrio. Ao usar a microeconomia para explicar ou predizer, eles também afirmam que alguns objetos econômicos, ao menos em algum grau de aproximação, fazem parte do sistema em equilíbrio. É claro que essa cisão é uma construção ideal, pois na realidade teorizar e modelar não podem ser nitidamente separados, como mostra a crítica de Quine (Hausman, 1992, p. 302) à distinção analítico-sintético

(proposições sintéticas são proposições sobre o mundo, verificáveis na experiência; proposições analíticas são proposições cuja verdade ou falsidade depende unicamente da lógica do significado dos termos).

O que é importante assinalar é que esse sentido de “modelo” é diferente da noção lógico-positivista. Naquela noção, um modelo é uma interpretação de sentenças de uma teoria na qual todas precisam resultar verdadeiras. Modelos do tipo que Hausman fala, ao contrário, são definições e são constituídos por conjuntos de suposições. Eles não têm nada a ver com a interpretação semântica de teorias como conjuntos de sentenças.

A ciência permite não apenas a criação de modelos, mas também oferecer hipóteses teóricas que sustentem que o modelo se aplica ao mundo. Ao definir um sistema simples de consumo e oferecer a hipótese teórica de que o sistema é constituído por quatro elementos Alice, café, a outra mercadoria que abrange todo o resto, e a renda de Alice, então está sendo dito que todas as suposições do modelo são verdadeiras para os aspectos relevantes da realidade – isto é, diz-se que o café é infinitamente divisível, que Alice possui uma curva de indiferença côncava, crescente e funções de utilidade diferenciáveis, e por aí em diante. Da hipótese teórica chega-se ao que Hausman chama de “fechamento” das suposições do modelo. Apesar de os termos da suposição não serem livres de interpretação, as suposições não dizem para qual domínio o sistema de entidades é aplicável.

Fechamentos por suposições são proposições genuínas que não podem ser classificadas como falsas ou verdadeiras. Por exemplo, pode-se assumir que as preferências do agente são completas, contínuas e transitivas e que os agentes escolhem o que eles mais preferem (ou seja, definindo-os como racionais). Ao fazê-lo, não está sendo dito nada sobre se as preferências das pessoas são de fato completas, contínuas ou transitivas, ou se esses indivíduos maximizam. Mas, tendo estabelecido a definição de racionalidade, mesmo sem ter dito nada sobre o mundo, está sendo fornecida a base para fazer alegações sobre o mundo. Pode-se, por exemplo, descobrir que em certos domínios as pessoas não são racionais, ou que as pessoas são em sua maioria racionais, etc. Formular o modelo proporciona uma abreviação útil, e além disso define as consequências de exploração lógica, conceitual e matemática da racionalidade definida (Hausman, 1992, p. 75-6).

Em resumo, a noção de modelos defendida por Hausman para a economia é aquela em que modelos são definições de sistemas livres de conteúdo. Ou seja, que não dizem, ao menos diretamente, nada sobre o mundo. Assim sendo, é “um erro categórico” perguntar se modelos são falsos ou verdadeiros. Para Hausman, o objetivo dos modelos consiste em “exploração conceitual e em proporcionar meios para elaborar proposições que podem ser testadas e ditas

falsas” (HAUSMAN, 1992, p. 78). As teorias são, por sua vez, essas proposições causais assertivas do mundo e que podem ser classificadas como verdadeiras ou falsas. Assim, “um modelo pode ser usado para afirmar uma teoria geral, para explicar ou para prever, ou meramente para dizer um fato sobre um indivíduo” (HAUSMAN, 1992, p. 78), embora não faça isso diretamente.

Todo o percurso feito por Hausman para caracterizar o que a economia entende por modelos seria muito menos relevante se a disciplina fosse somente um conjunto desarticulado de teorias e modelos. No entanto, como afirma o autor, (Hausman, 1992, p. 82), não é interessante entender a ciência econômica (neoclássica) como um conjunto desarticulado de teorias e modelos. Sem entender o que une e direciona as investigações teóricas, sabe-se pouco sobre a teorização econômica. Por isso, é preciso discutir, na concepção do autor, a estrutura específica e própria da disciplina econômica que vincula diferentes modelos e teorias. De antemão, o elemento unificador ao qual se refere é a teoria do equilíbrio e seus postulados. A partir dessa exposição será possível apresentar a proposta de Hausman de *método dedutivo a priori*. Com isso também será possível, posteriormente nesse capítulo, defender que a crítica feita por Lawson ao *dedutivismo* e à *falácia epistêmica* seguem válidas, apesar dos argumentos de Hausman.

Antes de fornecer sua própria descrição da estrutura específica da economia, Hausman revisa alguns aspectos centrais das filosofias de Thomas Kuhn e Imre Lakatos, para indicar que a contribuição desses autores, que estavam preocupados em superar a visão lógico-empiricista de teorias científicas, não é suficiente para caracterizar a economia enquanto ciência. Hausman considera as contribuições desses filósofos na medida em que são auxiliares para a elaboração de sua própria concepção sobre a economia.

A partir de uma leitura da noção de matrizes disciplinares desenvolvida por Kuhn<sup>9</sup>, Hausman afirma que essa estrutura não se adequa muito bem ao que fazem os economistas. Conforme o autor, o papel dos pressupostos e das leis fundamentais de equilíbrio não estão muito bem descritos nas categorias de Kuhn. Dessa incompatibilidade, não deriva que a prática dos economistas é desprovida de cientificidade pois, no argumento de Hausman, Kuhn não oferece nenhuma base normativa para defesa da sua concepção de matrizes disciplinares, e nada no seu trabalho oferece a base para criticar a economia. Por isso ele conclui que a abordagem

---

<sup>9</sup> Para os comentários completos de Hausman, ver (1992, p. 83-90). Kuhn é mais conhecido pelo uso da noção de paradigmas, mas ele posteriormente passa a chamá-los de matrizes disciplinares, que são constituídas de quatro componentes: *generalizações simbólicas*, *comprometimentos metafísicos* e *heurísticos*, *valores* e *exemplares*.

de Kuhn não fornece uma estrutura capaz de melhorar a descrição de economia que já foi oferecida a partir de modelos e teorias.

Lakatos procura defender uma versão sofisticada da visão Popperiana, que chama de ‘falsificacionismo ingênuo’, em contraposição ao seu ‘falsificacionismo sofisticado’. Hausman considera a heurística negativa ou o núcleo rígido lakatosiano mais amplo do que as generalizações simbólicas de Kuhn, pois os comprometimentos metafísicos e analogias (modelos) preferidos também poderiam pertencer ao núcleo rígido. A heurística positiva consiste de instruções sobre como usar o núcleo rígido para gerar modelos específicos e como modificar teorias que se defrontam com anomalias, ou problemas não imediatamente solucionáveis.

Hausman também considera o esquema de Lakatos insuficiente para uma descrição precisa da prática teórica na Economia. Em primeiro lugar, as definições de núcleo rígido e a heurística positiva são demasiadamente amplas, de modo que Lakatos permite entender algo da produção abstrata de conhecimento, mas ilumina muito pouco a estrutura interna de dimensões da economia como a microeconomia. Em segundo lugar, não é claro onde deve-se especificar as noções de economia, se no núcleo rígido ou na heurística positiva. Hausman alega que uma orientação lakatosiana impele ao gasto desnecessário de tempo tentando descobrir qual é o verdadeiro núcleo rígido da economia, enquanto fica de lado a questão importante de que a maioria dos modelos neoclássicos abrigam pressupostos da teoria do equilíbrio. Em suma, tanto Kuhn quanto Lakatos, para Hausman, falham em captar a essência da cientificidade da economia pois a estrutura programática que oferecem sobre a prática científica não permite ressaltar adequadamente os pressupostos de equilíbrio que norteiam a prática científica dos economistas.

Segundo o autor, o trabalho teórico na economia assume a forma de elaboração de modelos e a investigação matemática de suas propriedades. Esses modelos possuem axiomas e pressupostos que podem ter a função de reformular o núcleo da teoria ou modelo, simplificar informações sobre mercadorias, mercados, tipo de competição, etc., ou então delimitar o escopo dos fenômenos aos quais a análise se direciona. Como assinala Hausman, todos esses tipos de pressupostos são feitos tendo em vista a possibilidade de derivações matemáticas e comparação entre propriedades comuns à conjuntos de modelos. Assim, quando os modelos são aplicados para previsão ou explanação de eventos do mundo real, os economistas deixam ao menos tacitamente explícito que os pressupostos dos modelos que utilizam são aproximadamente verdadeiros ou não essenciais.

Além disso, os modelos da economia positiva (neoclássica) se enquadram em modelos de equilíbrio parcial, nos quais ignora-se a dependência geral do fenômeno, ou modelos de equilíbrio geral. E é importante sublinhar que nem sempre um modelo geral significa maior complexidade pois, como afirma Hausman, alguns desses modelos são muito simplificados e lidam com um pequeno número de mercadorias. A explanação na economia (neoclássica) geralmente também envolve um exame de como o equilíbrio pode se alterar em resposta a mudanças nas condições iniciais. A definição de racionalidade é crucial e indica que a economia é duplamente uma teoria de como as pessoas se comportam e como elas se comportariam ou deveriam se comportar. A teoria do equilíbrio oferece premissas para o argumento de que a competição perfeita é algo moralmente bom e, enfim, essa teoria molda todo o empreendimento teórico da disciplina.

Esses elementos sumariamente indicados exprimem uma prática de pesquisa que, embora carregue semelhanças evidentes com a estrutura de ciência descrita por Kuhn e Lakatos, não está totalmente contida nessas contribuições. Ao avançar na caracterização da economia, Hausman procura deixar ainda mais nítida essa limitação. Como afirma, a economia não é definida em função de um domínio de aplicação, mas sim em termos dos fatores causais com os quais está preocupada. Para Hausman, a economia tem um domínio distinto, no qual seus fatores causais predominam (1992, p. 92), e as leis dos fatores causais preponderantes nesse domínio já são bem conhecidas. Essas leis são as causas principais dos fenômenos econômicos e constituem proposições do tipo ‘mais é melhor do que menos’. A teoria econômica, ao empregar essas leis, produz uma explicação uníssona, completa, mas inexata de seu próprio domínio. Seus modelos exploram as implicações específicas das leis gerais mais importantes. Por outro lado, como o fenômeno econômico é definido em termo das causas com as quais a economia está preocupada, ou seja, as leis fundamentais, então a teoria econômica oferece uma explicação de todos os fenômenos econômicos e constitui, portanto, uma teoria completa. Note-se que, como as leis fundamentais são “bem conhecidas” e, ao mesmo tempo, o domínio que a economia investiga é aquele circunscrito ao efeito dessas leis, então não é nenhum exagero imputar à economia a mesma crítica de circularidade que é feita à Lakatos.

De fato, Hausman, afirma que o objetivo explanatório da economia, que é completa porém inexata, é justamente traçar os fenômenos econômicos (definidos por ela própria) de volta para os fatores econômicos causais mais fundamentais. Sendo as causas já bem conhecidas, a tarefa consiste na reafirmação de noções pré-estabelecidas. A teoria, então, não analisa em outro âmbito social (não-econômico) as origens das circunstâncias analisadas e nem dá espaço para a como qualquer uma dessas circunstâncias pode reagir ou modificar o efeito

econômico. Em outras palavras, a economia é uma disciplina que, além de projetar proposições gerais inexatas sobre os fenômenos que estuda, se caracteriza pelo distanciamento de formas de análise que não carreguem como pressuposto as “bem conhecidas” leis fundamentais. Como ciência separada, a economia é submissa a um monismo metodológico e destituída de interdisciplinaridade – seja ela advinda de qualquer outra ciência<sup>10</sup>.

Como afirma Hausman, nesse contexto,

As generalizações de psicólogos e sociólogos não são bem-vindas na teorização econômica. [...] Além do mais, ao contrário do que ocorre na física ou biologia, a busca por leis fundamentais não é parte da economia, pois os princípios fundamentais já são razoavelmente bem conhecidos e são, de qualquer forma, exteriores a disciplina. Elas são simples generalizações evidentes à introspecção ou à experiência cotidiana. O trabalho dos economistas é em refiná-las e em clarificar quais dessas generalizações são necessárias para a explicação e previsão do fenômeno econômico, mas os economistas não estão comprometidos com uma busca por leis (1992, p. 94-5)

A “ciência econômica pura” é, então, constituída por uma única lei (ou teoria) que é refinada e aplicada. Embora outras forças afetem o resultado econômico, a estrutura particular da economia é separada. Portanto uma contribuição só é legítima se partir do domínio da própria economia, ou seja, se puder ser demonstrado que ela segue a teoria do equilíbrio e correlatas generalizações sobre crenças, preferências e restrições, como o ciclo de vida Modigliani e a hipótese da renda de Friedman. Nesse caso, como afirma Hausman (1992, p. 96-7), as contribuições não configuram hipóteses ad hoc pois nem ameaçam a unidade explanatória da teoria do equilíbrio. Embora uma analogia possa claramente ser feita com o núcleo rígido de Lakatos, o autor lembra que existe (ainda) mais elementos dentro do núcleo da microeconomia do que na categoria proposta por Lakatos.

Com isso, mostramos que Hausman defende que a economia não é dedutiva no mesmo sentido dos lógico-positivistas e que ela não é suficientemente bem representada pelas categorias oferecidas por Kuhn ou Lakatos. Também mostramos que a descrição direta de economia apresentada por Hausman carrega uma explicação para a estratégia da disciplina, que é se separar das demais ciências. Agora, trataremos brevemente do aparato metodológico que, segundo Hausman, resolve o problema da inferência para o caso dos economistas – o *método dedutivo ou a priori*. Na sequência argumentaremos que os problemas desse método reforçam a relevância da crítica feita por Lawson, apesar do esforço de Hausman em neutralizar boa parte das críticas metodológicas feitas em Economia.

---

<sup>10</sup> Embora seja um defensor da economia neoclássica, nem mesmo Hausman deixa de expressar uma avaliação crítica diante dessa postura, pois, segundo ele, a teorização derivada da estrutura da economia é injustificadamente dogmática (Hausman, 1992, p. 274).

A noção de ciência inexata, assim como a maneira pela qual os economistas podem produzir conhecimento a partir desse fato, são diretamente influenciadas pelo pensamento de John Stuart Mill, que entende que o método da economia é essencialmente dedutivo ou a priori. Em linhas gerais, os economistas frequentemente sabem as causas dos fenômenos econômicos, porém ‘interferências’ ou ‘forças perturbadoras’ – aqueles elementos que se encontram fora do domínio econômico, por motivos já citados – impedem a apreensão direta das causas principais dos fenômenos. Diante disso, o fundamento dos economistas para negar ou aceitar teorias não é dado pelo sucesso ou fracasso das previsões, mas pela capacidade da teoria em questão de confirmar as ‘leis básicas’. Ou seja, a economia precisa estabelecer suas conclusões de maneira apriorística ou dedutiva, neste sentido.

Segundo essa linha de análise, a economia é uma ciência de tendências, porém suas proposições, que são ‘verdadeiras’ no nível abstrato, só poderiam sê-lo no nível concreto na ausência das causas perturbadoras. As únicas leis precisamente estabelecidas seriam aquelas que podem ser sustentadas para os fenômenos em todos os casos, enquanto as leis que afetam os fenômenos em apenas alguns casos, ou que o façam de maneira ‘mais sutil’, ainda não foram suficientemente estudadas e conhecidas para permitir aplicações mais amplas. Em oposição à inexatidão da economia, o exemplo mais evidente de uma ciência exata, para qual todos os fenômenos respondem a uma mesma lei ou teoria, e não são perturbados por outras forças significativas, é a astronomia.

Na economia, ou, conforme a nomenclatura usada por Mill, na “ciência da natureza humana”, o caráter de *ciência* inexata é posto em evidência pela possibilidade de conectar dedutivamente as leis empíricas às leis universais da natureza humana. Por exemplo, as generalizações empíricas envolvendo oferta e demanda de mercado podem ser derivadas a partir de ‘leis’ universais da teoria de equilíbrio. Desse fato resulta a cientificidade legítima, porém inexata, das leis da ciência econômica. Como a economia conhece apenas as leis universais, ela não pode afirmar precisamente o que ocorre. É nesse sentido que ela é uma ciência inexata e isso, assinala Hausman, não é uma limitação de dados ou limitação matemática, é uma condição da ciência econômica que deriva da sua estrutura.

Para essa condição essencial da economia, resta o método dedutivo ou a priori de Mill. Esse método, relembra Hausman (1992, p. 143), não corresponde ao método H-D (hipotético-dedutivo), criticado também por Mill. O método dedutivo ou a priori consiste de três estágios. No primeiro deles, as leis gerais são estabelecidas por meio de indução, e para isso não é relevante se há evidências, pois pouca ou mesmo nenhuma da evidência disponível será diretamente decorrida de fenômenos complexos. O segundo estágio é estabelecer leis

específicas para os objetos de interesse a partir das leis gerais ou fundamentais já estabelecidas. Por fim, no terceiro estágio, deve-se verificar os resultados dedutivos das leis específicas para as leis gerais.

Note-se que com isso não são testadas as leis gerais, mas somente as consequências inexatas que se referem ao objeto em questão. Ou seja, como muitos dos fatores relevantes são deixados de fora, não é possível saber ou testar o quão precisas ou confiáveis são as leis específicas que foram deduzidas para os objetos a partir das leis gerais. Assim, quanto mais complexos são os fenômenos, menos pode-se estudá-los diretamente em relação as leis gerais e mais será preciso estabelecer bases dedutivas de explanação, com leis que podem ser estabelecidas independentemente das leis gerais mas precisam estar em acordo com elas no estágio da dedução. O um elemento de importante destaque no método defendido pelo autor é a circularidade lógica, ou melhor, blindagem ontológica das leis gerais. Elas são estabelecidas sem a necessidade de avaliação crítica, e a partir de noções pré-estabelecidas. Esse método supõe que as concepções fundamentais sobre a natureza humana, que podem ser chamadas de ontológicas, são indiscutíveis, fruto de uma certeza inabalável.

Na formulação adotada por Hausman, essas leis não dizem o que inevitavelmente acontece, mas o que aconteceria na ausência de outros fatores causais que influenciam os eventos. Mostram, numa terminologia mais familiar, o que aconteceria *ceteris paribus*. Dessa forma, parecerá difícil rebater as críticas feitas por Lawson quando este conclui que a economia fica reduzida a um conhecimento que não diz respeito ao mundo real<sup>11</sup>.

Se a inexatidão da economia defendida por Hausman acentua o caráter dogmático e, portanto, reduz o espaço para auto-avaliações críticas de seus próprios postulados, essa tendência é ainda mais reforçada pela condição de ciência separada. Ao discutir problemas específicos de aplicabilidade desse método para a economia, Hausman (1992, p. 145) menciona uma interessante discordância entre John Stuart Mill e seu pai, James Mill. O primeiro alegou que seria anti-filosófico [*unphilosophical*] construir uma ciência sobre apenas algumas poucas das forças que determinam os fenômenos. Para J.S. Mill, seria preciso, no limite da possibilidade, explicar igualmente as forças determinantes, incluindo todas elas no interior da ciência.

---

<sup>11</sup> A crítica de Lawson será abordada a partir da próxima seção, mas essa redução da aplicabilidade da economia se deve pela sua necessidade de operar teoricamente em conjuntos de sistemas fechados que só podem admitir proposições do tipo ‘sempre que *x* ocorre, então decorre *y*, mas somente se as condições e forem mantidas’.

Contudo, quando se trata da economia, a postura de Mill é justamente oposta: ele recomenda a prática que critica<sup>12</sup>. A razão é que ele afirma que o método correto de incluir todas as causas determinantes dentro da ciência é não executável. Economistas precisam ser menos ambiciosos [*sights lower*] e aspirar apenas uma ciência hipotética de tendências que é, na visão de Mill, genericamente insuficiente para previsão, porém muito valiosa para orientação (Hausman, 1992, p. 145). Segundo essa perspectiva, as causas determinantes imediatas são, majoritariamente, aquelas que agem através do desejo de riqueza e, por isso, é possível isolar o objeto da economia política de outros fenômenos sociais e teorizar economia política como se a busca por riqueza fosse virtualmente o único fator causal relevante. Nesse sentido, pode-se dizer que para a economia não é possível aplicar plenamente o método dedutivo, pois o caso parece requerer uma espécie de método dedutivo parcial (Hausman, 1992, p. 146). Sinteticamente, não parece exagero afirmar que, nesse aspecto, a aplicação do método dedutivo parcial oferece um panorama ainda mais grave do que o feito por Lawson. O método dedutivo já continha as especificações de sistemas fechados sem necessariamente considerar a economia uma ciência separada, e isso é ainda mais acentuado quando a busca pela riqueza é considerada a única força relevante.

Com tudo isso, ainda pode-se dizer que Hausman tenta desenhar uma representação exageradamente generosa da economia, sobretudo a neoclássica, tradicional. Os métodos usados pela economia não são exatamente os mesmos da economia política (embora alguns autores, como Veblen, tenham apontado para a conservação de importantes elementos). Os economistas não consideram, por exemplo, que seu método é insuficiente para previsão, mas útil para orientação. Além disso, a questão crucial da ênfase matemática não é aprofundada pelo esquema apresentado pelo autor.

A aplicação desse método à economia ocorre, segundo Hausman (1992, p.146), primeiro pela adoção de ‘leis’ básicas das ciências naturais ou da psicologia, para em seguida testar as leis fundamentais sobre as quais a economia é construída em outros fenômenos, que sejam menos sujeitos a causas perturbadoras, i.é., que ocorram em situações de prevalência das forças exercidas pelo mercado. A partir daí os teóricos podem desenvolver a economia dedutivamente, ou seja, estabelecer conexões dedutivas entre as proposições particulares sobre fenômenos do mercado e as concepções fundamentais estabelecidas. As razões para incoerência de defender

---

<sup>12</sup> Essa contradição parece ser atribuível ao que Rubin (2014, p. 43) entende como o “dualismo fundamental de todo o sistema de Mill”. De um lado, Mill desenvolve um esquema filosófico-social (onde domina a proposição de que seria insuficiente considerar apenas algumas forças causais) e, de outro, desenvolve sua teoria econômica (onde vale o oposto daquela proposição).

a aplicação de um método tão parecido com o de James Mill são a) práticas, pois não há alternativa; b) metafísicas, pois apesar de hipotéticas, as influências causais persistem mesmo quando há diferentes forças perturbadoras; e c) pragmáticas, pois essa aplicação do método permite um caminho mais eficiente para teorizar.

A verificação é essencial, mas não para o teste das leis básicas, pois elas já são estabelecidas e dificilmente poderiam cair em descrédito pelos problemas empíricos de deduções envolvendo somente um conjunto parcial de causas. De fato, diante dessa situação o próprio Hausman se confunde sobre as conclusões que podem ser inferidas desse método. Ele chega a afirmar que uma conclusão possível seria a de que “o método dedutivo só é realmente importante quando não pode ser utilizado” (HAUSMAN, 1992, p. 147). Porém, é claro que para evitar essa conclusão ele lembra que ela seria injustificada devido a existência de graus de confirmação e graus de confiança, à semelhança do critério popperiano de avaliação de teorias. A semelhança, entretanto, é somente parcial: os testes servem para confirmar relações de mercado envolvendo oferta e demanda, aumentando racionalmente a confiança dos economistas nestas generalizações, mas não servem para falsificar as hipóteses fundamentais subjacentes à essas generalizações (como funcionaria um critério popperiano, neste caso). No limite, a consequência mais significativa de um resultado de verificação seria a reformulação das condições nas quais uma proposição parcial é aplicável.

Ou seja, as etapas de teorização segundo o método dedutivo são três: (1) tomar emprestadas leis sobre os fatores causais relevantes testadas via *ceteris paribus*. (2) deduzir dessas leis e condições iniciais, as simplificações, etc., previsões desejadas sobre os fenômenos relevantes, e (3) testar as previsões (Hausman, 1992, 147, tradução nossa). Porém, nesse esquema, as verificações obtidas no último estágio oferecem apenas risco para (2), mas não para (1). Então, adicionando a etapa de verificação a esse esquema, (4) se as previsões estiverem corretas, o amalgama é confirmado como um todo. Porém, se não estiverem, deve-se observar se há erro lógico de dedução, qual foi o tipo de interferência que ocorreu, e por fim ponderar o quão centrais são as leis tomadas emprestadas, isto é, o quão ‘maiores’ são os fatores referenciados por essas leis, para então julgar se as leis devem ser expandidas ou retraídas. Como as leis já estão estabelecidas, elas não estão abertas para o questionamento nesta etapa. Uma certa conformação com essa condição fica evidente nas tentativas de justificá-la:

É possível que eles [os economistas] se comportem da maneira que o método dedutivo inexato recomenda, sem se comprometer com uma visão dogmática da análise teórica. O aparente dogmatismo pode ser apenas o resultado da sorte de começar com um conjunto de generalizações plausíveis somada ao azar de não ser possível realizar bons testes (HAUSMAN, 1992, p. 211, tradução nossa).

Em conclusão, os elementos encontrados em Hausman (1992) permitem defender a importância de uma postura como a de Lawson. Isso pois, em primeiro lugar, o método dedutivo, seja ele inexato ou não, implica de toda forma a organização teórica da economia em conjuntos isolados de sistemas fechados. Embora Hausman sustente que todos os modelos ou teorias estejam conectados a uma teoria fundamental (teoria do equilíbrio), isso não resolve o problema do tipo de mundo (atomizado) que precisa ser figurado para se operar teoricamente com sistemas fechados, e também não assegura que os modelos sejam minimamente coerentes entre eles próprios, apesar de muitas vezes se referirem ao mesmo objeto concreto. Ao contrário, um problema importante surge quando o vínculo entre modelos e, digamos, a ontologia que os unifica, é do tipo que conserva, *em qualquer instância*, as concepções dessa última. Em lugar do conjunto desarticulado de modelos e teorias tem-se um conjunto de modelos e teorias articulado para a blindagem de uma ontologia, que pode ser racionalmente corroborada, mas não contestada.

Em segundo lugar, esse método reduz toda a atividade cientificamente relevante dos economistas ao estabelecimento de vínculos entre as proposições parciais sobre os fenômenos e uma teoria fundamental. Dessa forma, toda a prática científica fica resumida à um exercício epistemológico. Nem todos os problemas científicos, contudo, são solucionáveis epistemologicamente. O termo de *falácia epistêmica* foi cunhado para designar situações em que se tenta resolver problemas ontológicos de maneira epistemológica. Especificamente, isso significa sugerir que boa parte dos problemas enfrentados pela economia não pode ser solucionado por uma maneira melhor, mais eficiente, de conectar dedutivamente modelos à suas concepções fundamentais pré-estabelecidas. A intenção dessa crítica é mostrar que em muitos casos, o problema reside nas concepções fundamentais, que se mostram equivocadas e precisam ser revistas.

Essas considerações também parecem indicar a relevância de se discutir método em economia. Se, por um lado, parece minimamente suspeito que a economia detenha um conhecimento apriorístico tão acertado sobre as 'leis universais da natureza humana', por outro lado também é preciso chamar a atenção para a importância desse método dedutivo na manutenção da estrutura teórica da disciplina. A consequência mais evidentemente conservadora, derivada diretamente do método dedutivo inexato e que mostra como este é um problema central, é que o tipo de dedução proposta deixa intactas as supostas leis universais da natureza humana. As leis universais não precisam ser comprovadas, nesse sentido, nas leis empíricas. Essas últimas são avaliadas em termos de adequação às primeiras, garantidamente verdadeiras. Somado à estrutura inexata e à estratégia separada da economia, o método em

questão obstrui – por si próprio – a possibilidade de uma ciência efetivamente crítica e também embarga qualquer discussão realmente ontológica.

Essas considerações concluem a revisão proposta para Hausman (1992), mas também é preciso comentar, ainda que brevemente, o argumento central das abordagens que clamam por uma espécie de atraso cronológico das críticas da heterodoxia. Entre essas, talvez a de maior repercussão seja a formulada por Colander et al. (2004). Em linhas gerais, os autores defendem que o problema das críticas usuais em economia deriva de um entendimento defasado do alvo dessa crítica. Especificamente, as críticas que se destinam à “ortodoxia” não são capazes de atingir o que de fato é relevante na economia, pois o existem diferenças decisivas entre o que constitui essa “ortodoxia” e o que de fato constitui o “*mainstream*”, as pesquisas atuais em economia.

## **1.2 – A face pretensamente progressista da “elite” teórica da Economia**

Parece-nos que o argumento dos autores está sustentado em duas proposições ou pressupostos centrais. O primeiro e mais explícito pressuposto é que em economia opera uma rígida fronteira temporal, e os únicos conteúdos e teorias de fato relevantes são os que figuram na “fronteira do conhecimento”. Ou seja, a discussão só é relevante se diz respeito ao produto dos grandes centros nos últimos cinco ou dez anos (intervalo de tempo estimado pelos autores para o processo de difusão dessas ideias). Com isso, todo o resto é material para historiografia e, conforme os autores, vira descrição estática da disciplina e deixa de ser útil para caracterizar a profissão. O segundo pressuposto é que a profissão é dirigida por uma pequena “elite” de pensadores e intelectuais que detém uma autonomia praticamente absoluta sobre os direcionamentos das pesquisas através de influência sobre financiamentos, indicações para cargos importantes, etc. Conteúdos e críticas relevantes precisam ser aceitos pela elite, para que através do processo de difusão do conhecimento, alcance os centros de pós-graduação e, por fim, de graduação.

O segundo pressuposto poderá ser melhor discutido no terceiro capítulo, quando será apresentado um argumento contra a suposta autonomia relativa da academia frente a outras forças de natureza social. O primeiro, contudo, pode ser imediatamente comentado, paralelamente a uma breve exposição dos argumentos de Colander et al. (2004).

Colander et al. (2004) afirmam que a crítica feita pela heterodoxia se fundamenta em uma leitura da disciplina que é atribuível às décadas de 1950 ou 1960. Para os autores, a economia já se distanciou de uma estrita adesão à santíssima trindade da racionalidade,

equilíbrio e egoísmo para se aproximar de uma postura eclética de comportamento intencional, auto-interesse esclarecido e sustentabilidade (Colander et al., 2014, p. 488). O equívoco dos heterodoxos pode ser atribuído a uma visão estática, ao invés de dinâmica, da disciplina. A falha em captar o processo complexo de mudança constante que caracteriza a profissão induz os críticos a mobilizar rótulos como “Clássicos” ou “Neoclássicos” como se estes fossem representativos, quando, ao contrário, confinam e deixam de lado importantes dimensões da profissão. Para defender que a economia é muito mais plural, dinâmica e progressista do que usualmente creem os heterodoxos, uma etapa importante para Colander et al. (2004) é definir os termos classificatórios do debate. A definição geral dos autores parece provisoriamente apropriada e não há motivos especiais para discordar dela.

Em primeiro lugar, definem o *mainstream* como uma categoria social e intelectual que designa ideias sustentadas tanto por um conjunto reduzido de indivíduos que são dominantes em instituições acadêmicas de ponta, organizações e jornais relevantes em um dado momento, como também todo os demais indivíduos e instituições razoavelmente importantes que seguem e aceitam as crenças da elite. É importante sublinhar que o papel ativo, portanto relevante, do *mainstream* está circunscrito ao seletivo grupo de pensadores, escolas e instituições de ponta que julgam concepções científicas como “intelectualmente razoáveis” (COLANDER et al., 2004, p. 492).

Nessa concepção, o *mainstream* já contém uma multiplicidade de visões, pois não caracteriza uma singular escola de pensamento, e sim um conjunto de crenças heterogêneas. Colander et al. (2004), assim como Hausman (1992), recusam um enquadramento incontestável da Economia ao esquema conceitual de Kuhn. Neste caso, os autores defendem que mudanças na profissão não acontecem pela radical noção de mudança paradigmática de Kuhn. Em outras palavras, defendem esses autores que, devido ao caráter ‘social’ (leia-se político) do processo de mudanças que envolve a economia, esse processo em geral acontece de forma imediatamente imperceptível, e não da maneira drástica proposta por Kuhn através das revoluções paradigmáticas. Além de gradual, essa mudança não acontece de fora para dentro, mas em geral parte da própria elite do *mainstream*, que aos poucos aceita ideias novas, inclusive quando são contrárias às suas próprias contribuições pessoais para o *mainstream*. Mudanças no *mainstream*, e na economia em geral, portanto, só se mostram significativas retrospectivamente.

A ortodoxia, por outro lado, não representa o caráter dinâmico da economia, que só é perceptível pelo *mainstream*. Ortodoxia, segundo Colander et al. (2004, p. 492) é uma categoria é melhor compreendida quando se aceita seu caráter estático. Ela denota um recorte de síntese de uma escola específica de pensamento que foi dominante em algum momento passado.

Atualmente o principal uso do termo é para designar a escola neoclássica de pensamento, termo cunhado por Veblen em 1900 para se referir a economia do final do século XIX. Mas também se relaciona com a definição de economia política clássica, cunhada por Marx para se referir aos pensadores que vão de William Petty até David Ricardo (Marx, 2013, p. 156).

Dois elementos, então, são especialmente relevantes sobre a ortodoxia: a) ela é uma especificação que só se efetiva transcorridas décadas do período de sua atividade – ou seja, ela é uma categorização retrospectiva, necessariamente defasada; e b) ao menos na economia, as ortodoxias não são auto-definições de seus componentes, mas classificações cunhadas por críticos externos, como mostram os exemplos de classificações criadas por Marx e Veblen. Os críticos em geral, conforme descobre Colander et al., cunharam os termos que se referem a ortodoxias para ter um alvo mais fácil: “Definir a ortodoxia e dar a ela um nome, confere ao crítico um alvo fácil; isso implica uma permanência estática e imutável do pensamento” (COLANDER et al., 2004, p. 493). Quando o termo já se torna difundido, contudo, em grande parte do *mainstream* já opera uma discordância com importantes dimensões do que se pensava ser uma ortodoxia ‘dominante’.

A heterodoxia, por fim, é definida em termos de negação da ortodoxia e não possui, além disso, outro elemento decisivamente unificador. Ao contrário, muitas vezes escolas heterodoxas discordam mais entre si do que em relação à ortodoxia. Na concepção de Colander et al. (2004), economistas heterodoxos também se definem como exteriores ao *mainstream* por não adotarem os mesmos processos ou métodos de modelagem e por não seguirem as hipóteses sustentadas pelo *mainstream*. Essa discordância, de acordo com os autores, é responsável por uma “falha de comunicação” entre heterodoxia e *mainstream* que os impede de cooperar quando o assunto é crítica à ortodoxia:

Atualmente, nossa visão é a de que a elite é relativamente aberta para novas ideias, mas fechada quando o assunto é metodologias alternativas. Se não é modelado, não é economia, não importa o quão esclarecedor [insightful]. É aqui que heterodoxia e a elite do *mainstream* normalmente colidem. Especificamente, é por causa do seu método, não de suas ideias, que a maioria dos heterodoxos se encontra definido fora do campo da elite (COLANDER et al., 2004, p. 492-3)

Assim, em linhas gerais os autores apresentam uma concepção muito otimista em relação ao caráter progressista da elite econômica. Por outro lado, a ortodoxia, ainda apegada a um conjunto atrasado de pressupostos, representa uma dimensão conservadora da disciplina. Porém, a relevância da divisão feita pelos autores depende da irrelevância do método de análise, pois conforme as definições de Colander et al. (2004) tanto *mainstream* quanto ortodoxia são adeptas de uma concepção metodológica que prioriza a modelagem formal dos fenômenos econômicos, a diferença entre essas suas residiria primordialmente na flexibilidade de alguns

pressupostos e no uso de instrumentos mais sofisticados – mas permanece intacta sua metodologia. Se o método de análise é entendido como elemento caracterizador da disciplina, ou ao menos decisivo, então a rígida divisão entre a elite e a ortodoxia perde parte de sua significância.

A caracterização oferecida por Lawson (1997; 2003; 2009) permite indicar a continuidade existente entre ortodoxia e *mainstream*, ou mesmo entre os professores da elite e os professores “mediócras”, que são pouco flexíveis a incorporar as mudanças teóricas do *mainstream* (conforme definido por Colander et al.), pois Lawson destaca o método como elemento unificador de uma tendência na economia: para o autor, um traço característico do *mainstream* é que ele “insiste que modelagem formal é a maneira apropriada de fazer economia” (LAWSON, 2009, p. 1). Ou seja, a definição de *mainstream*, para Lawson, está ancorada não na teorização substantiva ou nos desenvolvimentos da fronteira do conhecimento, mas nos métodos formalísticos compartilhados e, portanto, designa um grupo de economistas que pode abranger desde a ortodoxia tradicional até a “elite do *mainstream*”.

É bom observar que a possibilidade dessa definição de *mainstream* não é um ponto pacífico na discussão. Uma visão alternativa a essa pode ser vista, por exemplo, em Fucidji (2012). Sobre qual tipo de elemento pode caracterizar uma escola, o autor defende que “qualquer corrente de pensamento é [definida por] um corpo de proposições que todos os seus praticantes partilham (o que equivale à noção lakatosiana de programa de pesquisa), não o método empregado para lidar com seus objetos de investigação” (FUCIDJI, 2012, p. 49). Assim, para o autor, Lawson confunde o conteúdo teórico com o método de análise que dá suporte a esse conteúdo, embora ambos sejam criticáveis: “A predominância desse método de análise na *mainstream* (i.e., seu dedutivismo) e a inadequação desse método ao objeto que se pretende estudar são pontos com os quais estou de acordo. Porém, supor que isso define uma determinada teoria como ortodoxa é confundir as questões” (FUCIDJI, 2012, p. 49).

Ao nosso ver, mesmo admitindo que uma corrente teórica (i.e., a ortodoxia) deva ser também definida por seu conteúdo teórico particular, parece pertinente a estratégia tomada por Lawson de definir “dedutivismo” como uma forma de pensamento metodológico dominante tanto no *mainstream* quanto na ortodoxia. Mesmo que não seja adequado considerar o dedutivismo como uma escola teórica de pensamento econômico, a designação permite atingir o núcleo do problema, que frequentemente é compartilhado entre diferentes escolas de pensamento. Sinteticamente, parece razoável concordar que teorias ortodoxas são, em geral, dedutivistas; mas nem toda dependência de dedutivismo é, por si só, ortodoxa. Assim, é possível assinalar, junto com Fucidji (2012), que o dedutivismo não é suficiente para definir uma teoria

como ortodoxa – mas pela razão de que esse é um modo de pensamento que também penetra na heterodoxia.

Em relação ao trabalho de Colander et al. (2004), pode-se concordar que os autores ilustram um elemento importante quando se referem à questão da defasagem e pouca disseminação do conhecimento na Economia (mas que, no entanto, poderia ser encarada como uma questão a ser superada ou mitigada, e não como condição do progresso teórico). Contudo, é preocupante a atitude de desdém desses autores quanto à relevância do estudo da história da economia. Infelizmente, será preciso evitar a seara de discussões sobre a relevância do estudo de história da economia e a inegável influência que pensadores de séculos passados têm nos desdobramentos atuais da disciplina. Aqui, o presente trabalho se limita a defender que a metodologia ou forma generalizada de ver a ciência, pode ser eficazmente utilizada para descrever uma escola ou um conjunto de autores, ainda que não se dirija exclusivamente à fronteira do conhecimento dos últimos cinco anos, como exigem Colander et al. (2004).

Em poucas palavras, as modernas teorias desenvolvidas na fronteira podem indicar a manutenção de um mesmo conjunto de métodos atribuíveis a ortodoxia, que na definição daqueles autores, está fora do *mainstream*. É o que defende Lawson sobre as concepções metodológicas dos últimos 80 anos da ciência econômica (Lawson, 2017, p. 27). Como esperasse ter indicado nos comentários sobre Hausman (1992), a adoção de uma metodologia e procedimentos considerados científicos tem um potencial ativo significativo nos desdobramentos de uma disciplina e, portanto, não parece lícito considerar que só são relevantes as hipóteses e teorias explicitamente professadas pela exageradamente restrita e progressista fronteira do conhecimento econômico.

Ao contrário, as últimas evidências sobre o direcionamento da disciplina indicam que ela não é tão progressista quanto a descrição de Colander et al. (2004) sugeria. Em um artigo posterior a crise financeira de 2008, Colander et al. (2009, p. 2) afirmam estar clara a “falha sistêmica da profissão econômica”. E, ainda, concedem que “essa falha tem profundas raízes metodológicas” (2009, p. 3). Os autores, neste trabalho, acabam por defender uma profunda reorientação metodológica para a disciplina (embora tenham, anteriormente<sup>13</sup>, mostrado uma atitude compreensiva diante do conservadorismo metodológico do *mainstream*). Segundo seus argumentos, a disciplina falha em seus próprios objetivos científicos diante dos mercados:

---

<sup>13</sup> “Nós não estamos afirmando que o *mainstream* seja sempre plural e receptivo [open minded], disposto a aceitar visões heterodoxas de braços abertos. Longe disso. Eles são humanos, e ficam fixados em seu modo de ver as coisas e frequentemente rejeitam visões alternativas sem considera-las seriamente. Isso é parte da natureza humana” (Colander et al., 2004, p. 8).

O fracasso em ao menos *prever os atuais problemas* do sistema financeiro internacional e a incapacidade de modelos financeiros e macroeconômicos de *lançar luz nos presentes eventos* reforçam a necessidade de uma grande reorientação nessas áreas e a reorientação de suas premissas básicas (COLANDER et al., 2009, p. 16, itálicos adicionados).

Ao que parece, a mudança de postura frente a capacidade evolutiva do *mainstream* equivale a embaraçosa, mas importante admissão, pelos próprios autores, de que a economia não é assim tão mutável – ao menos além das roupagens ou das facetas com que se apresenta. Ou, então, o próprio argumento de Colander et al. (2004) prescreveu e, conforme se moveu para fora da fronteira do conhecimento, deixou de caracterizar o dinâmico *mainstream* da economia.

John Davis, por sua vez, concorda com parte desse argumento apresentado por Colander et al. (2004) de que a escola neoclássica não existe mais, porém ele, projetando sua postura em um meio-termo entre Colander (2000) e J. Peach (2003), alega que a combinação de categorias que subsidiava o neoclassicismo é agora a mesma que sustenta o *mainstream*: “A economia neoclássica pode estar morta, mas o nexo de racionalidade-individualismo-equilíbrio permanece bem vivo na economia *mainstream*” Davis (2008, p. 58).

Em síntese, pode-se dizer os autores compartilham de uma mesma impressão em respeito às análises críticas feitas pela heterodoxia. Isto é, esses autores fornecem elementos para afirmar que as críticas feitas pela heterodoxia em geral são parcial ou totalmente inválidas na medida em que não capturam apropriadamente o objeto de sua crítica, seja ele a economia neoclássica ou o *mainstream*. Tentou-se, ainda que brevemente, indicar alguns problemas das duas perspectivas apresentadas.

Hausman, por exemplo, defende que os modelos da economia neoclássica não podem ser – como parece sugerir que são – entendidos como análogos aos desenvolvidos pelo positivismo lógico, ponto com o qual se pode concordar, mas ele próprio oferece uma caracterização da disciplina que evidencia uma atitude dogmatismo metodológico e ontológico. Colander et al., por sua vez, alegam que o *mainstream* da profissão é razoavelmente receptivo à novas ideias e já superou aquelas concepções e rígidos axiomas da velha economia neoclássica (ortodoxia), mas reconhecem que o pluralismo do *mainstream*, na figura da elite da disciplina, não se estende ao método de modelagem que julgam científico.

Diante disso o ponto, a ser destacado nesta seção é que os argumentos defensivos apresentados pelas correntes dominantes em economia não são suficientes para rejeitar a crítica feita por Lawson. Elas são insuficientes pois (i) as defesas apresentadas frequentemente concedem ou até mesmo defendem um forte dogmatismo metodológico da disciplina; (ii) é possível inferir a partir dessas mesmas defesas que esse os métodos exercem uma influência

não desprezível – ou até mesmo central – na disciplina; e (iii) a crítica feita por Lawson não se direciona a uma escola específica no nível da teoria substantiva, mas sim a própria atitude metodologicamente dogmática amplamente compartilhada na Economia.

Diferentemente do conjunto de autores selecionados para este trabalho, poucos em economia se dedicam a discutir ou compreender os conceitos de economia neoclássica, *mainstream*, ortodoxia, etc. além da superficialidade – embora todos eles sejam consistentemente reproduzidos. Nesse contexto, e levando em conta o item (i) logo acima, parece sensato considerar que o uso insuficientemente refletido desses termos é extremamente prejudicial para o avanço das discussões em economia. Especialmente pelo efeito de desorientação da crítica que podem ter as noções correntes de economia neoclássica. É com esse argumento que Lawson (2009) justifica sua relutância em usá-lo em trabalhos anteriores ou mesmo posteriores, como Lawson (1997; 2003; 2017). Da mesma forma, não terão destaque aqui os referidos termos, mas sim a designação de *mainstream* conforme defendida pelo autor e outros termos que aparecerão ao longo do trabalho. Porém, assim como faz Lawson (2009), é importante mostrar que isso não implica um menor alcance da crítica.

Pelo contrário: mesmo que os termos tradicionais como, economia neoclássica, ortodoxia, etc, não sejam conceitos centrais, mas encontrem-se na maioria das vezes como termos auxiliares ou secundários nos trabalhos de Lawson, não é preciso emprega-los para efetivamente se referir à maior e mais dominante parte da teoria econômica. A partir do já exposto tem-se um forte indicativo de que uma dimensão metodológica muito fundamental à Economia tende a permanecer bem preservada, e é justamente essa dimensão o objeto da crítica do autor. Sublinhamos que mesmo análises mais positivas da disciplina, quando justas, reconhecem na sua hegemonia um quadro de pouca ou nenhuma receptividade para reflexão metodológica crítica, especialmente se essa reflexão se revela desfavorável à forma consagrada de produção de conhecimento na Economia. Com isso podemos afirmar que, enquanto caracteriza uma postura metodológica contemporaneamente dominante, a crítica ao dedutivismo mobilizada por Lawson não pode ser rejeitada pelos argumentos já apresentados nesta seção. Na sequência são apresentados os elementos mais fundamentais dessa crítica.

### **1.3 – A crítica de Tony Lawson ao dedutivismo**

Embora tenhamos mencionado o impacto de Lawson (1994a) ao apresentar uma concepção crítico-realista em uma coletânea quase inteiramente fundamentada nos tradicionais filósofos da ciência, é no livro *Economics and Reality* (1997) que a concepção crítica de Tony

Lawson é mais expandida e explicitamente inspirada nos escritos de Bhaskar sobre o Realismo Crítico; por essa razão, esse livro será o ponto de partida da análise de sua contribuição. A estrutura central do argumento, anunciada por Lawson, pode ser transcrita da seguinte forma: i) os problemas e falhas da ciência econômica moderna resultam da difundida e acrítica aceitação de uma concepção equivocada de ciência e ii) os problemas e falhas podem ser resolvidos pela substituição dessa concepção por outra mais adequada, uma orientação explicitamente realista (Lawson, 1997, p. 15).

Lawson atribui as inconsistências prático-teóricas da economia, portanto, a um conjunto de métodos ou maneiras de proceder chamado de dedutivista, que é simultaneamente “fundamental para o *mainstream*” e “irrelevante para a análise dos fenômenos sociais” (Lawson, 1997, p. 16). O modo de explanação dedutivista, como já mencionado na introdução, pode ser designado a qualquer teoria ou corrente teórica que seja sustentada pela concepção de leis enquanto regularidades de eventos. Este método teve sua formulação clássica nos modelos de “covering-laws”, e expressa relações do tipo “sempre que acontece o evento x, então decorre o evento y”.

As regularidades supostas por este tipo concepção não costumam acontecer, no entanto, espontaneamente. Excluída a astronomia, que estuda eventos num ambiente naturalmente afetado por um número reduzido de legalidades, as ciências precisam produzir condições nas quais acontecem estas regularidades, ou seja, precisam pressupor que a realidade é tal que pode ser caracterizada “por uma ubiquidade de sistemas fechados” (Lawson, 1997, p. 19). A imagem que se pode ter da realidade, neste caso, é a do *realismo empírico*, a partir do qual o mundo (ou pelo menos o que é relevante dele) se esgota nas impressões dos eventos empíricos e suas correlações.

A atividade experimental requerida para apreender as regularidades do tipo ‘sempre que x, então y’, é a de fechamento do sistema em análise, que requer, por sua vez, condições extrínsecas de fechamento e condições intrínsecas de fechamento. A condição extrínseca de fechamento é satisfeita pela ausência ou isolamento (por suposição) das influências externas ao modelo, ou seja, para que uma regularidade desse tipo possa ser apreendida, é preciso neutralizar o efeito de outras condições externas sobre y. Isto esclarece, diz Lawson (1997, p. 78), a obstinação ortodoxa com hipóteses de economias ‘fechadas’ e indivíduos isolados.

Mesmo a condição extrínseca de fechamento não é suficiente, por si só, para garantir que ‘sempre que x, então y’ pois cada indivíduo em análise pode se comportar de maneira distinta dentro das mesmas condições extrínsecas (Lawson, 1997, pp. 78-9). A condição intrínseca de fechamento prevê a ausência ou constância das estruturas internas ao modelo, o

que garante uma resposta estável e previsível a partir das condições iniciais dadas – um *output* normalizado decorrente dos fatores relevantes. A hipótese de racionalidade dos agentes, por exemplo, garante que a resposta dos indivíduos aos estímulos seja passiva e modelável.

Como estas constituem as condições para que a ciência, em específico a econômica, possa obter resultados significativos em termos de conjunções constantes de eventos, segue-se que esses resultados não podem ser legitimamente universais. Ao contrário, não podem abandonar, ao risco de deturpar a regularidade obtida, as condições de fechamento do sistema. Por esta razão muitos dos resultados mais significativos da ciência econômica não são expressos na forma 'sempre que evento x, então evento y', mas na forma 'sempre que evento x, então segue-se o evento y, desde que as condições *e* sejam mantidas' (Lawson, 1997, pp. 27-8).

Além disso, mesmo para pesquisas voltadas para encontrar leis do mundo natural, a inteligibilidade dessas regularidades depende da intervenção humana de pesquisadores através da instrumentalização, construção e organização dos aparatos necessários para o experimento em sistema fechado (Lawson, 1997, p. 28). Na ausência da interferência humana, não há razão para crer que tais relações possam ocorrer. A transposição ou aplicação bem-sucedida do produto de uma atividade experimental artificialmente controlada por sistemas fechados em sistemas abertos só pode, tanto nas ciências naturais quanto sociais, ter o caráter de contingência. E mesmo que as eventuais aplicações sejam feitas, a busca por regularidades empíricas não responde e nem abrange a questão sobre o que determina a ocorrência desses eventos fora da atividade experimental. Destacamos também o argumento de Lawson sobre a incapacidade da concepção dedutivista em explicar as escolhas reais dos indivíduos, pois essa só faz sentido se de alguma forma o indivíduo possa ter agido de outra forma (Lawson, 1997, p. 9).

Até então expusemos alguns elementos apresentados por Lawson que permitem uma crítica lógica do realismo empírico, no qual eventos se esgotam no material empírico sensível, e a ciência busca apreender regularidades empíricas. Na sequência será apresentada brevemente a formulação de Lawson para o realismo crítico, procurando expor seus argumentos sobre as vantagens deste último contra o fechamento metodológico do realismo empírico. Uma vez apresentada a defesa feita por Lawson do Realismo Crítico, pretendemos retomar parte do argumento em i), o de que os problemas e falhas podem ser creditados a uma aceitação acrítica da concepção dedutivista.

Lawson (1997, pp. 20-3) destaca duas formas pelas quais o realismo crítico ou transcendental<sup>14</sup> difere ontologicamente do realismo empírico. Em primeiro lugar, o mundo não se esgota nos eventos e estados de coisas ao alcance de nossas experiências empíricas, mas também é composto por estruturas subjacentes, poderes, mecanismos e tendências que facilitam ou governam o curso de eventos e cuja objetividade implica que sua existência independente da apreensão. Em segundo, os diferentes níveis de realidade estão fora de fase ou são dessincronizados uns com os outros, o que equivale a afirmar que esses níveis não são determinantes uns dos outros no sentido de produzir regularidades. Por exemplo, a validade da lei causal da gravidade não implica que objetos sempre estarão em queda: a causalidade pode se encontrar imperceptível, inoperante ou mesmo ser superada por outras contra tendências. E isso não significa que a relação causal deixa de ser válida ou é “menos rigorosa”, mas somente que a busca por regularidades empíricas deixa de ser um objetivo principal da ciência.

Nesta concepção, o mundo é composto por objetos que possuem uma estrutura tal que lhes confere potência causal. Neste sentido, os objetos, em virtude de sua estrutura, têm propriedades que facilitam ou mesmo viabilizam determinadas práticas, seja essa propriedade reconhecida ou não. Poderes ou forças de objetos estruturados geralmente funcionam mediante ativação, e passam a funcionar como mecanismos generativos dos efetivos fenômenos sociais ou naturais. Conforme exemplifica Lawson,

Tais poderes existem, sejam exercidos ou não. A bicicleta pode facilitar um passeio embora permaneça guardada no fundo do galpão; a pólvora tem o poder de causar dano mesmo que nunca seja detonada; o sistema de linguagem torna uma conversa possível mesmo quando as pessoas escolhem não conversar. Em muitos casos nós podemos inferir algo sobre o potencial de um objeto pelo conhecimento de sua estrutura (LAWSON, 1997, p. 21).

Em virtude da natureza estruturada de tais objetos, tanto no mundo natural quanto no social, a realidade pode, então, ser distinguida em três diferentes domínios: *o empírico*, *o efetivo* e *o real*. O domínio do empírico é, por assim dizer, o mais superficial, pois corresponde ao âmbito onde se verificam nossas experiências e impressões, que faculta a forma mais imediata de apreensão do mundo. O domínio do efetivo corresponde aos eventos e estados de coisas em adição ao empírico que de fato ocorrem, podendo (ou não) ser empiricamente conhecidos. E o domínio do real, por sua vez, diz respeito às estruturas, poderes causais, mecanismos e

---

<sup>14</sup> Conforme em Archer (1998), e Bhaskar (1998; 2008), o termo utilizado nos primeiros escritos de Bhaskar é “realismo transcendental”, para referir a uma atitude interessada em analisar elementos trans-empíricos e generativos de eventos que são concebidos como parte fundamental da realidade. Por um lado, o termo transcendental marca uma proximidade com a influência Kantiana e, por outro, o termo realismo marca um afastamento dessa influência. “Realismo crítico” surge da supressão de palavras no uso contínuo e combinado dos termos “realismo transcendental” e “naturalismo crítico”. Como “realismo crítico” é capaz de manter a mesma relação crítica em relação ao kantianismo, a denominação realismo crítico amplamente aceita.

tendências em adição ao efetivo e ao empírico, que podem, como já foi dito, facilitar, provocar a ocorrência de fenômenos na "superfície" da realidade (Lawson, 1997, pp. 21-2).

A primeira diferença ontológica é, portanto, que enquanto a primeira forma de realismo encerra a possibilidade de conhecimento nas experiências e impressões, o realismo crítico ou transcendental identifica os domínios empírico, efetivo e real. A segunda diferença refere-se ao caráter "dessincronizado ou fora de fase" desses domínios, o que quer dizer que eles não podem ser reduzidos uns nos outros (embora o efetivo englobe o empírico e o real englobe o efetivo) como faz o realismo empírico ao plasmar na experiência os dois outros domínios.

Sendo o domínio efetivo dessincronizado com o empírico, é possível contrastar diferentes experiências ou apreensões de um mesmo evento. Além disso, sendo o real e o efetivo dessincronizados, se torna inteligível a natureza multi determinada de quase toda sorte de evento. Como uma tendência pode consistir (e geralmente consiste) no produto de diferentes mecanismos ativos, que em alguns casos podem até funcionar em sentidos opostos, fenômenos raramente podem ser direta e imediatamente derivados de mecanismos específicos. Uma proposição sobre uma tendência não é, neste sentido, sobre o longo prazo, média, ou expectativa acerca dos eventos. Em vez disso,

É uma declaração transfactual sobre a atividade tipicamente não-empírica de um objeto estruturado ou um agente; aqui transfactuais não são contra-factuais, mas nos levam ao nível no qual as coisas ocorrem independente do resultado efetivo. Uma proposição a respeito de uma tendência, em outras palavras, não é uma afirmação condicional sobre algo empírico ou efetivo, mas um argumento incondicional sobre algo não-efetivo e não-empírico. Não é uma proposição com necessidade lógica sujeita a restrições *ceteris paribus*, mas uma proposição de necessidade natural sem qualificativos adicionados. Não é sobre eventos que ocorreriam se as coisas fossem diferentes, mas sobre *um poder que está sendo exercido quaisquer que sejam os eventos sucedidos* (LAWSON, 1997, p. 23, itálicos originais).

Compreender a estrutura causal da realidade em termos de tendências existentes e operantes, que podem ou não ser manifestas em fenômenos perceptíveis, permite a produção de conhecimento livre da necessidade de encontrar regularidades e de simular sistemas fechados. O tipo de causalidade em questão independe do exercício da prática laboratorial dedutivista: como objetos, as estruturas possuem propriedades e exercem causalidades específicas tanto em condições de sistemas fechados quanto em sistemas abertos, o que rende as hipóteses requeridas para satisfazer condições extrínsecas ou intrínsecas de fechamento metodologicamente inúteis. Além disso, deste ponto de vista, a análise científica deve endereçar as estruturas duradouras que provocam, facilitam, ou impedem determinados eventos. Para isso, a evidência empírica é importante, mas não central ou definitiva, como é para sustentar regularidades de eventos. Com o objetivo de situar com mais precisão o papel da evidência

empírica na concepção defendida por Lawson, mostraremos brevemente seu argumento sobre algumas determinações das estruturas a partir da capacidade dos indivíduos de fazer escolhas.

Anteriormente foi mencionado que a capacidade de escolha real do indivíduo só é possível levando em conta que o indivíduo poderia ter decidido sua ação de outra forma. Será interessante retomar brevemente esse problema da escolha real para ilustrar o papel da evidência empírica em uma concepção crítico-realista de ciência. Um ponto de partida produtivo para isso é a pergunta formulada por Lawson: "o que é implicado pelo fato real de que pessoas fazem escolhas?" (LAWSON, 1997, p. 30).

Em primeiro lugar, para repetir, a escolha pressupõe que o comportamento humano é distinto da forma de sempre que  $x$ , então  $y$ . Para que possa ser concebida, ela requer uma forma alternativa de agir que não necessariamente leve à ocorrência do evento descrito em  $y$ . Ela pressupõe, então, um mundo aberto e no qual os eventos efetivos não podem ser assegurados como dedução ou indução a partir das condições dadas. A teoria convencional, quando não nega abertamente essa dimensão do agir humano, toma como elemento teoricamente relevante só a dimensão regular do comportamento, cuja determinação exclui a possibilidade de alternativas efetivas e que, além disso, seja um comportamento possível de ser formalmente modelado e empiricamente testado.

Em segundo, a escolha ( $e$ , num nível mais abstrato, a prática humana) pressupõe que os indivíduos tenham alguma concepção geral do que fazem e o que querem alcançar com determinada atividade. A ação individual humana é intencional, e como seres humanos precisam ter ao menos algum conhecimento sobre as condições que tornam suas intenções facultáveis, a intencionalidade depende das impressões, do conhecimento que se tem do mundo. Nesse sentido, o conhecimento das estruturas que facilitam ou não eventos pressupõe que elas sejam duráveis, pelo menos o suficiente para serem apreendidas. Mas estruturas não são comumente diretamente observáveis no nível empírico. Veja-se, por exemplo, a causalidade provocada por um campo magnético: o campo magnético não pode, por assim dizer, ser "apanhado no ar". É possível, no entanto, conhecer sua legalidade através do movimento que provoca em corpos metálicos (e da inutilidade para mover outros tipos de corpos).

As estruturas então, não costumam ser diretamente observadas na experiência empírica, mas podem ser conhecidas através dela, analisando as suas consequências no nível efetivo dos eventos e impressões (Lawson, 1997, p. 31). Por isso, a evidência empírica é importante, especialmente em relação ao modo como o mundo é imediatamente percebido para possibilitar a ação humana. Através do empírico, para os agentes, é possível desenvolver uma concepção geral da realidade da qual precisam para agir. Para a ciência, o empírico permite acessar essas

estruturas e compreender objetivamente as práticas relacionadas. Em outras palavras, o tipo de produção de conhecimento que faz sentido para uma ciência realista no sentido aqui defendido é, portanto, aquele que é capaz de partir de apreender as estruturas (que se manifestam transfactualmente) a partir de observações fenomênicas, empíricas.

Se a ciência tem por objetivo desvendar os mecanismos por trás dos eventos que ocorrem na superfície da realidade, e para isso tem que investigar camadas "mais profundas" do conhecimento, que é estratificado, pode-se argumentar que estruturas de explanação dedutivas ou indutivas não modos de inferência adequados para revelar tais estruturas. Para compreendê-las, a evidência empírica é fundamental, mas não é suficiente por si só. Embora não se prove este argumento aqui, há motivos para sugerir que modelos matemáticos associados a 'covering-laws' seriam excelentes para um procedimento de inferência dedutivo, partindo de um grande número de corvos pretos para deduzir que o próximo corvo será preto; seriam também excelentes para um procedimento de inferência indutivo segundo o qual se corvos são pretos e 'X' é um corvo, então ele será preto; mas nem a combinação de matemática e indução ou dedução revela, ao menos por si só, quais as propriedades que fazem do corvo um pássaro preto (Lawson, 1997, p. 24).

O modo de inferência sustentado pelo realismo crítico é o de partir de fenômenos 'da superfície' para os objetos causais 'mais profundos' que os influenciam. Esse processo, chamado de retrodução ou abdução, consiste no movimento *"da concepção de algum fenômeno de interesse para uma concepção de um tipo de coisa totalmente diferente, um mecanismo, estrutura ou condição que, ao menos em parte, é responsável pelo dado fenômeno"* (LAWSON, 1997, p. 24). Esse tipo de raciocínio permite conhecer não só as estruturas naturais, mas também as sociais, que se diferenciam das primeiras por serem dependentes da atividade humana e, por essa razão, somente relativamente duradouras. O Estado, por exemplo, constitui uma estrutura social relativamente duradoura (sua existência é fundada nas práticas, nem sempre existiu e não há motivo lógico para supor que existirá para toda a eternidade) que também não pode ser empiricamente observável, mas opera na realidade social de forma a gerar eventos, esses sim, empiricamente perceptíveis, e que permitem conhecer os aspectos da estrutura em questão. É segundo este aspecto que a evidência empírica é relevante para o realismo crítico, como anunciamos anteriormente.

A partir dos elementos apresentados é possível inferir que a capacidade das pessoas de agir por meio de escolhas ou alternativas, implica na necessidade de uma concepção estruturada da realidade, e que, para poder conhecer as estruturas subjacentes aos fenômenos, a ciência emprega um modo de raciocínio que não pode ser dedutivo. Podemos concluir, junto com

Lawson, que o projeto empírico-realista, "em seu disfarce econômico é, como aproximação geral, visivelmente equivocado" (1997, p. 32).

Ao longo deste capítulo esperamos ter apresentado algumas perspectivas sobre a ciência econômica e seu método que poderiam ser mobilizadas para rejeitar a crítica feita por Lawson. Na análise feita, foi possível constatar que essas perspectivas, notadamente Hausman (1992) e Colander et al. (2004), não são capazes de rejeitar o argumento feito por Lawson. Como mostramos, sob qualquer perspectiva, as correntes dominantes em economia compartilham do mesmo tipo de método, essencialmente dedutivo e formal. Assim, como anunciamos no começo do capítulo, a crítica de Lawson ao dedutivismo segue válida, apesar desses trabalhos. Além disso, um elemento importante da crítica é afirmar que predomina uma falácia epistêmica em Economia, isto é, os esforços teóricos são direcionados a questões epistemológicas, enquanto as questões que precisam ser resolvidas são de caráter ontológico.

Hausman (1992), por um lado, apresenta uma versão de método dedutivo que declaradamente “protege” as concepções ontológicas da disciplina para focalizar esforços em estabelecer ligações entre as hipóteses fundamentais e os modelos. Ou seja, em lugar de discutir a ontologia subjacente à disciplina, tem-se um contínuo desenvolvimento do seu nível epistemológico. Colander et al. (2004), por sua vez, expõe um *mainstream* supostamente mais plural do que acreditam alguns heterodoxos, porém os autores também revelam que o *mainstream* é intolerante quanto ao método de análise. E, como Lawson (1997) mostrou, uma decisão desse tipo sobre o método é uma decisão que carrega noções ontológicas sobre a realidade, seja isso da vontade do pesquisador ou não. Assim, também Colander et al. também ilustram um caso de falácia epistêmica, pois boa parte do progresso que relatam para a disciplina é direcionado à sua capacidade epistemológica enquanto, ao menos metodologicamente, a disciplina reproduz as mesmas concepções ontológicas.

A validade dos argumentos apresentados por Lawson (1997) não permite, no entanto, supor que uma aceitação acrítica do método subsidiado pelo *mainstream* da economia explique totalmente a difusão dessa perspectiva. Em outras palavras, concordamos que os problemas e falhas lógicas que derivam de uma concepção equivocada de ciência parecem ser resolvidos pela adoção de uma perspectiva explicitamente crítico realista, mas não parece possível afirmar que

Todos os problemas vistos no Capítulo 1 [as inconsistências prático-teóricas mencionadas na introdução] se sustentam numa aceitação acrítica de certos resultados do positivismo, e em particular a concepção de leis científicas como conjunções constantes de eventos sobre as quais a repousa a versão de explanação do dedutivismo (LAWSON, 1997, p. 36).

A nosso ver, a proposição de que a reprodução dos métodos chamados dedutivistas deriva de uma aceitação acrítica de alguns resultados do positivismo ocupa um lugar importante no argumento feito por Lawson contra o *mainstream*. Acreditamos que compromete, inclusive, o caráter de crítica ontológica de seus argumentos, como será discutido no segundo capítulo.

Porém, antes de passar à uma análise da explicação fornecida por Lawson para a persistência com esses métodos, já amplamente criticados na literatura, é importante destacar a importância de uma explicação dessa natureza. Ou seja, é importante mostrar por quais razões a crítica ontológica pretendida por Lawson requer uma explicação para a validade social da teoria que ele critica. Por isso, no segundo capítulo, será feita inicialmente uma breve digressão sobre o objeto da crítica ontológica (que é a própria sociedade, suas estruturas), onde esperamos brevemente defender, seguindo Bhaskar e Lawson, que o procedimento da crítica ontológica é não só adequado, mas requerido pelo seu objeto. Na sequência, para argumentar que Lawson não é capaz de completamente realizar essa crítica, discutimos alguns de seus textos, especialmente dois livros Lawson (1997) e Lawson (2003).

## **2 – O CARÁTER INCOMPLETO DA CRÍTICA ONTOLÓGICA DE TONY LAWSON**

Neste capítulo será apresentada uma perspectiva crítica à Lawson, em que será argumentado que sua crítica contra métodos dedutivistas ou formalistas em economia, apesar de logicamente inapelável, não explica adequadamente as “causas sociais responsáveis” e, assim, não é uma crítica ontológica completa. Para isso, na primeira seção, destacamos como esse procedimento crítico é definido no Realismo Crítico, a partir dos escritos de Roy Bhaskar. Na segunda, será feita uma análise crítica sobre Lawson (1997) e, na terceira, sobre Lawson (2003). Nestes dois trabalhos é possível observar um avanço sistemático de Lawson em relação aos elementos que criticaremos. Porém, ainda assim, defendemos que a contribuição teórica do autor está limitada por um compromisso com a ideia de que acrítica pode ser, sem prejuízo para a análise, restringida ao âmbito das práticas científicas.

### **2.1 – Realismo Crítico a partir de Bhaskar: argumentos a favor da crítica ontológica**

Como a argumentação geral sobre a aplicabilidade do realismo crítico na economia repousa extensivamente sobre os escritos de Bhaskar, e como pode-se dizer que nas suas obras de maior destaque Lawson defende os postulados filosóficos do realismo crítico (inclusive a crítica explanatória, ou ontológica), vemos pertinência em regressar a algumas formulações do próprio Bhaskar para defender o procedimento da crítica ontológica. Assim é esperado poder

prosseguir com o argumento desta dissertação e evitar cometer uma -crítica aparentemente arbitrária a Lawson, mostrando assim que ele também defende ou parte de uma base filosófica que requer o mencionado procedimento crítico. Para isso é importante defender a necessidade desse procedimento a partir de uma noção de sociedade que é amplamente aceita por Lawson e pelo realismo crítico em geral.

No livro *The Possibility of Naturalism (1998 [1979])*, Bhaskar defende que a crítica pressuposta por um questionamento das teorias em circulação nas ciências sociais precisa ser crítica ontológica. Para subsidiar os argumentos deste artigo tomaremos por ponto de partida lógico, assim como Monfardini (2016), a concepção de Bhaskar sobre a conexão entre indivíduo e sociedade, que é mais formalmente desenvolvida no chamado *modelo transformacional da atividade humana*. A formulação original do modelo transformacional pode ser encontrada em Bhaskar (1979), mas contribuições diretas e comentários também podem ser encontrados em Archer et. al (1998) e Collier (1994). Em Lawson (2003), esse modelo é usado como ponto de partida (isto é, como molde geral para o uso particular) do modelo PVRS, como discutiremos mais adiante, neste mesmo capítulo do trabalho.

Para expor essa concepção *relacional* sobre o objeto da ciência social, Bhaskar discute possibilidades e limitações de outros modelos de explicação da sociedade. Não se pretende discutir detalhadamente os campos da teoria sociológica apontados por Bhaskar, mas apenas indicar características das tendências dominantes no pensamento social. Dessas tendências, se destacam a do chamado “modelo durkheimiano” e do “modelo weberiano”.

O primeiro desses combina, segundo Bhaskar (1998, p. 33), “uma concepção coletivista de sociologia com uma metodologia positivista”. Se trata de uma concepção coletivista, pois a ênfase recai nas propriedades do grupo frente ao indivíduo. As estruturas (fatos) sociais preexistem e são independente deles. Disso resulta um caráter fundamentalmente coercitivo dessa concepção, pois a condição primária da sociabilidade é a adequação dos indivíduos às normas do grupo. Estruturas tais como idiomas, ou outros sistemas de linguagem, por exemplo, sempre já se apresentam como prontos e acabados para um novo indivíduo do grupo e este só pode, diante de uma estrutura estranha ou reificada, tentar se adequar à essa estrutura. A metodologia de tendência positivista é justificável pelo modo como relações duráveis de sociabilidade precisam ser reconstruídas por fenômenos sociais coletivos, regulares. Um dos problemas apontados por Bhaskar é que não é possível sustentar que a sociedade exista sem a necessidade da atividade humana, porém os conceitos de consciência coletiva, solidariedade orgânica em oposição a mecânica, anomia social, etc., implicam uma crença evidente na

autonomia da sociedade em relação ao indivíduo. Com isso, o modelo de sociedade baseado em Durkheim facilmente conduz a investigação científica ao erro da reificação.

Já o modelo baseado em Weber combina “uma metodologia neokantiana com uma concepção de sociologia ainda essencialmente individualista” (BHASKAR, 1998, p. 221). O caráter neokantiano de qual fala Bhaskar se deve ao fato da familiaridade desse modelo com formulações transcendentais do tipo “o que precisa acontecer para que X seja possível?”. Porém, em lugar de uma resposta que enfatize o caráter real e historicamente cambiável dessas condições em relação às práticas sociais e científicas, a solução para a pergunta facilmente se esgota em proposições sobre as condições ideais, trans-empíricas necessárias para uma determinada atividade. Nesse caso, é bom observar que a metodologia toma regularidades empíricas como necessárias, mas não suficientes; além disso, não se trata de uma sociologia voltada para o grupo social, mas para a capacidade socialmente criativa do indivíduo. Com esse modelo, é possível estudar a sociedade a partir do empírico, predominantemente circunscrito às ações individuais, e a partir daí derivar as estruturas sociais trans-empíricas, porém ideais<sup>15</sup>. A sociedade, no entanto, preexiste às pessoas e é uma condição necessária de suas atividades, e esse aspecto não pode ser apreendido neste modelo. A sociedade não pode, como seria possível interpretar a partir do modelo weberiano, ser produto direto das práticas. Por características gerais que supõem essa autonomia da prática individual, o modelo baseado em Weber incorre no erro do “voluntarismo”, que consiste em supor que a sociedade é um produto da atividade humana.

Bhaskar, ao apontar os problemas emergentes de se filiar a esses modelos, destaca como fator comum entre eles uma limitação derivada do compromisso com o empirismo:

[...] da mesma forma que o propósito contido no isolamento das propriedades emergentes do grupo, realizado por Durkheim, é posta em cheque por seu continuado compromisso com uma *epistemologia empirista*, as possibilidades abertas pelo isolamento do tipo ideal, por Weber, são limitadas por seu continuado compromisso com uma *ontologia empirista*. Em ambos os casos um empirismo residual restringe e, por fim, anula um avanço científico real (BHASKAR, 1998, p. 33, itálicos adicionados)

Esse empirismo residual mencionado por Bhaskar que limita as possibilidades da análise social é, em poucas palavras, explicitamente rejeitado no realismo crítico pela noção de

---

<sup>15</sup> A passagem do empírico ao trans-empírico nesse modelo acontece da seguinte forma. O comportamento humano significativo (orientado por seus valores) é o que origina as estruturas sociais. Porém, por uma limitação prática da ciência, não é possível estudar toda a infinidade empírica das práticas significativas em sociedade. Dessa forma, é preciso que o cientista faça o ‘recorte’ de seu objeto, que se dá pelos aspectos que o cientista considera culturalmente relevantes e representativos, estabelecendo as bases para a construção dos tipos ideais. Note-se que conforme essa passagem fundamental ao modelo weberiano, a concepção de tipos ideais em boa medida dispensa a relação da ação individual com uma coletividade social.

descrições transfactuais de fenômenos, já indicada na seção anterior desta dissertação. Os modelos baseados em Weber e Durkheim, ao contrário, tem respectivamente como fundamento as ações individuais ou comportamento coletivo empíricos, e fenômenos empíricos que contradizem as proposições desses modelos são desinteressantes ou anômicos.

Apesar de ser possível reconhecer que esses dois modelos, como comenta Monfardini (2016), possuem uma efetiva capacidade explanatória para uma dimensão da sociedade, é importante assinalar que são insuficientes para a outra dimensão. Enquanto o modelo weberiano consegue explicar a possibilidade de criação da sociedade a partir do agir humano, não pode explicar suficientemente de que forma a sociedade pode coagir a ação individual. A hipervalorização do modelo durkheimiano, por sua vez, incorre numa limitação análoga, mas com sentido oposto.

É possível fazer uma ilustração das capacidades desses modelos partindo, por um lado, do fato de que os idiomas, religiões, moedas, etc., existem e funcionam a despeito do uso individual que se possa fazer deles. Este aspecto da sociedade pode ser bem compreendido partindo do modelo baseado em Durkheim. Por outro lado, também é verdade que a sociedade não se sustenta sem o exercício da atividade humana, de forma que um idioma requer falantes, uma moeda requer vendedores e compradores, a religião requer fiéis etc., como é possível destacar pelo modelo baseado em Weber.

Mas, como já dito, esses modelos são insuficientes por si próprios para explicar os dois polos da relação entre indivíduo e sociedade, seu caráter relacional. Sobre este aspecto relacional, Lawson assinala que “atividades humanas (intencionais) como fala, escrita, dirigir em vias públicas, descontar cheques, jogar e lecionar seriam impossíveis sem regras de linguagem, códigos de trânsito, sistemas bancários, regras do jogo, e relações professor-aluno” (LAWSON, 1997, p. 58). O importante de se destacar neste momento é que o elemento central da investigação social não é a ação individual e nem o comportamento de grupo (muitas vezes apresentado como superação do individualismo, quando então o problema passa a ser só reconhecer que “a soma das partes é maior que o todo”), mas sim as relações persistentes entre diferentes indivíduos e grupos, e a relação entre os produtos dessas relações (Bhaskar, 1979, p. 31). Esse tipo de investigação não se interessa, por exemplo, pela ação do professor ou do aluno, nem com seu comportamento coletivo em uma sala de aula, mas com a relação duradoura intrínseca entre aluno(s) e professor(es) que define as suas respectivas posições sociais e também em como o produto dessa relação se relaciona com o elemento já cristalizado da prática, *e.g.* um sistema nacional de ensino.

Ao contrário dos dois modelos mencionados, a alternativa apresentada por Bhaskar pretende lidar diretamente com tais relações e evidenciar duas diferenças ontológicas entre estruturas sociais e naturais: as primeiras são, além de teórico-dependentes, apenas relativamente duradouras. Essa conclusão do modelo transformacional da atividade humana pode ser sintetizada como se segue: a existência de estruturas sociais, diferentemente das estruturas naturais, depende de práticas que as reproduzam (e.g. sistemas bancários só são possíveis em sociedades que façam uso de seus serviços); e a ação humana, por sua vez, ao contrário de acontecimentos naturais, requer a internalização de conceitos e ideias gerais que tornem a ação exequível (e.g. atividades bancárias como o uso de cartões de crédito requer um entendimento prévio sobre estrutura bancária e condições de crédito). Nesse sentido, pode-se dizer que a existência de estruturas sociais, diferentemente daquela das naturais, depende de ideias prévias que possibilitem sua reprodução. Portanto, estruturas da esfera social são, em contraste com as estruturas causais da natureza, somente relativamente duradouras e teórico-dependentes<sup>16</sup>.

Em poucas palavras, a sociedade não é um produto da ação humana, nem essa ação é um produto das estruturas sociais, e nem os dois se determinam ou constroem mutuamente, numa falsa visão alternativa, como defende ainda Bhaskar (1979, pp. 34-41). A sociedade, nesta visão crítico-realista, sempre simultaneamente antecede e requer práticas individuais, e nesse sentido ela só pode ser *reproduzida* ou *transformada*.

É claro que esses atributos da prática social se encontram descritos ainda em um nível elevado de abstração. Para que seja possível examinar essas práticas mais de perto, como é desejado neste trabalho, é preciso assinalar também que a passagem de concepções para práticas e estruturas sociais nem sempre é bem-sucedida, muito menos autônoma. Em especial, é preciso reconhecer que se, por um lado, a prática individual em sentido restrito<sup>17</sup> requer que as finalidades da ação sejam conscientes e que o resultado final seja em certa medida esperado e desejado (intencional ou teleológico), o mesmo não pode ser dito sobre a transformação social. Ou seja, a realização bem-sucedida de uma ação individual implica um conhecimento mínimo e correto de suas próprias condições e consequências, e por isso o resultado geralmente é

---

<sup>16</sup> Uma demonstração desse argumento pode ser encontrada em Monfardini (2016).

<sup>17</sup> Práticas que sejam orientadas para a execução de uma finalidade individual, como antecipado nos exemplos de utilizar o sistema de crédito, lecionar, dirigir, etc. Não se trata do mesmo tipo de prática referida por Lukács (2013), no seu capítulo sobre o trabalho. A definição de Lukács, que em aproximações apressadas costuma ser confundida com a atividade no sentido supracitado, refere-se ao trabalho originário, criador de valores de uso, e por isso possui sentido (ainda) mais restrito do que o utilizado no presente argumento. Apesar disso, como entende-se que o primeiro tipo de prática deriva do segundo, é oportuno assinalar que as conclusões alcançadas para o caso do trabalho e da atividade individual são muito parecidas, quando não idênticas.

desejado, intencional. Já o resultado social de reproduzir essas práticas nem sempre é sequer compreendido ou está em primeiro plano para os indivíduos, e por isso o resultado social das ações não é geralmente desejado, intencional. Por isso, a transformação ou reprodução social não pode ser diretamente explicada pela intencionalidade ou caráter teleologicamente direcionado da atividade humana.

Assim, embora as estruturas especificamente sociais sejam relativamente duradouras e teórico-dependentes, sua transformação *intencional* é uma possibilidade, e não uma regra. A prática em sociedade nunca deixa de requerer um entendimento mínimo sobre suas estruturas e provocar efeitos sociais sobre elas, mas nem sempre o resultado desse agir é desejado ou mesmo antevisto, compreendido. Assim, nas palavras de Bhaskar,

Pessoas, portanto, não casam para reproduzir a família nuclear ou trabalham para manter a economia capitalista. Ainda assim, essa é a consequência não-intencional (e um resultado inexorável) de, como também é uma condição necessária para, sua atividade. Ademais, quando as formas sociais mudam, a explanação normalmente não residirá nos desejos dos agentes em mudá-la daquela forma, apesar de que dentro de um importante limite teórico e político isso possa acontecer (BHASKAR, 1998, p. 38).

Para uma distinção mais nítida, é bom lembrar que pessoas são diferentes de sociedades e, portanto, a realização da ação humana é diferente de transformações sociais (Bhaskar, 1979, p. 38). As últimas podem ocorrer, e de fato ocorrem, independentemente de uma conceitualização adequada, ou seja, capaz de compreender as possibilidades históricas de transformação abertas por elas. Nesse sentido, as condições de realização de práticas sociais podem ser mistificadamente representadas pela própria consciência prática. Uma ilustração do argumento feito por Bhaskar pode ser encontrada em Marx<sup>18</sup>, que descreve como a realização da atividade da troca capitalista não exige a compreensão do tipo de valor (estrutura) que os indivíduos reproduzem:

Portanto, os homens não relacionam entre si seus produtos do trabalho como valores por considerarem essas coisas meros invólucros materiais de trabalho humano de mesmo tipo. Ao contrário. Porque equiparam entre si seus produtos de diferentes tipos na troca, como valores, eles equiparam entre si seus diferentes trabalhos como trabalho humano. Eles não sabem disso, mas o fazem. Na testa do valor não está escrito o que ele é. (MARX, 2013, p. 149).

---

<sup>18</sup> Lukács (2013) também se refere a esta mesma passagem para sublinhar que até mesmo o desenrolar do processo que faz surgir a ciência é em certo sentido (dadas as condições analítico-abstrativas cumpridas pelo autor para compreender o surgimento do ser social) ‘inconsciente’. Segundo Lukács, “[...] a investigação dos objetos e processos na natureza que precede o pôr da causalidade na criação dos meios é constituída essencialmente por atos cognitivos reais, ainda que durante muito tempo não tenha sido reconhecida conscientemente, e desse modo contém o início, a gênese da ciência. Também nesse caso vale a afirmação de Marx: ‘Não o sabem, mas o fazem’” (LUKÁCS, 2013, p. 46).

Então, como os indivíduos podem efetivamente agir e transformar estruturas sociais mediante uma forma de concepção equivocada, mistificada (ou simplesmente incompleta, menos explicativa) da realidade social, a atividade crítica na ciência social, caso queira reorientar conscientemente as práticas (que são teórico-dependentes), precisa mostrar que tais concepções podem ser falsas. Mas esse é só um dos elementos requeridos para uma efetiva crítica social. Como as práticas podem se efetivar mesmo com concepções equivocadas, não seria suficiente somente indicar os problemas dessas concepções. A crítica precisa também demonstrar de alguma forma a necessidade social dessas falsas crenças, concepções, teorias, metodologias. Essa é uma condição não só do debate consciente científico, mas, como diz Bhaskar,

[...] *essa é uma condição de qualquer prática racional*. Em termos informais, a possibilidade de vir a dizer para o outro ou para si mesmo ‘enfim, essa é a razão pela qual você (I) [ideologicamente] acredita nisso ou naquilo’ é, de todo modo, um pressuposto de qualquer discurso racional ou de auto-reflexão autêntico (BHASKAR, 1998, p. 69, *itálicos no original*).

Dessa forma, com os elementos expostos nesta seção, é possível afirmar que o objeto de interesse das ciências sociais não é nem o indivíduo, nem o coletivo, mas, de maneira genérica, as relações duradouras que se estabelecem socialmente. Para isso, é preciso ter em mente que essas relações sociais, quando estruturadas, geram causalidades (operam como mecanismos causais) da mesma maneira que as estruturas naturais. Mas ao contrário das estruturas naturais, a existência das estruturas sociais é sempre relativamente duradoura e teórico-dependente, pois só se sustentam mediante práticas e concepções que as reproduzam e, por isso, a crítica é capaz de ajudar a transformar as estruturas sociais. Por fim, viu-se que apesar dessas duas propriedades particulares, a transformação social (muitas vezes) pode se desenrolar tendo por base concepções genericamente equivocadas, incompletas ou mistificadas sobre os próprios elementos da realidade social.

Assim, uma das tarefas importantes da ciência social é indicar quando e por qual razão se estabelecem relações duradouras baseadas em um discernimento deficitário ou até equivocado sobre elas próprias. Se as afirmações anteriores são válidas, não é difícil argumentar que previsões, no sentido entendido pela teoria econômica (tal como sempre que x, então y), passam longe de ser um elemento relevante. Ao contrário, a ciência social, para ser relevante, deve ajudar a tornar possível a transformação (consciente) das estruturas sociais, e não atuar em serviço de sua previsão sistemática. A partir do modelo transformacional da atividade humana foi possível ver que os objetos (estruturas) do mundo social possuem propriedades que

permitem transitar da crítica desses objetos para sua transformação, o que não é o caso dos objetos da ciência natural.

Não é arbitrário, portanto, que seja defendida a necessidade de explicar as causas da reprodução dos métodos convencionais na economia. A prática que reproduz essa estrutura consolidada está sujeita, como qualquer outra, à possibilidade do equívoco em nível generalizado. Como a literatura é rica em indicações desses equívocos e, ainda assim, as críticas mal abalam a confiança nos métodos dominantes, de forma que os economistas continuam a reproduzi-los, deve haver um interesse especial na pergunta “por que o fazem?”. É este questionamento que precisa ser respondido por uma crítica ontológica dos métodos em economia. Diante dos argumentos do realismo crítico (e do próprio Lawson), parar a crítica na demonstração de que as crenças em questão são equivocadas ou explicam menos que outra concepção defendida não é fazer uma crítica completa dos pressupostos. Significa, parafraseando Marx – mas desta vez através de Bhaskar – “se deter ‘naquele tipo de crítica que sabe como julgar e condenar o presente, mas não sabe como compreendê-lo’” (BHASKAR, 1998, p. 70).

A crítica defendida por Bhaskar, e por uma concepção crítico-realista de sociedade da qual dificilmente discordaria Lawson, tem como momento decisivo a explanação dos objetos sociais que tornam necessárias as falsas consciências, e como será visto na próxima seção, em Lawson (1997) o desenvolvimento desse elemento específico da crítica ontológica é ainda muito insuficiente. Neste, já foi possível argumentar que Lawson (1) identifica uma estrutura científico-explanatória dedutivista que é sustentada e ao mesmo tempo possibilita diversas práticas teórico-inconsistentes, demonstrando sua falsidade e limites explanatórios e (2) simultaneamente apresenta uma explicação alternativa e mais abrangente dos fenômenos através do realismo crítico (para a capacidade de escolha real dos agentes e para a realidade complexa e estruturada, por exemplo). Mas, ao identificar a impossibilidade de (3) explanar a necessidade social desse tipo de postura na economia, será possível comprovar a hipótese de que a crítica de Lawson não constitui uma crítica ontológica completa do dedutivismo.

## **2.2 – Uma primeira aproximação ao problema: falta de bom senso filosófico e criticidade dos economistas**

Na presente seção, começamos por lembrar que a constância de eventos desejada pela ortodoxia econômica raramente ocorre no mundo social. Para obtê-la economistas, acadêmicos ou não, precisam adotar procedimentos de análise e pesquisa que não podem estender em nenhum grau o conhecimento sobre o ser das relações econômicas. Sob essas condições

metodológicas, a explanação social que apropriadamente apreende seu objeto de estudo é impossível – o que não significa imediatamente que essa explanação em si é impossível. Sublinhar os limites do dedutivismo é importante pois permite indicar que uma explanação científica, para ser adequada a seu objeto, precisa ser essencialmente distinta do arquétipo de *covering-laws* (Lawson, 1997, p. 36).

As inconsistências apontadas por Lawson mostram que as práticas que o discurso oficial considera coerentes e significativas para entender as relações econômicas não são apenas improváveis, mas logicamente inalcançáveis enquanto a ciência for dependente de condições *ceteris paribus* para simular sistemas fechados. Como os procedimentos demandados pela ortodoxia econômica não revelam de fato as estruturas sociais, os economistas que desejam efetivamente explicar algo do mundo social não tem outra alternativa senão aderir à intuição das práticas extraoficiais. Nas palavras de Lawson, “eles em maior ou menor grau precisam fazê-lo caso tenham qualquer pretensão de iluminar fenômenos sociais, de produzir pesquisa relevante em economia” (Lawson, 1997, p. 37).

Considerando todos os argumentos anteriores alegando que não existe garantias de um entendimento substancial do mundo social através da postura oficial (e que o escape por formas de reflexão extraoficiais intuitivas apresenta o limite de um sucesso eventual, contingente, inesperado ou injustificado), parece que a solução mais efetiva passa por uma reorientação da atual postura metodologicamente impositiva. Mas, conforme notado no início do primeiro capítulo, a disposição para uma reorientação dessa natureza é muito pouco provável. Então, o que pode explicar o enorme engajamento no modo corrente de análise? A explicação das reais causas das crenças, com o propósito de transformar sua fonte, é a possibilidade reconhecida pela crítica explanatória ou ontológica. Porém, nessa primeira aproximação do problema<sup>19</sup>, Lawson (1997) sugere uma explicação majoritariamente pautada em traços individuais atribuídos aos economistas, que também são compelidos pela tradição a aderir às práticas dedutivistas:

Mas o que explica a persistência da postura oficial? [...] Em alguns casos será puro oportunismo. Dada a significativa pressão dentro da academia para se conformar, seguir com o *mainstream*, alguns economistas podem bem se sentir obrigados a se render a retórica, se não as próprias técnicas e práticas, enraizadas no dominante paradigma pós-Humanano. Algo disso será simplesmente má-interpretação (LAWSON, 1997, p. 37)

---

<sup>19</sup> Considera-se essa a primeira aproximação por se encontrar em uma obra abrangente e sistematizada do autor (Lawson, 1997). Porém isso não quer dizer a explicação tenha surgido aí. Antes de Lawson (1997), essa linha argumentativa pode ser encontrada em Lawson (1994b). Também pode-se afirmar que ainda é uma abordagem considerada relevante pelo autor pelo fato de ainda reproduzi-la em seus artigos mais recentes (Lawson, 2017).

A posição de Lawson (1997) aqui é reforçada por outro trecho sobre o caráter intocável dos equivocados métodos oficiais que, diante das tendências e contra-tendências existentes no mundo social, dificilmente poderiam fornecer uma base para a formulação de práticas apropriadas para esse mundo. A explicação para seu caráter intocável, indica Lawson,

É simplesmente uma indisposição [dos economistas] para sequer questionar certos métodos tidos como próprios, uma orientação voltada para a negação contínua da investigação ontológica. Tamanho é o prestígio dos métodos dedutivistas para alguns, um prestígio fundado numa errônea percepção da generalidade de seu sucesso na esfera natural, que o registro de falhas até o presente na esfera social mal afeta o esforço em perseverar com eles, ou em aparentar fazê-lo, ou ao menos a reconhecer a retidão de fazê-lo. É precisamente esta atitude dominante da disciplina que eu estou tentando desafiar com este livro (LAWSON, 1997, p. 37).

Levando em conta esses primeiros argumentos, Lawson (1997) parece decompor a atitude dominante da disciplina em uma combinação de deficiências individuais e uma influência não justificável do dedutivismo para as ciências sociais. Não é a intenção desta análise ignorar a relevância desses elementos que aparecem em Lawson (1997), ou seja, não se espera defender que um comportamento oportunista, incompreensão, ou um sincero mal-estar diante de algo como autocrítica metodológica sejam necessariamente falsos. Para uma perspectiva crítico-realista, no entanto, esses aspectos não são suficientemente adequados para explicar a manutenção de uma postura que se revela como uma tendência dominante na disciplina.

De fato, através da explicação retórica de Lawson (1997), perde-se espaço a outros tipos de concepções científicas como a de Kuhn (1970 [1962]), por exemplo. Na concepção de comunidade científica deste autor, já é evidente que a resolução normal dos problemas científicos requer o compartilhamento de uma mesma visão geral da realidade em que operam os cientistas. Com isso já se torna logicamente inteligível a pressão dentro da Economia para a adesão aos mesmos métodos. Porém, para Kuhn, não é possível a existência de ferramentas de análise objetivas para comparar paradigmas que competem entre si, já que cada paradigma é baseado em sua própria concepção de mundo. Portanto, oferecer uma explicação da postura dominante que seja fundamentada principalmente em motivos como prestígio pela tradição ou coisas do gênero é, ao menos em um certo sentido, ceder que as concepções equivocadas da academia podem se fundar nelas mesmas, e o problema de se assumir isso é que assim a crítica explanatória não é mais capaz de identificar a ligação entre as estruturas sociais e as concepções que são requeridas para a prática que reproduz essas estruturas. Sem essa ligação, as concepções científicas não podem ser julgadas em função das estruturas sociais que reproduzem, como propõe autores do realismo crítico, como Lawson.

Já a partir de uma concepção relativista, como a de Kuhn, a escolha entre paradigmas não requer esse tipo de associação e tampouco há meios confiáveis para determinar se um conjunto

de noções básicas da comunidade científica é falso. Nessa perspectiva, paradigmas diferentes só são mensuráveis em termos da resolução de problemas de sua própria lógica. Como novos paradigmas geralmente emergem com poucos resultados científicos, não é possível analisar outros com base em concepções de novos paradigmas, apenas retrospectivamente, após esses paradigmas mostrarem-se bem-sucedidos na atividade da ciência normal de resolução de quebra-cabeças. Então, quando velhos paradigmas não são mais capazes de sustentar seu poder de explicação empírica e a comunidade científica Kuhniana precisa escolher um paradigma substituto, essa decisão crucial não pode ter fundamentos ou critérios racionais. Tem-se que paradigmas, especialmente os novos (e.g. o Realismo Crítico na economia), seriam incomensuráveis e não há maneira de satisfatoriamente testar os novos candidatos a paradigma por sua capacidade de resolver problemas: para a comunidade científica, em tal situação, o critério último de escolha seria a fé. Sobre isso, Kuhn assinala que

O homem que adere a um novo paradigma num estágio inicial, frequentemente o faz desafiando a evidência fornecida pela resolução de problemas. Ele precisa, isto é, *ter fé* que o novo paradigma terá sucesso com os muitos grandes problemas que o confrontam, sabendo apenas que o antigo paradigma falhou com poucos. *Uma decisão desta natureza só pode ser baseada em fé* (KUHN, 1970 [1962], p. 158, itálicos adicionados).

De acordo com seu esquema conceitual, pode ser inferido que a seleção de um paradigma dominante tem sua instancia conclusiva na crença de que os sujeitos têm sobre o paradigma. Sinteticamente, dado que Lawson não explica satisfatoriamente as reais causas ou condições da ocorrência das perspectivas criticadas, abre-se espaço para abordagens ou explicações relativistas dessas perspectivas, como a de Kuhn. É evidente que esse tipo de abordagem não é compatível com a concepção de ciência defendida por Lawson, pelo Realismo Crítico, ou pelo Marxismo<sup>20</sup>.

Apesar de defender uma concepção ontologicamente realista a partir do Realismo Crítico, esses elementos de Lawson (1997) indicam que ele não consegue realizar uma crítica ontológica completa da ontologia do *mainstream*, mesmo que tenha apresentado problemas dentro dessa

---

<sup>20</sup> Note-se que, para sustentar qualquer concepção filosoficamente realista é preciso supor que os objetos têm propriedades e legalidades que são determinadas pela própria natureza desse objeto, e não pela crença que os sujeitos têm nessas propriedades. Um caso muito familiar diz respeito às teorias do valor marxista e marginalista. Se na teoria marxista do valor, este (o valor de uso) existe como algo que deriva das propriedades inerentes ao objeto, na teoria marginalista o valor (utilidade) somente existe através de seu reconhecimento. Uma concepção científica realista entende, pois, que os objetos de estudo imediato existem independentemente e anteriormente à sua investigação e, com isso, uma interpretação adequada não pode depender, em última instância, das crenças sobre os objetos, mas do próprio objeto. Por conseguinte, um esquema metodológico-filosófico como o de Kuhn, no qual a validade dos paradigmas depende mais da apreensão (crença, fé) que dos próprios objetos, apresenta um bloqueio irremediável para posições científicas realistas – embora essa filosofia relativista seja paradoxalmente popular em setores da heterodoxia econômica que defendem o realismo da disciplina.

ontologia e oferecido outra mais adequada, como visto no primeiro capítulo. Em um trecho seguinte, ainda sobre a reprodução ou resistência dos métodos equivocados é possível observar que, apesar de não responder satisfatoriamente o problema, em Lawson (1997) ele já é posto nos termos necessários para respondê-lo. Lawson sugere que os pontos de tensão encontrados dentro da teoria social do *mainstream* são requeridos pela própria ontologia na qual o método positivista de inferência é sustentado,

Pois assim como qualquer teoria do conhecimento pressupõe uma ontologia (que, no caso do positivismo, consiste em eventos atomísticos dados na experiência), também pressupõe uma teoria social, i.e. alguma explicação sobre a agência humana e instituições. Especificamente, estes precisam ser de uma forma que permita o alcance de um tipo particular de conhecimento. O positivismo, então, sustenta uma concepção de agente como sensores passivos de eventos atomísticos e compiladores de suas conjunções constantes (LAWSON, 1997, pp. 39).

Em outras palavras, Lawson afirma que a forma pela qual se analisa e estuda um objeto implica uma concepção sobre o que constitui esse objeto para que ele possa ser analisado e estudado daquela forma. No caso de ciências voltadas para o âmbito social, sendo os objetos a sociedade e indivíduo, também é pressuposta uma respectiva teoria sobre a relação entre eles. Por fim, ilustra o argumento com a concepção de agentes associada a uma ontologia positivista. Ao nosso ver, essa é uma formulação que explicita a ontologia e a teoria social equivocadas requeridas pela teoria do conhecimento dedutivista. Porém, até aqui, nada é dito sobre a relação entre essas falsas concepções e outras relações sociais.

Segundo a própria concepção de crítica explanatória, para qual é preciso “identificar as causas sociais responsáveis [pelas discrepâncias teóricas]” (LAWSON, 1997, p. 290), parece que crítica poderia se beneficiar de uma aproximação mais decidida em relação aos efeitos de necessidades sociais sobre as concepções científicas. Mais precisamente, o argumento principal de Lawson aparentemente ainda supõe que tensões muito fundamentais podem ser resolvidas a partir do interior da disciplina econômica, sem muito a ser dito sobre outras relações sociais importantes, *e.g.* relações de produção, o que implicaria uma improvável autonomia entre a disciplina e as tendências sociais concretas. Embora consideremos essa uma lacuna decisiva em seu trabalho, destacamos que Lawson (1997) reafirma muitos argumentos cruciais para uma crítica ontológica dos métodos dedutivistas, pois indica que apesar de o positivismo pretender rejeitar completamente concepções ontológicas (chamando-as de metafísicas), ele próprio possui uma concepção ontológica velada (Medeiros, 2013, p. 5). Além disso, Lawson também defende a rejeição da difundida dicotomia positivista entre fatos e valores, assim como Bhaskar (1998).

Então, apesar do forte argumento de Lawson sobre as concepções ontológicas implícitas e problemáticas que levam a problemas teóricos, a discussão parece incapaz de avançar em sentido explanatório dessas falsas, porém socialmente necessárias, ideias e concepções. Essa obstrução é mais evidente quando acaba sendo enfatizada a casualidade (e não causalidade) dos processos criticados, como pode ser visto em uma passagem subsequente

E, assim como a concepção positivista de ciência é acriticamente aceita em boa parte da ciência econômica contemporânea, também passa relativamente incontestada a associada especificação de agentes humanos como receptores de eventos atomísticos (Lawson, 1997, p. 39).

O autor mostra que tanto a concepção positivista quanto a especificação dos agentes estão associadas aos métodos dedutivistas do *mainstream*, mas por fim acaba sugerindo, nesta parte de seu trabalho, que ambos são acriticamente aceitos. É importante antecipar que esse elemento é reafirmado por Lawson até seus mais recentes trabalhos, mas de maneira reelaborada. Mostraremos em breve que em Lawson (2017) a falta de criticalidade e senso filosófico ainda é um elemento de destaque no seu entendimento. Antes de passar a esse texto, é interessante também fazer alguns comentários em relação ao segundo livro do autor, intitulado *Reorienting Economics*, de 2003.

### **2.3 – O modelo PVRS e a ascensão do projeto matematizante na Economia: um quebra-cabeça ainda incompleto**

Nesse trabalho, já pode-se perceber tentativas consideravelmente mais sistemáticas de explicar a ascensão e reprodução persistente dos métodos matemático-dedutivistas. Contudo, cabe observar, de partida, que entre esses trabalhos é perceptível uma importante mudança de ênfase na crítica de Lawson. A partir desse livro, especialmente em relação ao anterior, o autor passa a conferir um acento mais direto na crítica à ênfase matemática.

É o que nos indica o próprio autor, e a primeira evidência disso é a própria definição de dedutivismo, que, como vimos anteriormente, não fazia menção explícita ou necessária ao caráter matemático dos métodos criticados. Agora, neste outro livro, somos avisados logo na primeira tese sobre o estado da economia moderna de que:

O ponto a ser enfatizado [...] é que de acordo com a concepção desse projeto, ou modo de explicação, [esta] é necessariamente uma que facilita o uso generalizado de formalismo matemático, incluindo modelagem formalística. Esse modo de explicação invocado é dedutivismo. Por dedutivismo eu me refiro ao tipo de explicação na qual regularidades da forma ‘sempre que evento x ocorre, então evento y’ [...] são uma condição necessária (Lawson, 2003, p.4).

Assim, o projeto do *mainstream* passa ser rotulado ao longo do livro de formas que indicam a postura crítica ao uso indiscriminado da matemática: “modelagem matemático-dedutivista”, “modelagem formalística de sistemas fechados”, ou simplesmente modelagem formal ou matemática (Lawson, 2003, p.5). Esse aspecto é importante tanto por suscitar a maior parte das críticas feitas contra Lawson – por heterodoxos ou ortodoxos –, quanto por estar associado à explicação do dedutivismo oferecida por ele no último capítulo do mencionado livro. Essa explicação é exatamente o ponto que pretendemos avaliar, pois constitui, nas palavras do próprio Lawson (2003, p. 247), “uma explicação da tendência matematizante [dedutivista] na economia moderna”.

O fenômeno a ser explicado por Lawson diz respeito àquelas “práticas de pesquisa realizadas por aqueles que estudam fenômenos sociais (incluindo os econômicos)” (Lawson, 2003, p. 256). Para o autor, a atual dominância dessas práticas, apesar de seu fracasso explanatório, constitui um enigmático quebra-cabeças que pode ser explicado por uma sequência favorável de desenvolvimentos teóricos e eventos políticos.

O argumento é que um subconjunto dessas práticas, exatamente aquele subconjunto que adotava e promovia uma concepção matematizante das relações sociais, em alguma determinada conjuntura passou a ser favorecido pelo ambiente de seleção das práticas de pesquisa. Para isso, Lawson aplica um relato histórico ao modelo evolucionário desenvolvido anteriormente desenvolvido por ele. Com a finalidade de melhor ilustrar o argumento do autor, esse modelo evolucionário e os argumentos que o sustentam serão esquematizados antes do conteúdo, propriamente dito, da explicação para as referidas práticas de pesquisa.

Além de uma clara introdução ao conteúdo do último capítulo de Lawson (2003), um objetivo importante desta parte em que Lawson apresenta o modelo evolucionário é identificar uma base ontológica ainda pouco examinada na literatura que justifique metodologicamente um tipo de aproximação entre o material social e os instrumentos cognitivos desenvolvidos para o campo biológico. Para Lawson (2003), ainda é necessário progredir muito no entendimento do material social ao qual são aplicados modelos evolucionários e, por isso, diz ele, é imprescindível que, para ser produtiva, uma aplicação de instrumentos teóricos de outras disciplinas seja precedida por argumentos ontológicos que sustentem essa aproximação.

Assim, o ponto proposto nesta parte pode ser bem sintetizado pela aparentemente simples pergunta: quais são as propriedades ontológicas do mundo social e do mundo natural que tornam possível (ou não) uma aproximação entre economia e biologia evolucionária? A resposta dada a seguir por Lawson enfatiza a restrição de que a incorporação de conceitos e

modelos biológicos deve ser condicionada pela natureza do material social do qual se ocupa a ciência econômica.

A compreensão crítico-realista de sociedade suposta por Lawson é a de que estruturas sociais são objetivas no sentido de possuírem uma legalidade e existência que independe de nosso reconhecimento ou capacidade de apreensão, mas, ao contrário de estruturas causais especificamente naturais, são apenas relativamente duradouras. De acordo com o já defendido pelo modelo transformacional da atividade humana, a prática humana pode reproduzir ou transformar dadas estruturas sociais. Como afirma Lawson (2003, p. 117), no modelo transformacional, “a agência humana, prática e estruturas sociais (incluindo regras sociais, relacionamentos, posições, etc.) são tipos interdependentes, mas ontologicamente distintos de coisas”. O que significa afirmar que o agir humano parte das estruturas dadas e contribui para sua transformação ou reprodução (são interdependentes), mas como geralmente essas estruturas não são adequadamente conhecidas (fato que é possível por serem ontologicamente distintas da agência e prática humanas), a sua reprodução ou transformação é frequentemente fortuita. Como esse modelo já foi discutido anteriormente neste trabalho, o resultado mais importante a ser destacado é que caracterizar o mundo social como um conjunto aberto e dinâmico ou processual de estruturas é a sua própria condição de inteligibilidade<sup>21</sup>. Isto é, a sociedade tal como se apresenta a nós só faz sentido levando em conta o caráter interdependente entre práticas, ideias e estruturas; e também processos histórico-concretos que envolvem a reprodução e transformação.

Sem dúvida, seria razoável supor que esses dois aspectos do mundo social não são nada estranhos a economistas evolucionários, notadamente os mais interessados na aproximação entre economia e biologia. As mesmas propriedades poderiam ser identificadas no reino biológico e são, em boa parte, motivo de desenvolvimento e interesse crescentes na economia evolucionária. Como sublinha Lawson (2003, p. 118), a realidade social assim entendida já permite de imediato uma vantagem dos modelos evolucionários sobre os concorrentes modelos mecanicistas do *mainstream*, pois os últimos se ocupam primariamente de cenários estáticos ou estacionários. Mas se esta fosse a única razão de interesse em uma economia evolucionária, ela poderia ser substituída por uma concepção social não atomizada do indivíduo, o que é possível a partir da própria ciência social, sem um vínculo explícito necessário com a biologia (segundo Lawson, o próprio modelo transformacional da atividade humana seria suficiente para isso).

---

<sup>21</sup> Esse argumento pode ser visto em Bhaskar (1998 [1979], p. 34 - 41) e Lawson (1997, cap. 12 e 13).

Boa parte da atração com a biologia parece residir, então, na possibilidade de metáfora com a seleção natural. A teoria biológica parece se mostrar interessante por conseguir desenvolver uma explicação da ordem das coisas que é livre de um tipo teoricamente prejudicial de intencionalidade. Na Biologia os processos ou transcurso de eventos são entendidos como encadeamentos não-teleológicos, que não são fruto de design consciente (Lawson, 2003, p. 119). Em síntese, é essa compatibilidade ontológica entre o âmbito social e biológico que caracteriza o fundamento para uma metáfora da seleção natural aplicada à fenômenos sociais.

Para precisar melhor o que se quer dizer com termos como “design inteligente” e evitar confusões com o “design consciente” anteriormente mencionado, será feito, em tempo, um breve parêntese sobre o ressurgimento recente de posições anti-darwinistas na biologia. Essas posições apregoam uma espécie de “design inteligente” do estado de coisas, alegando que até as mutações que geram ou transformam órgãos de espécies variadas são produto da intenção de uma racionalidade superior (Martins, 2017). De antemão, ao longo dos próximos parágrafos, em paralelo à exposição do modelo PVRS, espera-se deixar claro que Lawson *não está se referindo* a esse tipo de “design inteligente” em nenhuma das versões do seu modelo (apresentado no parágrafo a seguir).

Como forma de mostrar que os resultados obtidos com a seleção natural têm paralelo com a esfera social, Lawson procura retroduzir da seleção natural um modelo abstrato do qual a seleção natural seja parte e que possa ser examinado por sua aplicabilidade aos fenômenos sociais (Lawson, 2003, p. 120). O modelo ou sistema PVRS (*Population-Variety-Reproduction-Selection*) pode ser ilustrado pelo recente episódio evolucionário ocorrido nas ilhas Galápagos, onde a população de pássaros desenvolveu adaptativamente, em virtude de uma enchente que comprometeu a oferta de sementes de tamanho menores, bicos 4 ou 5% maiores em um espaço de tempo de poucos anos.

Com o objetivo de abstrair as principais características do processo de seleção natural do qual a evolução dos bicos dos pássaros das ilhas Galápagos é um caso específico, Lawson (2003, p. 121-2) sugere um modelo que contém elementos de i) *população*, entendida no sentido de conjunto de indivíduos de um tipo particular e um aspecto do ambiente que é necessário ao grupo de indivíduos, ii) *variedade* nas características decisivas, pois, para que haja de fato um processo como o que costuma ocorrer na seleção natural, é preciso que exista variedade nas características do grupo de indivíduos que permita diferentes performances na adaptação, iii) *reprodução*, elemento que torna a população uma sequência espaço-temporal de entidades na qual as mais recentes descendem, de alguma forma, das anteriores e iv) *seleção*, a especificação

de um mecanismo de interação entre os indivíduos da população e o ambiente onde se inserem, através do qual os membros da população são selecionados.

Estes elementos, embora suficientes para ilustrar um processo de seleção natural, não são exaustivos das possibilidades dos modelos biológicos e, por isso, é importante considerar também três versões do modelo PVRS. Precisamente, o aspecto que se pretende destacar nessas versões é o do grau de independência que pode ser assumido entre a variedade dos traços de uma população (V) e o mecanismo presente no ambiente, pelo qual ocorre a seleção dos indivíduos ou espécies (S). Dito de outra forma, é de extrema importância a questão sobre a capacidade de a variedade populacional gerar ou ser gerada pelo mecanismo de seleção. Por isso é necessário distinguir entre um modelo PVRS em que V e S são independentes entre si, e outros dois onde V influencia S e vice-versa. Antes, porém, de passar a definição desses modelos e como eles podem ajudar numa compreensão do material social, parece ser oportuno partir de um comentário de Lawson para abrir um breve parêntese sobre o chamado “design inteligente”.

Ao se referir ao grau de independência entre o processo pelo qual uma variedade de traços é produzida e a maneira como surge o mecanismo que opera a seleção, Lawson (2003, p. 123) afirma que esta “independência é essencial se o modelo se propõe a explicar a aparência de ordem ou ‘adaptação’ [...] na ausência de design”. O termo *design* está no centro de um debate entre vertentes criacionistas e darwinistas nas ciências biológicas e, embora Lawson não trate das primeiras (e nem as versões do modelo PVRS sem independência entre V e S tem algo a ver com as proposições criacionistas), optamos por não ignorar uma bibliografia que, apesar de minoritária, traveste-se de discurso científico e está em fase de expansão no meio acadêmico, como afirma Martins (2017, p. 259). Referimo-nos especificamente ao livro *A caixa preta de Darwin*, de Michael Behe, que afirma ser possível, a partir dos avanços mais recentes da bioquímica, decretar a falência do darwinismo. Martins (2017), que analisa mais profundamente o texto de Behe em suas implicações para o darwinismo, sintetiza que:

Talvez o núcleo central do argumento de Behe seja precisamente esta afirmação de que a bioquímica nos apresenta máquinas complexas em funcionamento, envolvendo o desempenho sincrônico e articulado de funções. Quem está devidamente informado dos subjacentes processos bioquímicos responsáveis pela visão, pelo transporte celular, ou pela coagulação, nos diz Behe, deve se render às evidências de que a estruturação destas funções segue um plano diferente: ‘Se um sistema requer várias partes estreitamente condizentes para funcionar, então ele é irredutivelmente complexo e podemos concluir que foi produzido como uma unidade integrada’. [...] Darwin teria suposto que a seleção natural opera sobre estruturas já constituídas, deixando no esquecimento a questão da origem mais remota de tais estruturas (MARTINS, 2017, p. 263).

Em poucas palavras, pode-se dizer que o argumento de Behe é que uma certa complexidade dos sistemas bioquímicos indica que tais sistemas só podem ter sido fruto de planejamento consciente, que intencionalmente “criou” esses sistemas da maneira que são. É no momento positivo, onde Behe procura explicar o surgimento remoto da unidade integrada, que surge o “design inteligente” como planejamento ou arranjo intencional de partes que é evidenciado quando componentes são organizados de forma a executar uma função que está além da capacidade dos componentes isolados (Martins, 2017, p. 264). Como este não é o espaço para examinar minuciosamente o inconformismo do “design inteligente” contra o darwinismo, e passando mais diretamente aos elementos pertinentes à uma aproximação entre economia e biologia, é preciso advertir, junto com Martins (2017, p. 264), que “quem fala em planejamento inteligente deve enfrentar em algum momento a questão da existência de um sujeito responsável por tal planejamento”.

Do lugar epistemológico de onde fala Behe, sabemos que o planejador inteligente se refere a uma entidade transcendente cuja razão o pensamento humano não pode compreender. Por outro lado, para o *mainstream* da economia, também há um mecanismo abstrato e universal que regula a sociabilidade, um mecanismo de mercado cuja determinação é incontornável e que cumpre um papel bem próximo ao de planejador inteligente. De uma forma ou de outra, essas formas de design – inteligente ou não, mas que decorrem de uma consciência abstrata e ontologicamente independente<sup>22</sup> dos indivíduos – acabam por ofuscar o núcleo mais essencial proporcionado pelo pensamento darwinista em específico e histórico-realista em geral, que consiste “numa afirmação muito decidida da historicidade do ser, evidenciando que o que se apresenta a nós como um resultado acabado tem na verdade uma longuíssima história de gênese e transformações sucessivas” (MARTINS, 2017, p. 266).

E, embora ainda não seja de nosso conhecimento a aplicação mais sistemática na economia desses resultados da bioquímica, parece ser possível reforçar, com essa breve exposição, o argumento de Lawson (2003) de que é extremamente prejudicial à cientificidade da economia a prática generalizada de absorver os últimos resultados das *hard sciences*, unicamente por se encontrarem “na fronteira do conhecimento”. Tendência instintiva que parece poder ser incentivada tomando por ponto de partida os argumentos de Colander et. al (2004). Mas a ideia de um planejador inteligente e incompreensível é estranha aos otimistas da

---

<sup>22</sup> Vale a pena lembrar que o modelo transformacional se refere a práticas individuais e estruturas sociais (generativas de causalidades) como ontologicamente *interdependentes*. Em outras palavras, enquanto essa vertente de “design inteligente” supõe um sujeito planejador que existe com *independência absoluta*, pode-se dizer que o Realismo Crítico sustenta legalidades sociais *relativamente independentes*.

economia evolucionária, não é devido ao seu caráter de novidade no campo acadêmico – uma vez que essas hipóteses surgem justamente de uma suposta “fronteira” da bioquímica –, mas à visível discrepância dessas proposições com o material social (isso sem levar em conta as críticas possíveis no próprio campo biológico). Feito este parêntese, é possível fazer referência às variantes do modelo PVRS sem o menor risco de sinalizar para uma interpretação teleológica no sentido de um design inteligente: não é a esse tipo de “design inteligente” que Lawson se refere quando fala das duas últimas versões do seu modelo.

A primeira variação do modelo apresentada por Lawson é a do PVRS com condições de variedade e seleção estritamente independentes, que também pode ser chamado de versão polar do modelo<sup>23</sup>. Nesta versão, a pressuposição é a de que as condições que selecionam os indivíduos da população (escassez de sementes pequenas, no exemplo das ilhas Galápagos) é estritamente independente da emergência da variação nos tamanhos dos bicos dos pássaros. A vantagem epistemológica dessa variação, que é a mais significativa na biologia moderna, é conseguir mostrar como o mecanismo de seleção natural é capaz de imprimir uma determinada ordem, mesmo na ausência de design consciente<sup>24</sup> (Lawson, 2003, p. 124).

Nas outras duas variações do modelo PVRS, a variedade e seleção se determinam em alguma medida. Nesta primeira versão, que pode ser referida como retrospectiva (*feedback*), os mecanismos de seleção influenciam a variedade de características da população. Ou seja, os elementos da população são capazes de desenvolver características novas diretamente em função de sua interação com o ambiente. Uma expressão dessa versão, diz Lawson (2003, p. 124), é o modelo Lamarkiano, que afirma ser possível transmitir ao processo evolucionário via reprodução as perdas ou aquisições de características. Para o exemplo dos pássaros, seria equivalente a supor que o próprio desenvolvimento de bicos maiores em certos elementos foi possível graças à condição escassa de sementes.

A última variação é a do modelo PVRS prospectivo (*feed-forward*). Esta variação pressupõe a relação inversa entre V e S, ou seja, a emergência de características influencia no ambiente de seleção. Para manter a analogia com o caso dos pássaros de Darwin, seria preciso sustentar que a mutação que originou os bicos maiores afetou, de alguma forma, a natureza ou causa do alimento desses pássaros (Lawson, 2003, p. 124)

---

<sup>23</sup> Lawson (2003, p. 124) sugere os nomes alternativos de versão polar, neo-darwiniana, ou estritamente darwiniana do modelo PVRS. Como ele mesmo sinaliza em uma nota de rodapé que não deseja sugerir que o próprio Darwin aceitasse essa ideia, julgamos prudente adotar a primeira das alternativas de nomenclatura.

<sup>24</sup> Que, sublinhamos aqui novamente, é distinto de “design inteligente”. Lawson está preocupado com a capacidade transformadora da atividade humana. É nesse sentido que ele argumenta ser possível uma aproximação com a seleção artificial.

Com estas especificações do modelo PVRS, é possível inferir que o modelo com maior capacidade explicativa para casos do reino biológico (como sugere o recente caso dos pássaros) é o modelo PVRS polar. Comparativamente, os modelos PVRS retrospectivo e prospectivo têm pouca aplicação na esfera biológica. Contudo, alerta Lawson, esses últimos modelos, se interpretados a partir da agência humana na natureza, oferecem uma diferente capacidade epistemológica:

Com a manipulação humana através de modificações genéticas, certamente podemos encontrar espaço para o modelo retrospectivo. E com a intervenção de humanos para garantir que prevaleça um ambiente no qual predomine uma determinada variedade de alguma espécie, o modelo prospectivo também tem alguma força (LAWSON, 2003, p. 125, tradução nossa).

No entanto, como lembra Lawson, o sistema social é aberto, e por isso os fenômenos sociais são a expressão da conjunção ou conflito de diferentes mecanismos, dos quais a seleção natural estrita é apenas um. A questão é identificar as situações em que tal mecanismo está ativo. Com isso, a versão polar do modelo PVRS, apesar de ser a que melhor ilustre o mecanismo de seleção natural, é apenas um caso especial para a investigação social. A relevância analítica, diz Lawson (2003, p. 125), do modelo PVRS está nas versões em que há, ao menos, independência relativa entre V e S. E é esse o modelo que Lawson usa como pano de fundo para reunir as peças do “quebra-cabeças” [puzzle] explanatório da ascensão e permanência dos métodos matemático-dedutivistas.

Em primeiro lugar, é importante reproduzir a cautela do autor em relação ao caráter incompleto dessa versão explicativa que apresentaremos agora. Em diversos momentos ao longo do texto, a versão apresentada é reconhecida como apenas parte da explicação completa: “Eu devo indicar que estes mecanismos evolucionários não são mais do que uma parte da estória [a part of the story]” (Lawson, 2003, p. 251). Por outro lado, Lawson também reforça que considera o mecanismo avaliado como uma parte essencial da explicação: “ênfatico que eu, no entanto, acredito na versão posta em que ela identifica (ao menos) um componente fundamental da explicação do quebra-cabeça diante de nós” (Lawson, 2003, p. 251). Esses mecanismos evolucionários são os de seleção natural indicados anteriormente para o modelo PVRS polar que, segundo Lawson, ainda que de maneira não exaustiva, permitem oferecer uma resposta ao quebra-cabeças explanatório do “sucesso” do projeto matematizante na economia. Embora esses métodos ocupem uma posição hegemônica e central na disciplina, como indicado no primeiro capítulo desta dissertação, esse suposto sucesso nunca é justificável em termos de

capacidade de explicar os fenômenos sociais com os quais lida a economia. Lawson, então, procura explicar:

Por que ou como a economia chegou a essa situação, e por que ela persiste? Especificamente, como o projeto matematizante foi capaz de dominar quando poderíamos esperar que um programa sem vantagem explanatória sobre outros tivesse um papel mais modesto? (LAWSON, 2003, p. 245).

Por um lado, existem críticas em abundância que evidenciam os problemas do método do *mainstream*, mostrando que esses métodos não obtêm ou poderiam obter sucesso para explicar fenômenos do mundo em que vivemos. Por outro lado, a grande maioria das posições heterodoxas é marginalizada na academia, apesar de apresentarem um instrumental metodológico muito mais adequado que o predominante. Ou seja, o enigma [*puzzle*] a ser explicado, então, é o próprio sucesso não teoricamente justificável dos métodos dedutivo-matemáticos e – principalmente – como o *mainstream* foi capaz de mantê-lo até então. Além disso, também é importante entender por qual razão o projeto matematizante, apesar de existente desde muito tempo antes do início do século XX, só pôde alcançar tamanha difusão a partir desse período. Para resolver esse enigma, Lawson aplica o modelo evolucionário aos desdobramentos da metodologia das ciências sociais (economia em particular).

Se essa conjuntura pode ser explicada em termos evolucionários, então a explicação deve conter os elementos propostos anteriormente, na apresentação do modelo PVRS. Além do exemplo dos pássaros das ilhas de Galápagos, um outro exemplo à nível biológico para ilustrar uma explicação a partir do modelo evolucionário é o da população de mariposas na Inglaterra. Como indica Lawson (2003, p. 251-2), no período que antecede a industrialização britânica, as mariposas cinzas eram muito mais comuns que as de cor preta, pois aquelas eram capazes de se camuflar de maneira mais eficiente nos musgos das árvores, enquanto as mariposas pretas eram facilmente avistadas por predadores como pássaros. Contudo, uma mudança do ambiente relevante ocorre com o processo de industrialização da Inglaterra no século XIX. Poluentes causaram uma relevante redução do musgo das árvores e estas passaram a apresentar troncos mais escurecidos. A partir daí uma mudança na proporção de mariposas cinzas e pretas aconteceu em favor destas últimas, pois agora as cinzas eram mais facilmente avistadas enquanto as pretas se adequavam melhor ao novo ambiente.

A explicação proposta por Lawson é análoga a essa em muitos aspectos, mas, em especial, pelo fato de que a mudança populacional das mariposas pretas não se deve a nenhuma capacidade ou habilidade especial desenvolvida por elas. Analogamente, o autor argumenta que o programa matematizante sempre existiu, mas foi capaz de alcançar hegemonia por conta da combinação de diferentes mudanças no ambiente relevante, que acabou por favorecer, de

maneira inédita, esse projeto. Ou seja, sua ascensão não está relacionada a nenhuma mudança qualitativa na capacidade explanatória ofertada pela matematização das ciências sociais.

Então, como o modelo PVRS já foi apresentado, pode-se passar imediatamente para uma síntese de seus componentes: a população do modelo corresponde àquela “das práticas de pesquisa realizadas pelos que estudam fenômenos sociais (incluindo econômicos” (2003, p. 256), sendo um subgrupo dessa população as práticas significativamente interessadas no estudo matematizado dos fenômenos sociais. Essa orientação matematizante é a variedade destacada pelo modelo, o que não significa um entendimento binário (matematizante ou não) das orientações possíveis. Embora Lawson não anuncie isso explicitamente, é possível apreender a reprodução subentendida pelo modelo, em resumo, ao se observar que os atuais métodos dedutivistas da economia guardam, no mínimo, uma relação de origem com o projeto matematizante que esteve ativo desde o início do século XIX até o início do século XX<sup>25</sup>. Por fim, podemos dizer que a maneira pela qual a população é selecionada e reproduzida ocorre operacionalmente através convenções à nível institucional.

Sobre este último ponto, é interessante destacar que, mesmo quando economistas questionam ou debatem os trabalhos de outros colegas, a condição normativa do uso de matemática raramente é desafiada, mas sim comumente copiada. Uma ilustração emblemática dessa convenção a respeito do uso de matemática é que o exercício de formular modelos dedutivo-matemáticos não é sequer apresentado enquanto a atividade que é, mas sim como, simplesmente, “fazer economia” (Lawson, 2003, p. 258). Ou seja, o fenômeno é institucionalizado, e Lawson parece aderir ao conceito de instituições como normas ou regras do jogo, a partir de Veblen:

Assim, nas condições atuais, com tamanha proeminência das práticas formalísticas, é provável que as ‘normas científicas’ em questão sejam muito mais prontamente (e mais subconscientemente) imitadas e emprestadas [borrowed]. De fato, a matematização da economia é atualmente um fenômeno institucionalizado. [...] A ‘convenção científica’ ou edito de que ‘matemática deve ser usada’ se tornou imbuída nas estruturas institucionais das modernas faculdades de economia, condicionando as respectivas relações de poder, os procedimentos operativos referentes a emprego, reprodução de hierarquias, alocação de recursos, etc., e assim significativamente influenciou quais práticas são encorajadas. Em resumo, normas como essa em questão, atualmente funcionam praticamente como ‘regras do jogo’ (LAWSON, 2003 p. 258, tradução nossa).

Mas, mesmo levando esses elementos em conta, não é possível saber como a economia matematizada atingiu seu status de dominação, e nem como isto ocorreu naquele período específico. Por isso Lawson procura resgatar a origem e desenvolvimento do projeto

---

<sup>25</sup> Para os desdobramentos posteriores ao longo do século XX, pode-se ver o trabalho de Caldwell (2003 [1982]).

matematizante nas ciências sociais e na economia em específico. Inicialmente considerando a importância do sucesso de Newton em “unir céus e terra na matemática” (Lawson, p. 259), a principal consideração específica de Lawson se refere à importância fundamental da França nesse processo, ao menos a partir do surgimento de uma clara linhagem de pensadores da economia<sup>26</sup>. O impulso matematizante, destaca o autor, comumente é atribuído a Walras, pelo trabalho desenvolvido sobre sistemas de equilíbrio. Mas antes dele também houveram muitos pensadores que se dedicaram ao projeto matematizante. Lawson (2003, p. 260-2) cita algumas das contribuições específicas de muitos outros autores como, por exemplo, Quesnay (1694-1774), Turgot (1727-81), Dupont de Nemours (1739-1817), Condorcet (1743-94), Achylle-Nicolas Isnard (1749-1803), Carnard (1750-1833), Dupuit (1804-66), e Cournot (1801-77).

Lawson argumenta que a razão para o projeto matematizante não ter se tornado dominante antes tem a ver com o ambiente acadêmico local específico, com o contexto pós-Iluminismo, em que se inseriam os economistas matematizantes e no qual a matemática era muito valorizada. Segundo o autor, na França, o ambiente imediatamente posterior à Revolução favorecia o clima para a formulação projetos políticos de dimensões ambiciosas. Com isso, faz sentido que um consistente projeto matematizante tomasse forma inicialmente na França. Mas, além disso, a cultura do Iluminismo na França não favorecia apenas a noção de que a disseminação da matemática era desejável. Havia também a demanda pela demonstração da precisão e relevância descritivas em todas as esferas. E, conforme o otimismo inicial da Revolução se dissolveu diante de uma intolerância (até mesmo acadêmica) por parte da ordem Napoleônica, havia ainda menos encorajamento para desenvolver práticas acadêmicas por elas próprias. Assim, um clima de “árido realismo” colocava a ênfase, em lugar disso, na relevância que poderia ser percebida a partir das práticas acadêmicas (Lawson, 2003, p. 265). Com isso, o projeto matematizante se estabeleceu, mas ainda não poderia alcançar a hegemonia que detém atualmente.

Se, por um lado, Walras pode ser figurado como um expoente de uma clara tendência matematizante na França, Jean Baptiste Say e Laplace atuaram ativamente em favor de uma contra-tendência. Como relata Lawson, Laplace, que antes apoiava a ideia de matematizar o estudo dos fenômenos sociais, veio a se tornar um combatente do projeto. Depois da morte de Lagrange, Laplace alcançou uma virtual supremacia em assuntos científicos na França e

---

<sup>26</sup> Mais adiante, veremos que o momento mais decisivo da ascensão do projeto matematizante está propriamente relacionado aos Estados Unidos, porém, a França mantém-se relevante nesse processo por compreender uma ininterrupta linhagem de pensadores preocupada com a matematização das ciências sociais, que posteriormente pôde se expandir quase sem restrições.

“ativamente expurgava o que restava do programa de matematizar o estudo da sociedade” (Lawson, 2003, p. 265). Say e a escola liberal Francesa, por sua vez, que dominaram o campo científico na França pela maior parte do século XIX, assumiam uma postura similar à de Laplace. Say teve uma forte influência sobre a escola liberal francesa, que seguiu sua forte rejeição do método de David Ricardo, que, “apesar de não usar matemática em suas contribuições, adotava um estilo dedutivista de argumentação” que “conduziria por si próprio à fácil matematização da economia por economistas matemáticos” (Lawson, 2003, p. 266). Então, pelas influências de Laplace e Say, pode-se entender o motivo da contenção de maiores avanços do projeto matematizante. No caso relativo a Say, é importante também destacar que a escola liberal adotou estratégias de permanência na hegemonia e foram justamente essas condições conturbadas que Walras encontrou (Lawson, 2003, p. 268-269).

Como era em boa parte ignorado por economistas, Walras muitas vezes voltava esforços para conseguir apoio de físicos ou matemáticos, por perceber que a matemática era uma disciplina mais dominante e influente naquele contexto francês. Lawson observa que Walras não poupou esforços para convencer matemáticos e economistas do projeto matematizante, mas, apesar das tentativas,

De fato, após vários anos de auto-propaganda por parte de Walras e frequentes rejeições firmes [often fierce rejections] dos matemáticos da ideia de uma economia matemática, o diálogo entre os dois grupos – matemáticos e economistas ávidos por formalizar o estudo dos fenômenos sociais – estava com o pavio curto [became severely curtailed] (Lawson, 2003, p. 270-271)

Apesar das dificuldades encontradas no ambiente das práticas de pesquisa na França, Walras veio a receber reconhecimento posteriormente. Para explicar essa mudança no ambiente relevante, Lawson faz uso de dois elementos explanatórios principais. O primeiro deles diz respeito à uma reinterpretação teórica do papel da matemática, que pode ser creditada por remover as antigas restrições impostas ao projeto matematizante. Note-se que essa primeira parte da explicação diz respeito unicamente ao ambiente relevante, aquele que diz respeito às práticas acadêmicas dentro das quais o projeto de matematizar as ciências sociais competia com outros projetos. Essa mudança se inicia da dissolução do programa clássico reducionista associado a Laplace e outros, que já estava em declínio. Como o desenvolvimento da teoria quântica, a imagem da natureza como continuidade foi em parte reexaminada, o que também ocorreu com o cálculo infinitesimal. O resultado é que a matemática, “especialmente através dos trabalhos de Hilbert, deixou de ser vista como disciplina que representava a linguagem da natureza para ser a disciplina que deveria proporcionar ferramentas para trabalhar com *realidades possíveis*” (LAWSON, 2003, p. 271, tradução livre, itálico no original).

A matemática passou a ser considerada como a prática de reunir axiomas e deduzir deles as suas consequências. Assim, os sistemas criados, que não mais precisavam representar a linguagem da natureza, passaram a ter vida própria. E a tarefa de encontrar aplicações perdeu relevância ou, pelo menos, não era mais uma preocupação imediata (Lawson, 2003, 271). Isso, em termos genéricos, removeu as então impostas barreiras ao projeto matematizante, já que os métodos matemáticos não precisavam mais ser avaliados ou justificados em termos da correspondência com seu objeto. Metáforas e analogias com métodos dessa natureza agora podiam ser colocadas como pontos de partida para análise dos fenômenos de interesse. Em síntese, Lawson destaca que a necessidade de compatibilidade entre o método utilizado e a natureza da realidade social não existia mais:

Meu argumento geral é que [...], ao menos nas academias do ocidente, o constrangimento da realidade social sobre a modelagem matemática foi postergado para ‘o dia de amanhã’. E, sendo esse o caso, as possibilidades de modelagem matemática estavam, pelo tempo que se seguiu, refreadas quase unicamente pela ingenuidade de seus protagonistas (LAWSON, 2003, p. 273, tradução nossa).

Porém, esse primeiro elemento da mudança no ambiente relevante, isto é, o efeito ‘liberalizante’ da reinterpretação da matemática, não é suficiente para justificar a ascensão do projeto matematizante à hegemonia. Essa primeira peça de explicação só é capaz de justificar a flexibilização das restrições ao projeto, mas não o seu decisivo avanço (afinal, o subconjunto dos que desejavam matematizar os fenômenos sociais representava somente um dos projetos acadêmicos em circulação).

Um segundo elemento explanatório usado por Lawson é o contexto político nos Estados Unidos após a segunda guerra mundial. O contexto particular dos Estados Unidos, afirma Lawson, é importante pois o país mostrou-se, em pouco tempo, detentor dos recursos capazes de dominar o cenário acadêmico em economia, assim como em outras disciplinas. Para Lawson, um contexto de extrema perseguição político-ideológica denominado de Macartismo<sup>27</sup> foi capaz de proporcionar uma recepção calorosa da divisão entre a matemática e o estudo da realidade. Roy Weintraub indica, em meio a imensa literatura secundária a respeito do Macartismo, um conjunto recente de trabalhos que parece compartilhar da tese de que esse período foi capaz de acelerar a ‘matematização’ da economia, notadamente “pelo desejo dos

---

<sup>27</sup> Segundo Ellen Schrecker, autora de *Many Are the Crimes: McCarthyism in America*, o Macartismo “foi muito mais do que as artimanhas ultrajantes do Senador Joseph McCarthy. Foi o mais longo e abrangente episódio de repressão política na história dos Estados Unidos. Em nome de proteger a segurança nacional contra a ameaça de Comunismo doméstico, ele efetivamente anulou a dissidência de esquerda durante os primeiros anos da Guerra Fria” (SCHRECKER, 2018, p. 1).

economistas de se protegerem da campanha de perseguição ideológica com o verniz protetor da matemática e estatística” (WEINTRAUB, 2017, p 571, tradução nossa)<sup>28,29</sup>

Lawson (2003, p. 273-7) defende, em linhas gerais, que foi justamente a emergência da caça-às-bruxas Macartista no contexto de guerra fria que tornou o projeto matematizante atrativo, especialmente por permitir aos pesquisadores carregar pretensões científicas sem incorporar nenhum conteúdo empírico. Esse projeto de Economia, com sua ênfase tecnicista e rejeição quase *a priori* de orientações críticas ou mesmo ontologicamente reflexivas, era capaz de sustentar metodologicamente o tipo de disciplina demandada pelo contexto de Macartismo e de guerra fria. Phillip Mirowski compartilha uma impressão parecida em *Machine Dreams* (2002), livro em que defende, entre outras proposições, que a Economia se tornou uma “ciência ciborgue” em boa medida pela intervenção de instituições governamentais no contexto de Guerra Fria: “Na progressão da Guerra Fria, eventos mundiais conspiravam para tornar essa ciência social baseada em máquinas uma opção mais crível” (MIROWSKI, 2002, p. 350)<sup>30</sup>.

Em síntese, argumenta-se que a tendência formalizante esteve na disputa do cenário acadêmico por muito tempo antes do século XX, porém somente em meados desse século, quando a fortuna do projeto em relação ao ambiente relevante mudou, foi possível que ele alcançasse uma grande aceitação – mesmo sem nenhuma mudança em relação ao próprio sucesso explanatório do projeto. Os resultados teóricos ‘liberalizantes’ e o contexto político incentivador formam, segundo Lawson, uma parte significativa (mas não exaustiva) da história do *mainstream* econômico: “Sem restrições, e auxiliado por inflexões no contexto político, um barateamento da capacidade computacional e outros fatores, o projeto foi capaz de alcançar um momento de dominância, um momento que ainda continua” (LAWSON, 2003, p. 276).

Contudo, e a despeito de concordar com a maior parte da explicação histórica levantada por Lawson para a tendência formalística na economia, é preciso agora destacar alguns elementos que comprometem sua análise de maneira estrutural. Em primeiro lugar, a hipótese

---

<sup>28</sup> Weintraub, contudo, defende que trabalhos dedicados a relacionar a proeminência da matemática nesse período com efeitos diretos do Macartismo frequentemente o fazem com base em pouca evidência, que, quando existente, aponta para a falsidade da hipótese. Não obstante o debate levantado sobre a influência do Macartismo na matematização da economia, uma constatação importante do autor é a de que o tipo de constrangimento sugerido não foi também uma exclusividade do período de guerra fria, pois “não era fácil para um economista defender publicamente uniões trabalhistas contra o establishment político em Wisconsin, na década de 1890. E nem é fácil fazê-lo em 2017 em Winsconsin” (WEINTRAUB, 2017, p. 590, tradução nossa).

<sup>29</sup> No original em inglês, “verniz” na verdade aparece como “*protective coloration*” e a tradução mais imediata seria “coloração protetiva”. Como entendemos que no argumento do autor ele quer enfatizar a capacidade dos métodos matemáticos de passar neutralidade e proteção, optamos por traduzir para “verniz” no português.

<sup>30</sup> Embora a ênfase de Mirowski (2002) recaia mais sobre o postulado de racionalidade do que sobre os métodos matemático-dedutivos, como faz Lawson (2003), ambos concordam com o papel não-desprezível desse contexto Norte Americano no avanço do projeto do atual *mainstream*.

de independência estrita entre as condições da variedade da população e os mecanismos de seleção, que é requerida para um modelo PVRS polar, apresenta algumas complicações. Em segundo, embora eventos políticos associados ao Macartismo e a perseguição política em meados do século XX nos Estados Unidos expliquem uma parte importante do sucesso do projeto de formalização, não há razão para crer que aqueles mecanismos responsáveis pela tendência estiveram ativos exclusivamente naquele período. E, em terceiro lugar, é preciso destacar que esse elemento ativo mais decisivo para o estudo de caso de Lawson é, ao mesmo tempo, o que mais se distancia do recorte populacional proposto (práticas de pesquisa na academia). Portanto, parece que a explicação da tendência, propriamente dita, se encontra fora – e não no interior – das práticas estritamente científicas, ao contrário do que parece considerar Lawson em seu diagnóstico geral.

Sobre os problemas da suposição de independência estrita, o próprio Lawson destaca que onde há influências nos mecanismos de seleção, o modelo polar perde poder explicativo. As restrições impostas ao projeto matematizante pela escola liberal sob a influência de Say e a intervenção direta de Laplace compõe um quadro de clara influência de mecanismos retrospectivos, onde os mecanismos de seleção influem de modo direto na variedade populacional (já que essas iniciativas restringiam o projeto matematizante). Por outro lado, os persistentes e, ao fim, eficazes apelos de Walras à cientistas renomados como Poincaré, mas também qualquer matemático ou economista ou físico de influência, configuram um momento de influência da variedade populacional sobre os mecanismos de seleção. No primeiro caso, o modelo PVRS polar perde poder explicativo para o modelo retrospectivo (*feed-backwards*) e, no segundo, para um modelo prospectivo (*feed-forward*) (Lawson, 2003, p. 278).

Quanto à delimitação temporal suposta para o clima de repressão ideológica nas academias e, em particular, nas faculdades de economia, pode-se afirmar que forte perseguição política não constitui uma exclusividade do período Macartista. Embora se trate de um episódio inegavelmente marcante da história estadunidense, coerções semelhantes àquelas continuam a acontecer, como destaca Weintraub (2017, p. 590). Reconhecer essa não-exclusividade não significa exatamente concordar com Weintraub em sua defesa de a academia ‘exagerou’ a respeito do efeito matematizante do Macartismo. Pode-se dizer, ao contrário, que em alguns casos predomina uma ingênua impressão sobre novos formatos de cerceamento de concepções radicais na academia. O trabalho de Colander et al. (2004), por exemplo, relata restrições financeiras e institucionais (como dificuldade de conseguir emprego) quase que intransponíveis impostas a correntes ou indivíduos em Economia que não sigam os métodos do *mainstream*. Não é a naturalidade com que essas restrições acontecem que as confere neutralidade

ideológica<sup>31</sup>. Portanto, ainda que em magnitudes e formatos distintos, forças político-ideológicas continuamente exercem certa influência na ciência.

Em terceiro lugar, Lawson (2003) é capaz de formular um forte argumento sobre o projeto matematizante que, segundo ele, alcançou hegemonia sem nenhum avanço significativo à nível de capacidade explanatória. Para isso, o autor considera que as práticas de pesquisa social podem ser abstraídas como a população relevante do modelo. Contudo, ao final da exposição pode-se perceber que o elemento mais relevante da abordagem se encontra para além dessa abstração, isto é, fora da população relevante. Enquanto o motivo teoricamente liberalizante exerce influência a partir do interior das práticas de pesquisa, as mudanças no clima político que ajudaram a alavancar o projeto matematizante fazem o movimento inverso, de fora para dentro. Assim, como o isolamento por abstração exclui ou minimiza a relevância das práticas não-acadêmicas, Lawson (2003) perde de vista a influência que, argumentamos, precisa ser explicada. Sem isso tem-se mais um relato concreto sobre a ascensão do *mainstream* do que uma explicação propriamente dita das forças sociais que requerem essa concepção. Como essa explicação é o objetivo do autor, percebe-se uma aproximação parcialmente relutante em direção à um certo contexto político.

Ao nosso ver, admitir que “esse ambiente impactou tanto nas faculdades enquanto em outros lugares, e foi sem dúvidas condutivo para a propagação da economia como uma mera manipulação tecnicista” (LAWSON, 2003, 275), não pode ser considerado um desenvolvimento isolado do ambiente ou da economia. É importante entender qual a natureza dos mecanismos generativos que foram determinantes do conjunto e, além disso, se esses mecanismos continuam ou não ativos. Indicar como esse contexto influenciou as faculdades de economia descreve os eventos, mas não explica diretamente as estruturas sociais que demandavam uma “manipulação tecnicista” da economia. Nossa insistência nesse ponto se deve, principalmente, às suas consequências práticas para o combate aos métodos dedutivistas. Pois, se for possível identificar estruturas sociais que até o período atual demandam esse tipo de ciência tecnicista, então o combate aos métodos precisa ser, ao mesmo tempo, combate das estruturas sociais que necessitam esses métodos – o que seria dificultado caso um enfoque crítico das práticas de pesquisa ou de suas instituições específicas desconsiderasse seu caráter de complexas.

---

<sup>31</sup> De fato, autores advertem que aí reside um forte indicativo de influências ideológicas: “Uma ideologia pode ser vista não simplesmente como ‘expressão’ de interesses sociais, mas como a sua *racionalização*” (Eagleton, 1991, p. 51, *itálico no original*).

É importante destacar também dois pontos a partir de uma recente sistematização de Lawson sobre esse assunto, i. é, o texto *What is wrong with modern economics, and why does it stay wrong?* (2017): (i) mesmo com uma sistematização que combina um número maior de abordagens complementares sobre o motivo de a economia moderna ‘insistir no erro’, a lacuna destacada neste trabalho permanece e (ii) em função disso, as conclusões e soluções propostas pelo autor para a Economia podem ser melhor direcionadas.

No último capítulo esperamos poder formular uma explicação a partir da perspectiva Marxista que indique como abordar criticamente tanto com as concepções científicas dominantes na academia quanto as estruturas sociais, notadamente capitalistas, que requerem uma ciência tecnicamente avançada, supostamente neutra, e ontologicamente equivocada.

### **3 – CONTRIBUIÇÕES MARXISTAS PARA A CRÍTICA METODOLÓGICA DE LAWSON**

O objetivo do capítulo anterior foi sublinhar que apesar do importante e necessário desafio que projetos como o Crítico-Realista de Lawson põe para a hegemonia do *mainstream*, uma etapa imperativa para conscientemente reorientar práticas e ideias – inclusive as científicas – é indicar as estruturas sociais que as requerem. Fazê-lo é, ao mesmo tempo, reconhecer que a ciência, apesar de tudo, nunca ocorre em um vácuo ontológico, mas é sempre cultural, social, e linguisticamente mediada. Significa assumir, portanto, que é impossível imaginar neutralidade axiológica nesse processo. Mas, mesmo tendo em mãos tantas críticas de amplo alcance mobilizadas contra a visão de mundo que subsidia o *mainstream*, “como é possível, então, explicar essas posições anti-realistas?” (Duayer; Medeiros; Paineira, 2001, p. 27).

Autores como Marx e Lukács ocuparam-se extensivamente com perguntas desse gênero. Este último, por exemplo, mostra como o conhecimento propriamente científico, desde a sua gênese, esteve atrelado a necessidades humano-sociais. Isto é, desde quando o desenvolvimento científico era incipiente, voltado para produção e descoberta de meios que permitissem a simples produção de valores de uso, como vestimenta, abrigo, ferramentas, etc., o conhecimento surgia a partir de um vínculo muito estreito com necessidades imediatas. Nessas condições, era imperativo que esse conhecimento estivesse fundado em uma compreensão minimamente adequada da realidade objetiva mais simples, sob risco da não reprodução da vida. A situação atualmente mais complexa da ciência, contudo, permite o desenvolvimento de métodos e instrumentos relativamente mais distantes de necessidades imediatas, como necessidades biológicas, por exemplo.

Lukács defende que, com tudo isso, a ciência ainda é uma parte orgânica da existência social e, portanto, nunca é indiferente a esta. Contemporaneamente, o filósofo avaliava que a ciência, por um lado, já teria condições de identificar concepções falsas sobre a realidade, mas, por outro lado, essas concepções falsas continuam em circulação pois atendem a uma necessidade social de classe, que é dominante:

Hoje, quando o nível concreto de desenvolvimento das ciências tornaria objetivamente possível uma ontologia correta, é ainda mais evidente que esse fundamento da falsa consciência ontológica no campo científico e a sua influência espiritual se acha fundado nas necessidades sociais dominantes. Só para mencionar aquele de maior peso, a manipulação na economia se tornou fator decisivo para a reprodução do capitalismo atual e, a partir desse centro, irradiou-se para todos os campos da práxis social (LUKÁCS, 2013, p. 96-7).

O autor húngaro, diante do mesmo tipo de tensão ontológica encontrada por Lawson na economia, aponta para uma possível explicação da falsa consciência (em nosso caso específico, a consciência científica positivista) pela sua fundamentação em necessidades sociais dominantes. Esperamos mostrar agora, no presente capítulo, como a resposta do autor húngaro complementa os argumentos do Realismo Crítico. Ou seja, esperamos contribuir com os importantes argumentos feitos por Lawson, indicando a possibilidade de uma crítica ontológica completa dos métodos do *mainstream*, mas a partir de uma perspectiva Marxista. Para isso, iniciamos com uma breve seção a respeito da gênese ontológica da ciência na perspectiva marxista, com objetivo introdutório. Na sequência, apresentamos sua crítica ao neopositivismo e defendemos ela permite entender melhor a relação entre mundo social e teoria econômica.

### **3.1 – Emergência ontológica da ciência e implicações para a crítica de suas práticas**

Neste trabalho de conclusão damos destaque a obras da maturidade de Lukács, notadamente os dois volumes de *Para uma Ontologia do Ser Social*. No primeiro volume, o autor oferece uma apreciação histórica sobre diferentes tradições para indicar a situação atual dos questionamentos, concepções e possibilidades teóricas sobre a natureza da existência social, ou seja, um retrato do estado da arte naquele momento. No segundo volume, o texto divide-se em quatro capítulos temáticos que abordam minuciosamente os complexos mais importantes do tipo de existência especificamente social. Aqui primeiramente serão apresentados alguns poucos elementos do primeiro capítulo do segundo volume, sobre o trabalho humano, pois, ao destacar que a ciência emerge a partir do trabalho, Lukács nos oferece um entendimento muito útil a respeito da produção do conhecimento em sociedade – que esse conhecimento, mesmo

em estágios muito complexos<sup>32</sup> da organização social, ainda está vinculado às (e é afetado pelas) principais necessidades de cada época. Após isso, mostraremos a crítica específica ao neopositivismo, encontrada no primeiro volume da obra, para defender que o caminho escolhido por Lukács é mais fecundo para se combater o instrumental dedutivista do *mainstream*.

De partida, uma das noções mais importantes de Lukács é que a transformação intencional do mundo é uma das características distintivas do agir propriamente humano. A partir dessa noção, Lukács estabelece diferenças ontológicas entre a prática humana e aquela dos demais animais, de maneira oposta (Martins, 2014, p. 185-6) a uma numerosa bibliografia que se dedica a aproximá-las (e.g. desde observações sobre construções de formigas ou abelhas até comparações sobre sua racionalidade, etc.)

Para identificar analiticamente o ponto de surgimento de uma atividade essencialmente social, humana, Lukács faz uso de uma abstração na qual encontra o trabalho<sup>33</sup> enquanto modelo de atividade social. A investigação tem que ser analítico-abstrativa pois a emergência de um tipo de atividade especificamente humana é uma mudança qualitativa que ocorre no transcurso de muitas gerações. Assim, o autor considera que “a esperança da primeira geração de darwinistas de encontrar o “*missing link*” [elo perdido] entre o macaco e o homem tinha de ser vã porque as características biológicas podem iluminar somente os estágios de transição, jamais o salto em si mesmo” (LUKÁCS, 2013, p. 43).

Como é assinalado, apesar disso a teoria evolutiva já foi capaz de mostrar como surgem complexos<sup>34</sup> biológicos a partir de condições físico-químicas determinadas. Esse surgimento marca a emergência de uma nova forma de existência, que mesmo mantendo intercâmbio com a esfera ‘inferior’ (com a esfera físico-química; e.g. plantas em relação à luz, água, etc.), é uma forma qualitativamente diferente daquela e, algumas vezes, o intercâmbio imediato ocorre só entre seres do nível orgânico, como é possível no reino animal. Da mesma forma que o caminho evolutivo para a vida orgânica ‘prioriza’ as esferas mais complexas de vida, sem delas perder seu fundamento (afinal mesmo no reino animal o intercâmbio com o mundo físico-químico é

---

<sup>32</sup> O tipo de complexidade a que nos referimos nesta parte do trabalho é aquela que pode ser atribuída à análise teórica de Marx das relações sociais. Ao comparar as noções de complexidade de Marx, Keynes e Mises, Prado (2014, p. 97) afirma que “O sistema econômico não é, para Marx, um simples sistema de interações sociais entre indivíduos que possam ser compreendidos isolada ou agregadamente. Não, diferentemente e em complemento, trata-se, sobretudo, de um entrelaçamento complexo inerentemente constituído como tal por relações sociais internas que vinculam e definem os atores sociais, assim como o sistema como um todo”. Em uma frase, a complexidade das relações é seu caráter sistêmico.

<sup>33</sup> Trabalho aqui sempre é entendido em seu sentido marxiano simples, como produtor de valores de uso. Nos casos em que houver necessidade de outra definição, o sentido do termo será indicado.

necessário), na vida social ocorre o que Marx chama de “afastamento da barreira natural” (Lukács, 2013, p. 42). E assim pode-se dizer que o caminho evolutivo do ser social é um caminho de distanciamento das condições naturais, mas que nunca é completo ou definitivo, pois o ser social ainda é um ser ao mesmo tempo social, orgânico e inorgânico.

Através do estudo da emergência do ser social, exame que só pode ocorrer *post festum*, Lukács identifica no trabalho a gênese desse tipo de ser. Como defende o autor, é o trabalho, e não outras categorias sociais (e.g. linguagem, arte, ciência, direito, etc.) que constitui o fundamento da existência social, simplesmente pelo fato de que todas as outras já supõem um salto qualitativo e só se desenvolvem no tipo de ser que já é social. O trabalho, por outro lado, tem por essência um caráter de transição, que permite ao gênero humano superar e ao mesmo tempo conservar os aspectos dos níveis precedentes de existência:

Ele [o trabalho] é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (LUKÁCS, 2013, p. 44).

Mas Lukács não define o trabalho somente como a categoria que inaugura a existência social. Ele é, também, a prática modelo para outros tipos de práticas sociais. Como estamos interessados no surgimento da ciência, é suficiente destacar que, a partir do trabalho simples se desdobra a investigação dos objetos e processos naturais que são requeridos para a criação dos meios pelos quais a realidade pode ser transformada (no trabalho), dando origem a novas objetividades. Ou seja, em poucas palavras, o trabalho (simples) é a criação de objetividades que satisfazem alguma necessidade humana, e esse processo já envolve a busca de meios ou instrumentos que permitam ou facilitem a execução do ato de trabalho; mas quando a busca desses meios se autonomiza, tornando-se *investigação do mundo para criação de meios* que ajudem a realizar o trabalho, tem-se um tipo de investigação que, diz Lukács (2013, p. 60), contém a gênese da ciência.

Assim, não só a ciência tem sua gênese no trabalho, mas guarda uma conexão ontológica (nítida nos níveis primitivos, porém que continua a existir e influir nos estágios mais complexos do ser social) com as próprias necessidades que precisam ser satisfeitas pelo produto do trabalho. Para ilustrar o estágio de gênese da ciência, é conveniente partir de um exemplo do autor: a faca de pedra. Mesmo no processo de trabalho voltado para a produção de um dos instrumentos mais simples, é possível perceber todas as características da prática especificamente humana. Esse processo envolve, por um lado, a posição ou estabelecimento de uma finalidade específica, que é ‘imprimida’ na realidade. O humano, ao contrário dos animais,

é capaz de representar idealmente a objetividade (faca de pedra) que deseja produzir no trabalho. E a execução bem-sucedida desse processo de produção exige, fundamentalmente, que em cada etapa do processo sejam tomadas alternativas corretas, que conduzam à criação de uma objetividade efetivamente capaz de satisfazer a finalidade do sujeito do trabalho. Se o sujeito não for, por exemplo, cognitivamente capaz de escolher o material adequado (pedras adequadas), ou não souber como lapidá-las de maneira a conferir o formato desejado, não é possível que haja êxito consistente no ato de criar a faca de pedra.

Em vista disso, não parece ser necessário prolongar o argumento para afirmar que nos processos sociais mais simples a relação é clara: o sucesso das posições de finalidade imediatas depende de uma correta apreensão dos nexos de causalidade envolvidos (e.g. cozinhar com sucesso depende do, ou exige um, conhecimento da reação que o aumento de temperatura provoca em determinados objetos sob determinadas circunstâncias). A ciência emerge como algo homogêneo ao processo de trabalho como simples criador de valores de uso, (i.e., transformador da realidade material e criador de objetividades). Neste nível da abstração, em que o propósito central da espécie humana não se afasta muito da subsistência, no sentido de atender às necessidades fisiológicas, o conhecimento adequado sobre os objetos do mundo precisa ser adequadamente apreendido para que haja sucesso na materialização de uma finalidade posta pelo indivíduo. A partir disso, abstração dos nexos de causa e efeito e sua bem-sucedida aplicação em *outro campo*, mesmo que inconscientemente, “[...] já possui algumas importantes características do pensamento científico” (LUKÁCS, 2013, p. 60).

Se este aspecto pode ser considerado como um fundamento da ciência, um marco decisivo na constituição do pensamento científico e em sua distinção daquele presente na execução do processo de trabalho é a *autonomização* da investigação desses objetos e processos naturais. Segundo Lukács:

É, portanto, a partir da tendência intrínseca de autonomização da investigação dos meios, durante a preparação e execução do processo de trabalho, que se desenvolve o pensamento cientificamente orientado e que mais tarde se originam as ciências naturais (LUKÁCS, 2013, p. 60).

Embora isto pressuponha um determinado distanciamento entre o agir científico e o agir voltado para o trabalho, tanto em um quanto em outro o espelhamento ou visão de mundo que os sujeitos têm da realidade é decisivo para que o sujeito transforme as legalidades (ou forças operantes imanentes à própria essência dos objetos) em legalidades postas para um fim pré-estabelecido. O espelhamento da realidade é decisivo, portanto, para inserir na própria realidade novas objetividades. Será referido, diversas vezes ao longo deste trabalho, a uma *ontologia* no sentido de reflexo ou concepção de mundo o mais próximo possível da realidade considerada,

que como toda objetividade é sempre, por natureza, “intensivamente infinita” (Lukács, 2013, p. 66). Assim, é importante sublinhar dois significados diferentes de ontologia. Lukács alterna o uso do termo entre ontologia do objeto no sentido da sua constituição, seu ser-em-si, que é um só. Mas também se refere à ontologia como sinônimo da forma como esse objeto é idealmente representado pois, devido a sua “intensividade infinita” de propriedades, mais de um espelhamento ou ontologia (nesse segundo sentido) é possível<sup>35</sup>.

Será argumentado que, por mais particular que possa ser o complexo da ciência, esta é inevitavelmente influenciada, assim como o complexo do trabalho que a origina, pelas representações ontológicas (naquele segundo sentido) que os sujeitos têm da realidade. É oportuno assinalar então, junto com Lukács, que:

Os modelos de representação que estão por trás das hipóteses cósmicas, físicas etc. são – em geral inconscientemente – determinados também pelas representações ontológicas que vigoram na respectiva cotidianidade, que, por sua vez, se ligam estreitamente às experiências, aos métodos, aos resultados do trabalho atuais em cada oportunidade (LUKÁCS, 2013, p. 61).

Sejam estas representações equivocadas ou não, são pressupostas pelo tipo de atividade especificamente humana. Assim, Lukács já destaca que, genericamente, as ontologias (inclusiva as científicas) estão estreitamente vinculadas à cotidianidade e ao trabalho concreto de cada época. Mas, também precisamos indicar, já que o interesse desta seção está ligado à ciência, uma forma social que envolve mais mediações que tem, portanto, um certo grau de autonomia relativa, que em um nível mais mediado, mais complexo, é possível que as pessoas efetivamente alcancem suas finalidades particulares por intermédio de uma compreensão equivocada da realidade, e essa possibilidade já foi indicada de maneira muito semelhante através do modelo transformacional do Realismo Crítico. Aqui forneceremos mais um exemplo do argumento.

A ciência da China antiga, por exemplo, é riquíssima em demonstrações de domínio correto de legalidades que se fundamentavam em concepções que a ciência moderna julga como falsas. O primeiro sismoscópio já conhecido, inventado por Zhang Heng (reconhecido cientista, poeta, matemático e pintor da China antiga) em 132 D.C., é uma dessas invenções baseadas numa concepção falsa. O aparelho de bronze consistia de um vaso com oito dragões dispostos nas direções cardinais, cada um portando uma esfera na ponta de sua boca. Dentro do vaso havia um pêndulo que balançava na direção do epicentro de algum tremor, liberando a esfera

---

<sup>35</sup> Contudo, é bom notar que isso não significa que todos os reflexos sejam igualmente adequados ou que todas as ontologias sejam igualmente adequadas. Para Lukács é possível, e é um dever da ciência que se busque aperfeiçoar as formas de representação ontológicas para um entendimento progressivamente mais adequado.

na boca de um dos oito sapos, alertando quem estivesse por perto e indicando o sentido do terremoto.

A concepção espiritual de Zhang Heng era de que tremores eram causados por perturbações entre ying e yang derivadas de más decisões tomadas pela dinastia dominante. Segundo Feng Rui e Wu Yuxia, Zheng Heng, ao comentar sobre a instabilidade política seguida de um terremoto em 128 D.C., diz que:

Tremores e fissuras ocorreram no penúltimo ano, - Yin e Yang estão discordantes, e desastres ocorrem em todos os lugares; deidades se escondem em um lugar remoto mas supervisionam a conduta das pessoas, apesar de as leis do Céu serem profundas, boa ou má fortuna podem ser identificadas por terremotos (RUI e YUXIA, 2014, p. 3).

Mesmo que hoje a ciência diga que tremores sísmicos ocorrem na maioria das vezes pelo deslocamento de placas tectônicas e não pela instabilidade das energias de ying e yang, o sismoscópio de bronze produzido por Heng permitiu que a dinastia Han pudesse eficientemente (PAJAK, 2005) antever as notícias de terremotos e enviar socorro mais rapidamente aos lugares atingidos pelos tremores – o que certamente era uma fonte de estabilidade política para a dinastia Han. Isto exemplifica a íntima relação entre a ontologia dominante e as concepções científicas de cada época, relação esta que prevalece até hoje.

Neste sentido, do caráter imbricado entre teoria e práxis deriva-se a constante influência das concepções ontológicas nas manifestações concretas da práxis. Lukács (2013, p. 69) argumenta que a investigação científica não pode ser indiferente em relação aos efeitos da ontologia dominante e que esta, a ontologia, jamais é neutra diante da práxis social. Em suas palavras:

Por sua vez, a ciência, quando apreende com seriedade e de modo adequado a realidade, não pode evitar tais formulações ontológicas; que isso aconteça conscientemente ou não, que as perguntas e as respostas sejam certas ou erradas, que ela negue a possibilidade de responder de maneira racional a tais questões, não tem nenhuma importância nesse nível, porque essa negação, de qualquer modo, age ontologicamente dentro da consciência social. E, dado que a práxis social sempre se desenrola dentro de um entorno espiritual de representações ontológicas, tanto na vida cotidiana como no horizonte das teorias científicas, essa circunstância por nós referida [a de que a ontologia elevada ao plano da consciência não pode ser neutra diante de nenhuma práxis social] é fundamental para a sociedade (LUKÁCS, 2013, pp. 92-3).

Em síntese, essa parca descrição de ciência autoriza afirmar, genericamente, que questões científicas sempre estão conectadas às ideias e concepções sociais não-científicas mais fundamentais de cada época e é justamente por isso que discutir ontologia é importante – o mesmo pode ser destacado a partir do modelo transformacional do Realismo Crítico. Também é razoável afirmar que a sociabilidade crescentemente complexificada confere a ciência uma certa autonomia relativa, no sentido de que, ao contrário da prática imediata menos complexa,

pode postergar um reflexo apropriado da realidade sem necessariamente eliminar a possibilidade de agir sobre essa realidade. Mas o destaque indispensável para este trabalho é que, ao mesmo tempo, a ciência permanece a cargo de produzir um tipo de conhecimento socialmente útil, que satisfaça necessidades sociais de um determinado tipo.

Com essas considerações, é possível entender a existência de um quadro no qual a ciência, mesmo que ontologicamente equivocada, efetivamente oriente práticas até a execução das suas finalidades particulares imediatas e ao mesmo tempo cumpra uma determinada função social. No exemplo de sismoscópio, é importante observar que a detecção de terremotos envolvia uma questão delicada de manutenção da estabilidade política. A ordem para construção de um aparelho que permitisse identificar tremores parte da uma dinastia politicamente fragilizada, que precisava assegurar estabilidade em um contexto onde tremores era capazes de impor “grande pressão política”<sup>36</sup> (RUI e YUXIA, 2014, p. 3).

A partir desse quadro podemos sublinhar uma diferença crucial entre o trabalho enquanto produtor de valores de uso e práticas mais complexas, como a ciência. Para o trabalho, é possível postular que a realização da prática indica que foram corretamente apreendidos os nexos causais requeridos para alcançar o fim desejado. Ou seja, para o trabalho, pode-se postular que o critério de retidão da ontologia é, imediatamente, a prática. E isto é possível pois, como foi dito, um entendimento equivocado do ser-em-si das coisas no ato de trabalho enquanto simples produção de valores de uso implica em insucesso para concretizar exatamente aquela objetividade desejada, aquilo que se tem em mente antes e ao longo do processo de trabalho. “O que significa que, no trabalho tomado em si mesmo, é a práxis que estabelece o critério absoluto da teoria” (LUKÁCS, 2013, p. 94).

Para as práticas mais complexas, e aqui tem-se especificamente em mente o estabelecimento de uma determinada metodologia ou, nas palavras de Lukács, quando usa-se o “conhecimento [...] obtido para ampliar o próprio conhecimento” (2013, p. 95), esse critério por si só não é suficiente. Para Lukács, deve-se investigar esse tipo de conhecimento não apenas do ponto de vista de sua aplicabilidade prática, mas a partir da capacidade que ele oferece de entendimento geral e ampliável do mundo. Nas palavras do autor:

Com efeito, nesse caso não se trata simplesmente de saber se um determinado e concreto nexos causal é apropriado para favorecer, no interior de uma constelação também concreta e determinada, um pôr teleológico determinado e concreto, mas

---

<sup>36</sup> O Imperador Shun, que assumiu o trono aos 14 anos em 125 D.C., após cruéis disputas pelo poder imperial e diante de um terremoto de magnitude 6.5 ocorrido em 128 D.C, ordenava por decreto aos seus ministros o combate às supostas raízes espirituais dos tremores. Á Zhang Heng a corte ordenou a construção do sismoscópio para ajudar a determinar a localização da boa ou má fortuna. (Rui e Yuxia, 2014, p. 3).

também se quer obter uma ampliação e um aprofundamento etc. gerais do nosso conhecimento sobre a natureza em geral (LUKÁCS, 2013, p. 95)

Em uma frase, para esses casos, é preciso também uma investigação crítica dedicada a entender a especificidade real e concreta do objeto ou fenômeno estudado para que a sua essência seja “articulada com os outros modos de ser já adquiridos cientificamente” (LUKÁCS, 2013, p. 95). Note-se que é exatamente esse o tipo de investigação que Lawson propõe quando defende uma “reorientação ontológica” da Economia, e um caso muito claro de aplicação desse tipo de procedimento foi ilustrado no capítulo anterior quando o autor procura fundamentos ontológicos para formulação e uso do modelo PVRS com vistas a explicar fenômenos sociais. Com isso podemos seguramente afirmar que ambos compartilham uma concepção ontologicamente realista compatível. Assim, sinteticamente, ambos defendem o caráter fundamental, imprescindível, da investigação propriamente ontológica.

Além disso, já é possível assinalar no presente contexto que ambos procuram rejeitar um uso injustificadamente generalizado da interpretação matemática da realidade. Ao falar sobre o critério que permitiria avaliar os avanços do “conhecimento obtido para ampliar o próprio conhecimento”, Lukács afirma também que não é suficiente “a mera compreensão matemática dos aspectos quantitativos de um nexos material [...]” (LUKÁCS, 2013, p. 95). Esse é um critério cuja forma mais evoluída se encontra, como assinala o autor, nos teóricos do neopositivismo, que rejeitavam qualquer referência ao sentido ontológico das coisas como ‘metafísica’. Como o trabalho retoma essa discussão na seção seguinte, concluímos o presente raciocínio com a constatação de que ambos entendem as pré-concepções ontológicas fatores inelimináveis das práticas científicas. E Lawson demonstra que o dedutivismo pressupõe uma concepção de agentes atomizados e sistemas fechados.

Contudo, ao contrário daquele, ou ao menos de maneira muito mais enfática e sistemática, Lukács (2013, p. 95) assinala que todas as representações ontológicas, inclusive as científicas, são amplamente influenciadas pela *sociedade*, mesmo que não se dê conta disso. No entendimento do filósofo húngaro, as influências das falsas concepções vão muito além das práticas de pesquisa da academia e as tentativas de entender tanto uma quanto outra sem o ponto de referência da sociedade seriam insuficientes. Essa insuficiência decorre do fato de que:

o contraste ontológico que se esconde em todo processo de trabalho, na consciência que o orienta – isto é, aquele que vê, de um lado, o autêntico conhecimento do ser por intermédio do elevado desenvolvimento científico do pôr causal e, de outro lado, a limitação a uma simples manipulação prática dos nexos causais concretamente conhecidos –, adquire uma figura profundamente ancorada no ser social atual (LUKÁCS, 2013, p. 96)

O autor está afirmando, em outras palavras, que, ao contrário daquele tipo mais simples de prática, que podemos submeter imediatamente ao critério prático, as práticas mais complexas da sociedade estão sempre intrinsecamente vinculadas às tendências cuja origem é a sociedade como um todo. Sinteticamente, podemos defender a partir do caráter socialmente imbricado das práticas complexas que uma explicação *essencialmente incompleta* dessas práticas é aquela explicação que não leva em conta sua dimensão social, i.é., que não as entenda como parte de uma totalidade. E é precisamente essa a crítica que temos com relação ao trabalho de Lawson. Como observamos, um momento de grande proximidade com uma interpretação crítica totalizante das práticas de pesquisa na economia pôde ser destacado na aplicação do modelo PVRS polar. Contudo, além termos apresentamos nossa crítica lógica àquele modelo, o vínculo feito entre as representações ou concepções dominantes na esfera social e as concepções científicas predominantes na academia foi apenas momentânea. Mas as disputas ontológicas não são momentâneas, e sim constantes. Como assinala Lukács em outro trecho:

Mais uma vez, independentemente do grau de consciência, todas as representações ontológicas dos homens são amplamente influenciadas pela sociedade, não importando se o componente dominante é a vida cotidiana, a fé religiosa etc. Essas representações cumprem um papel muito influente na práxis social dos homens e com frequência se condensam num poder social [...]. Às vezes, daí brotam lutas abertas entre concepções ontológicas objetiva e cientificamente fundadas e outras apenas ancoradas no ser social. Em certas circunstâncias – e isto é característico da nossa época – essa oposição penetra no próprio método das ciências (LUKÁCS, 2013, p. 95).

Quando é defendida uma interpretação totalizante, não é para enfatizar através da constatação da imbricação entre sociedade e ciência que esta última é incapaz de contribuir com a correção da ontologia social dominante. Mas se, por um lado, a resposta pragmático-matemática do neopositivismo de reduzir ou atomizar a realidade é uma resposta errada pelo motivo de que a realidade não pode ser assim entendida; por outro lado, uma crítica às posturas metodológicas da ciência econômica que circunscreva os fundamentos dessas posturas às práticas de pesquisa se equivoca pelo motivo de que há mais do que ciência e pesquisa envolvidas na existência dessas posturas. Tanto em um caso quanto em outro, o objeto de investigação acaba ontologicamente reduzido.

Andrew Brown (2013, p. 121-2), ao comentar como o Realismo Crítico pode ser contra-producente se usado para fenômenos socialmente intrincados como os que destacamos, lembra que “quando não se começa [a análise] com o valor, não se pode compreender qualquer regime de acumulação [...] muito menos o capital e relações de trabalho”. Para Brown, quando as estruturas sob análise são, ainda que abstrativamente, removidas do intercâmbio com a totalidade, seu estudo tende ao equívoco. Ou seja, análises desse tipo “encorajam concepções

vagas de estruturas sociais livremente flutuantes, obscurecendo suas relações internas umas com as outras e com as atividades dos agentes” (Brown, 2013, p. 122).

Ou seja, o tipo de concepção totalizante aqui defendida é aquela que seja capaz de lidar, sempre que preciso, com a característica social e sistemicamente ancorada do conhecimento. E, como lembra Lukács, tanto as posturas científicas quanto as considerações da filosofia ou da vida cotidiana podem ser desviadas, no processo de desenvolvimento social, da efetiva compreensão real do ser, isto é, podem tomar caminhos que apesar de inicialmente produtivos acabam conduzindo ao erro. Por isso é importante destacar que a crítica das visões que se desviem desse entendimento não pode partir de um ponto de vista restrito unicamente a qualquer um desses níveis. Ou seja,

*A crítica ontológica [...] deve ser incondicionalmente concreta, fundada na respectiva totalidade social e orientada para a totalidade social. Seria inteiramente equivocado supor que a ciência sempre possa corrigir em termos ontológico-críticos corretos o pensamento da vida cotidiana, a filosofia das ciências, ou, de modo inverso, que o pensamento da vida cotidiana possa desempenhar, nos confrontos com a ciência e com a filosofia, o papel da cozinheira de Molière (LUKÁCS, 2013, p. 97-8, itálico adicionado)<sup>37</sup>.*

Por isso, julgamos que Lawson (2003, cap 10) fez um esforço parcialmente produtivo quando sua análise permite ver as práticas matemático-dedutivas da economia como parte das amplas e decisivas questões sociais em evidência na França e depois nos Estados Unidos. Nesse caso, fica evidente que aquelas práticas estão intimamente associadas à problemas da vida política e cotidiana.

Em retrospectiva, nesta seção, ao observar como surge o tipo de investigação propriamente científica e ao notar as diferenças relevantes entre práticas menos ou mais complexas, que passam por mediações, foi possível estabelecer uma base argumentativa para defender que o tipo de crítica que reorienta as práticas metodológicas que são o centro de análise deste trabalho é a crítica ontológica. Por conseguinte, também defendemos que as práticas particulares da academia têm por fundamento pré-concepções ontológicas, mas aqui foi dado destaque para o caráter socialmente impregnado dessas pré-concepções. Ou seja, não é possível considerar que uma concepção tão generalizada e tão protegida teoricamente (como mostramos

---

<sup>37</sup> Lukács provavelmente se refere a Jacques, uma das personagens da comédia *L'Avare* (O Avaro). Jacques era o cocheiro e também o cozinheiro de Harpagon. Por baixo do sobretudo de cocheiro Jacques traz encoberto o avental de cozinheiro, cumprindo uma dupla função: “*Harpagon: [...] Now, Master Jacques, I kept you for the last./ Jacques: Is it to your coachman, Sir, or to your cook you want to speak, for I am both the one and the other?/ H: To both. / J: But to which of the two first?/ H: To the cook./ J: Then wait a minute, if you please./ (Jacques takes off his stable-coat and appears dressed as a cook.)/ H: What the deuce is the meaning of this ceremony?/ J: Now I am at your service./ H: I have engaged myself, Master Jacques, to give a supper to-night./ J: (aside). Wonderful!/ H: Tell me, can you give us a good supper?/ J: Yes, if you give me plenty of money./ H: The deuce! Always money! I think they have nothing else to say except money, money, money! Always that same word in their mouth, money! They always speak of money! It's their pillow companion, money!*”

no primeiro capítulo) como é a que subsidia os métodos dedutivistas ou matemático-formalistas na Economia seja produto só dessa disciplina.

Também não é possível considerar que esses métodos tiveram “apenas” um único impulso das forças sociais para que alcançassem a hegemonia que tem nos dias de hoje. As concepções metodológicas que Lawson identifica e critica estão, ao contrário, em contínuo intercâmbio com a vida cotidiana específica de seu tempo, isto é, a vida cotidiana capitalista, que demanda métodos científicos tecnicamente sofisticados, com certa aderência prática e ao mesmo tempo travestidos de neutralidade, como o próprio Lawson (2003, cap 10; 2017) brevemente observa.

Se essa é uma forma de prática (metodológica), que (mesmo que de maneira muito indireta e nem sempre empiricamente observável ou linear) favorece e ao mesmo tempo é favorecida por relações sociais de produção (que demandam um entendimento pragmático, tecnicamente sofisticado, e ontologicamente equivocado do mundo), então elas só podem ser combatidas ou reorientadas pela crítica combinada de suas fontes. Em se tratando de uma disciplina com tamanho enraizamento social ontológico como a Economia, é de se esperar que uma crítica dessa natureza exija, para dizer o mínimo, um vultuoso esforço teórico. E como pudemos constatar Lawson faz, evidentemente, um percurso teórico de ampliação e projeção cada vez mais generalizada (para fora da academia) de sua crítica. Ainda assim, também foi possível constatar uma forte contenção dessa crítica às práticas estritamente acadêmicas.

É também bom lembrar que a crítica que dirigimos ao autor britânico em nenhum momento deve ser confundida com a defesa das disseminadas concepções dedutivistas ou matemático-dedutivas. Em toda a argumentação contra os pressupostos de sistemas fechados e indivíduos atomizados estamos plenamente em acordo com Lawson. E nem seria preciso reconhecer aqui que a crítica mobilizada pelo autor é de excepcional relevância para o desprestígio de um *mainstream* dedutivista por essência. Assim, em uma afirmativa parcialmente conclusiva, pode-se dizer que consideramos o conjunto teórico dos trabalhos analisados um grande avanço crítico, mas que ainda não é completamente direcionado à raiz do problema. Nesta seção, por fim, destacamos novamente a importância de uma crítica ontológica das falsas concepções, mas, desta vez, pela visão marxista de Lukács:

As consequências espirituais do desenvolvimento desigual da sociedade são tão fortes e múltiplas que qualquer esquematismo no tratamento desse complexo de problemas só pode afastar ainda mais do ser. Por isso, a *crítica ontológica* deve orientar-se pelo conjunto diferenciado da sociedade – diferenciado concretamente em termos de classes – e pelas inter-relações dos tipos de comportamentos que daí derivam. Só desse modo se pode aplicar corretamente a função da práxis como critério da teoria, decisiva para qualquer desenvolvimento espiritual e para qualquer práxis social (LUKÁCS, 2013, p. 98, *italico* adicionado).

É exatamente essa a diferenciação operada por Lukács em sua crítica aos teóricos do neopositivismo e é a respeito dela que falaremos na próxima seção. Nela, espera-se ao menos exemplificar os fundamentos para uma crítica que, ao mesmo tempo, combate as falsas concepções científicas e cotidianas em seu contínuo intercâmbio.

### **3.2 – Lukács contra o neopositivismo: principais contribuições para a crítica ao dedutivismo**

Antes de mostrar uma possível inspiração produtiva para a explicação das persistentes tendências do positivismo e realismo empírico e suas correlatas concepções na economia, parece apropriado brevemente sugerir que a explicação incompleta de Lawson pode estar relacionada a uma superestimação de alguns resultados do modelo transformacional da atividade social, já mencionado no segundo capítulo desta dissertação. Ao sugerir essa superestimação, espera-se melhor ilustrar nossa aproximação mais “pessimista” da possibilidade de uma guinada ontológica a partir do interior da disciplina econômica.

Como o modelo já foi anteriormente exposto, para nosso objetivo presente é suficiente mencionar que o modelo transformacional da atividade humana é um reconhecimento teórico das estruturas sociais como objetos dependentes da, e condicionantes para, a atividade e ideias humanas. Como já assinalado no primeiro capítulo, Bhaskar apresenta o modelo em contraste com outros três, mostrando como a adoção desses últimos resulta em concepções mais ou menos voluntaristas ou deterministas. Uma das conclusões mostradas foi que as estruturas sociais, ao contrário das naturais, não são apenas relativamente duradouras, mas teórico-dependentes.

Essa noção de estruturas teórico-dependentes, demonstrada por Bhaskar (1998), é fundamental para o realismo crítico e para reivindicações radicais. Além disso, também mostramos que conclusões muito próximas – quando não análogas – podem ser derivadas a partir do trabalho da maturidade de György Lukács. Para além desses autores, mesmo que não seja posto explicitamente ou em diferente terminologia, o reconhecimento desse aspecto das estruturas sociais é o que torna funcional qualquer contribuição teórica radical.

No entanto, desse aspecto Lawson parece derivar (mais em certos textos do que em outros), uma forte confiança na sua ampla (e correta, adicionaríamos) objeção ao discurso anti-ontológico do *mainstream*, como se a desejada guinada ontológica (especialmente dentro da economia) pudesse depender majoritariamente de resolução internalística – pois em muitos momentos de sua explanação o problema do dedutivismo aparece como fundamentado em uma

aceitação acrítica de alguns resultados do positivismo ou então como algo quase que totalmente circunscrito às práticas acadêmicas.

Andrew Brown (2013) defende que, para esse tipo de explanação, ampla e que não permite conceber estruturas analisadas como auto-contidas, o Realismo Crítico não é tão eficiente. Por exemplo, a estrutura emergente da composição molecular H<sub>2</sub>O permite que essa estrutura seja tomada como um objeto definível por ele mesmo, ao contrário de, diga-se, uma cédula monetária. Brown afirma que um problema crucial em aplicar o Realismo Crítico para estudos de caso é que alguns objetos requerem perspectivas mais amplas:

O que aparecem como estruturas e poderes autocontidos [*self-contained*] em um nível local e específico não são nada disso quando vistos a partir de um ponto de vista sistêmico [*system-wide*] e de longo prazo, isto é, quanto se tenta entender a significância de eventos locais e específicos para o sistema capitalista. (BROWN, 2013, p. 117).

Por isso, o autor defende que o uso do realismo crítico para analisar estruturas não separáveis da compreensão do sistema como um todo tendem a ser ludibriadas. O dinheiro, por exemplo, não é apenas uma “estrutura discreta contingentemente interagindo com outras estruturas discretas de agentes para gerar um fluxo de eventos em um sistema aberto” (2013, p. 117). Da mesma forma que o dinheiro não pode ser definido separadamente de um específico sistema de produção de mercadorias e das atividades e aparências típicas do capitalismo, as práticas de pesquisa em economia também não podem sê-lo<sup>38</sup>.

Mais precisamente, o objetivo aqui é enfatizar que o comprometimento continuado com essas concepções inadequadas ao material social é requerido por um grupo de estruturas socialmente dominantes no capitalismo, das quais a ciência econômica (ou qualquer outra) nunca é autônoma. Marx já demonstrou em *O Capital* e *A Ideologia Alemã* que as bases reais para as concepções criticadas são as necessidades práticas de uma classe social específica (Monfardini, 2016, p. 141).

Essa seção é, então, uma tentativa de contribuir para as críticas de Lawson e outras posições críticas contra a metodologia econômica por sublinhar que, mesmo se tratando de temas muito abstratos como procedimentos metodológicos, a transformação real na esfera social não pode surgir apenas de mudanças nas concepções ou ideias dominantes, como seria

---

<sup>38</sup> Em uma nota de rodapé, Lawson chega a reconhecer que o realismo crítico (isto é, seus proponentes mais influentes) ainda não compreenderam totalmente de que maneira algumas estruturas analisadas isoladamente se conectam com outras: “O realismo crítico demonstrou que estrutura e agência compreendem diferentes arranjos de poderes emergentes, mas eu preciso reconhecer que uma boa dose de teorização de sua mediação ainda precisa ser feita” (LAWSON, 2003, p. 300)

atribuível ao entendimento de Colander et al. (2004), por exemplo<sup>39</sup>. Como lembra Marx, “ideias não podem realizar absolutamente nada, para realizar ideias é preciso pessoas que disponham de um certo poder prático” (MARX, 1956, p. 160, tradução nossa).

E defender isso não significa argumentar que não o único tipo de influência social relevante é aquela prática. Ao contrário, Lawson (2003, cap 10) mostrou como os desenvolvimentos teóricos de alguns autores relevantes foram fundamentais para determinar as possibilidades de ascensão do projeto matematizante. Ou seja, em um sentido restrito, Colander et al. (2004) têm razão quando permite afirmar que um conjunto reduzido de figuras influentes na disciplina exerce um impacto considerável nos rumos do conhecimento. Para além disso (e a importância desse fator não é de forma nenhuma desconsiderado na presente análise), os trabalhos sistematizados sobre a performatividade dos economistas (Neris & Fucidji, 2016, p. 124) revelam que a prática de pesquisa na economia (enquanto disciplina) é influente na economia (enquanto objeto de análise). O argumento levantado a partir deste terceiro capítulo é, contudo, que o momento predominante da transformação social não é aquele da formulação das ideias, embora elas desempenhem um papel fundamental.

A explicação do comprometimento com o positivismo na economia pode ser elaborada, ao menos ter seu ponto de partida indicado, a partir da investigação de Lukács sobre o neopositivismo. Neste capítulo, o autor inicia a defesa da hipótese de que ao longo do século XX a filosofia e a ciência em geral “negligenciou a preocupação ontológica presente em filósofos como Aristóteles, Espinosa e Hegel, findando por gerar um inchaço desmedido da perspectiva gnosiológica mais afeta à teoria do conhecimento” (Martins, 2013, p. 672). É nesse sentido que se insere o capítulo dos neopositivistas, pois foram os que mais avançaram nessa negação, pretendendo eliminar da ciência toda visão de mundo ou ontologia.

Neste trabalho, em poucas palavras, será argumentado que os desenvolvimentos fundamentais do positivismo produzem um estado de coisas na ciência que permite a disciplina

---

<sup>39</sup> É claro que Lawson não está defendendo essa proposição, mas há evidência textual suficiente para sustentar que a guinada ontológica na economia requereria apenas a aceitação das falhas do positivismo e, fundamentalmente, uma persuasão para aderir a diferentes métodos: “[...] *But once the blinkers of positivism are thrown off it must become easier to adapt the policy process to exploring the real possibilities for human betterment. In short, if the cost of accepting the framework here elaborated is an abandonment of much of the output of the contemporary discipline of economics, the gain includes not only the possibility of an emergent science of economics, but a firmer basis, a more appropriate and coherent framework than hitherto possessed, for exploring how to make the world a more secure, facilitating and empowering place, more at one with our liabilities and potentialities as needy, creative and purposive social human beings*” (Lawson, 1997, p. 281).

<sup>39</sup> Duas objeções à posição de Lawson como aqui apresentada podem ser encontradas em Hodgson (2006) e Edwards et al. (2014). Hodgson explicitamente argumenta em favor de algum formalismo (matemático) na economia, enquanto ainda concorda com Lawson sobre a Economia se encontrar em um estado não saudável. O debate de Edwards et al. sobre a concepção de Lawson sobre “demi-regs” indica um debate aberto dentro do próprio realismo crítico sobre a importância do formalismo.

econômica perseguir a realização de uma missão social que é o resultado do complexo de práticas sociais dominantes, ao mesmo tempo em que aplica os últimos desenvolvimentos técnicos de uma abordagem matematizada. O caráter não-linear do desenvolvimento das necessidades sociais ou as respostas ativas da ciência frente a essa tendência não interferem na importância da missão social com a qual se relaciona, e a última, como lembra Lukács (2012, p. 53), é o momento predominante. Ou seja, por mais que possam ser encontrados muitos contra-exemplos da relação proposta, isso não significaria, de maneira nenhuma, que a relação não é verdadeira. Nos termos do próprio Realismo Crítico e de Lawson, a proposição levantada não é de natureza *contra-factual*, mas sim *transfactual*, da maneira em que esses termos foram definidos na última seção do primeiro capítulo.

Um dos mais abrangentes e controversos argumentos da crítica de Lawson é a sua já exposta objeção ao formalismo (do tipo ‘sempre que x, então y’), a objeção, em outras palavras, do extenso e desnecessário uso de modelos dedutivos na disciplina econômica, que pode ser traçado (como geralmente é) de volta aos primeiros positivistas – Lawson (2003) mostra, propositalmente, algumas influências até mesmo anteriores aos positivistas do século XX para dizer que a ascensão do dedutivismo não se deve a nenhum avanço do próprio projeto. Ainda assim, a despeito dos argumentos de Hausman (1992), de que os modelos dedutivos da economia são diferentes dos modelos dedutivos do positivismo, é inegável uma profícua influência do pensamento positivista na economia. Especialmente levando-se em conta uma postura discursivamente anti-ontológica ou de neutralidade combinada com um formalismo (injustificadamente) acentuado.

Portanto, uma característica inequívoca dessa tradição positivista que definitivamente foi e ainda é razoavelmente influente na Economia é a decidida rejeição da ontologia ou a convicção em sua irrelevância científica. Essa é uma das principais preocupações da análise de Lukács do neopositivismo. A epígrafe citada de Hegel naquele capítulo (Lukács, 2012, p. 45) é alusiva ao vazio ontológico legado pelo positivismo às concepções posteriores: “Da mesma forma que há uma extensão vazia, há também uma profundidade vazia”. Além disso, a avaliação do autor é, em boa parte, a de que o vazio teórico deixado pelo positivismo é aproveitado pela religião, que é favorecida nesse contexto, pois deixa de fazer parte dos problemas ontológicos relevantes da sociedade (deixam de ser importantes quaisquer investigações dessa natureza), e assim suas crenças não precisam mais ser consideradas cientificamente verdadeiras ou falsas. Mas como portar noções ontológicas sobre o mundo não é uma questão opcional para as ciências ou religião, a ampliação da ontologia religiosa penetra no vazio deixado pela ciência.

Contudo, embora seja importante assinalar esses problemas para não descaracterizar o conjunto do argumento de Lukács, a observação feita neste trabalho sobre a religião é meramente indicativa de um dos problemas discutidos pelo autor e não constitui, portanto, uma parte central deste trabalho. A análise proposta é entre, genericamente, ciência e sociedade, o que é suficiente para atender ao tipo de investigação proposta por Bhaskar para o Realismo Crítico pois diz respeito a relações persistentes entre diferentes indivíduos e grupos, e a *relação entre os produtos dessas relações* (Bhaskar, 1979, p. 31). Aqui, o intercâmbio de interesse diz respeito, majoritariamente, à relação que ocorre entre o produto das relações da ciência (e suas práticas de pesquisa) e o produto das relações sociais (de produção capitalista). O fato de religião, ciência e vida estejam complexamente relacionados não significa que o estudo de uma ou mais de uma dessas estruturas exija a consideração simultânea e equitativamente distribuída de todas as outras. Como lembra Lukács (2012, p. 147, itálicos adicionados), “a despeito da complexidade dos elementos e complexos tanto internos como externos, cuja interação é determinada pelo fato e pelo modo de existir, pela duração etc. de uma estrutura, cada uma delas é e *permanecerá sendo irrevogavelmente única*”.

A princípio, então, como Lukács (2012, p. 49) indica, a crescente matematização da física é, por si só, um enorme progresso na metodologia científica. O problema decisivo que compromete esses avanços surge quando os cientistas precisam encarar teoricamente os resultados do reflexo matemático da realidade. Isto é, quando os pesquisadores precisam decidir quando uma abordagem matematizante é, ou não é, produtiva. Como é sabido, a postura predominante foi (e ainda é) aquela que confere à matemática o estatuto de instrumento interpretativo mais apropriado para o conhecimento científico ou até como única forma verdadeiramente científica de expressão. Lukács (2012) oferece, através de sua análise, os elementos necessários para compreender essa tomada de postura nas ciências em geral e, especialmente, na economia.

Em primeiro lugar, é preciso entender o que Lukács quer dizer com um reflexo matematizante da realidade. De forma mais generalizada, e tendo em mente os breves comentários sobre a categoria do trabalho na seção anterior, podemos dizer que o reflexo da realidade é um dos polos essenciais de qualquer prática humana, pois, o principal fundamento da práxis social é deriva da combinação de um reflexo mais exato possível da realidade (isto é, da apreensão da concretude da realidade pelo âmbito das ideias) com a realização orientada das forças e nexos de causalidade. Em síntese, o reflexo ou apreensão da realidade é um dos polos constitutivos da prática como Lukács a define. O outro polo é a ação orientada para um fim.

Um reflexo matemático é, portanto, uma apreensão da realidade em sua dimensão matematizável, quantitativamente definível.

Seguindo uma observação feita por Nicolai Hartmann<sup>40</sup>, citada por Lukács (2012, p. 49), e também Marx (2013, p. 113), toda determinação quantitativa é um montante de “alguma coisa”, com lógica e características próprias. E o substrato da quantidade sempre é uma premissa da determinação matemática, isto é, todo reflexo matemático de qualquer coisa da realidade deixa de fora um substrato, que é o lado qualitativo daquela coisa. Esse lado qualitativo envolve propriedades como densidade, pressão, trabalho, comprimento, extensão, etc. Em qualquer reflexo matemático, essas propriedades precisam ser suspensas da mesma maneira análoga a qual o valor de uso do corpo das mercadorias precisa ser abstraído para expressar trabalho humano abstrato.

Também pode-se oferecer um exemplo mais genérico, como faz Lukács. O autor, para mostrar como a matemática constitui uma forma de espelhamento (usado aqui como sinônimo de reflexo) correto das coisas por meio da sua dimensão quantitativa, exemplifica essa função por meio da representação de objetos como pessoas e árvores. Todas as árvores, assim como todas as pessoas, são singulares no sentido de é seguro afirmar que não há nenhum outro elemento exatamente igual a elas. Mas, afirmar a existência de quarenta pessoas ou cinquenta árvores significa homogeneizar corretamente esse número de elementos pelo que eles têm em comum (por isso as mercadorias são homogeneizadas por Marx em tempo de trabalho abstrato, que é o substrato do trabalho concreto empregado em cada mercadoria singular). Nesse caso de pessoas e árvores, o chamado substrato da quantidade seriam as características de cada pessoa e cada árvore. Mas um avanço nessa abstração, para que se possa aplicar a mais simples das operações matemáticas, a adição, afirmando assim que árvores e pessoas podem ser ontologicamente reduzidos à noventa seres vivos, já requer como resto a essência que diferencia pessoas e árvores.

Obviamente, o fato de que essa é uma abstração necessária para um reflexo matemático, que deriva necessariamente da dupla dimensão da determinação qualitativa (toda quantidade tem que ser quantidade de alguma outra coisa) não é ignorado por nenhum “físico inteligente” (Lukács, 2012, p. 49), e Lukács indica dois posicionamentos potenciais diante desse fato.

---

<sup>40</sup> Um filósofo de grande influência no pensamento de Lukács. No primeiro volume da Ontologia, Lukács dedica um dos quatro capítulos para Hartman, os outros dois são sobre Hegel e Marx. A divisão categorial usada por Lukács para os distintos níveis de ser (inorgânico, orgânico e social) e o caráter de ‘salto’ que constitui a transição entre eles é inspirada nos trabalhos de Hartman.

Em primeiro lugar, pode-se assumir uma atitude de produzir um reflexo (matemático) crítico da realidade, verificando ontologicamente, em cada caso, quando a expressão matemática abstrata pode ser corretamente aplicada para um respectivo objeto concreto – e aqui pode-se perceber aquela investigação ontológica proposta pelo autor e sublinhada na seção anterior e defendida amplamente defendida por Lawson.

A outra atitude, por outro lado, toma a expressão matemática como a melhor aproximação possível, a expressão semântica ideal de todo fenômeno cientificamente interessante. E esta é a atitude dominante nos autores analisados por Lukács, na segunda metade do século XX e por Lawson, nos “últimos oitenta anos ou mais” (Lawson, 2017). Questionamentos que não se encontram nesses limites, que sejam direcionados para a própria realidade são vistos como pseudoproblemas. A ciência, nessa concepção, age de maneira desinteressada em relação aos problemas de natureza ontológica, mas espera manipular (aplicar praticamente) uma expressão semanticamente correta dos fenômenos com que se depara (Lukács, 2012, p. 50).

Uma das consequências da continuada e persistente hegemonia dessa última atitude frente ao reflexo matematizante é, nas palavras de Lukács,

A negação por princípio de que da totalidade das ciências, de suas inter-relações, do intercâmbio recíproco entre seus resultados e da generalização de métodos ou resultados científicos possa surgir um reflexo apropriado da própria realidade, uma visão de mundo (LUKÁCS, 2012, p. 51-2).

Em outras palavras, quando a ontologia das coisas e dos problemas a serem investigados deixa de ser importante, também deixa de ser importante que as disciplinas do conhecimento científico constituam interpretações ontológicas da realidade (a única interpretação adequada é a matemática). Com isso, deixa de fazer sentido a possibilidade de que as ciências tomem umas às outras como ponto de referência para progredir conjuntamente com uma interpretação relativamente unificada da natureza e da sociedade. Ao contrário, a renúncia das questões ontológicas pelo método positivista teve como consequência a falta de referência para constituição das ontologias científicas específicas. Como, para repetir, nutrir pré-concepções ontológicas não é uma questão de escolha, as ciências estavam sujeitas à representações ontológicas não vistoriadas. Isto é, como lembra Dennett (1998, p. 21), “não existe ciência livre de filosofia; existe apenas ciência cuja bagagem filosófica é embarcada sem passar pela vistoria”.

Assim, em resumo, juntamente com os seus antecessores do positivismo, o neopositivismo<sup>41</sup> também renuncia a uma visão de mundo, mas agora negando estritamente a

---

<sup>41</sup> Com este termo Lukács denota as últimas figuras da tradição positivista (Duayer; Medeiros, 2005).

relação das ciências com a própria realidade. E como naquele momento a condição política da ciência já era bem diferente daquela dos tempos medievais, quando o poder eclesiástico de submeter a ciência à sua própria concepção de mundo, o problema da ontologia parece poder ser decidido por cada disciplina particular. Ou seja, considerando o problema em sua forma abstrata, a decisão de ontologicamente orientar as conquistas do conhecimento ou negar sua cientificidade está sob os próprios desenvolvimentos da filosofia e da ciência.

Contudo essa autonomia, afirma Lukács, existe apenas na imediatez. Na realidade, a ciência nunca é completamente autônoma no sentido de que sua metodologia ou conteúdo pode sempre ser determinado por um desenvolvimento automático, interno, decidido pela própria ciência. De fato, o autor lembra que não é possível separar a posição geral de finalidades das ciências e a sua resolução específica de cada necessidade social dominante, ou como Lukács a chama, de uma respectiva missão social.

Na realidade, nem a religião nem a ciência nem a filosofia constituem formações completamente autônomas, dotadas de legalidade própria, de modo que tanto sua metodologia quanto seu conteúdo sejam sempre determinados com exclusividade por seu automático desenvolvimento. Todas as três possuem simultaneamente um caráter social, não sendo possível que suas posições de finalidade e seus modos de efetivação sejam de todo independentes da missão social que, nos respectivos períodos de sua atividade, sustenta-se nas aspirações da classe dominante; o impacto de importantes movimentos de oposição sobre a missão social subentende poderes e legalidades sociais similares (LUKÁCS, 2012, p. 52-3).

Desta forma, Lukács destaca que também a metodologia da ciência pode ser alvo das influências de classe, mesmo que de forma não-linear e indireta. Com a negação da investigação ontológica, o neopositivismo cumpriu apenas a tarefa de estimular aquelas tendências pragmáticas previstas por Quine – desde que o ‘em si’ foi declarado teoricamente inalcançável, a teoria do conhecimento ou epistemologia tornou-se autônoma no sentido de que as proposições precisam ser classificadas como certas ou erradas *independentemente de sua consistência com o objeto em si*. Embora considerado teoricamente inalcançável, as representações gerais a respeito da sociedade sempre foram disputadas. Com o pragmatismo, a ciência deixa de avaliar criticamente a influência prática que as relações sociais indiretamente (ou diretamente, no caso do Macartismo, por exemplo) exercem.

A classificação dos enunciados, como não é mais resolvida em termos da retidão ontológica do reflexo, é respondida, imediatamente, do ponto de vista da práxis imediata, o que não garante, como destacamos na seção anterior, que a resposta seja apropriada, pois ontologias equivocadas podem servir para execução de um âmbito mais imediato de práticas.

Em resumo, o positivismo, ao presumidamente se afastar de qualquer interpretação ontológica, seja ela considerada materialista-objetiva ou idealista-subjetiva, pretendia mostrar

a possibilidade de um conhecimento ontologicamente neutro e, portanto, puramente científico. Com o neopositivismo, os desenvolvimentos da matemática deixam de ser criticamente empregados para ampliar o suposto campo de neutralidade positivista. Assim, o neopositivismo protagonizou um projeto de unicidade da ciência através do caráter matemático. Enquanto esforço de unicidade da ciência, Lukács avalia como importante o projeto positivista e neopositivista, porém, ele também destaca que a unidade proposta é aquela que problemáticamente toma como ponto de partida o entendimento da coisa em si para dele desenvolver sofisticados reflexos quantitativos. Como o entendimento da coisa não é mais um objetivo, mas sim, os reflexos que permitem a manipulação dos fenômenos, pode-se dizer que Lukács identifica o mesmo problema a que se refere o Realismo Crítico com a falácia epistêmica, pois os problemas de natureza ontológica passam a ser tratados como se a resolução pudesse ser epistemológica.

Esse problema não é facilmente compreendido e, em decorrência disso, resolvido, em parte por conta da capacidade de fácil combinação de duas tendências do conhecimento. A primeira dessas tendências do conhecimento é aquela dos resultados generalizáveis da práxis, e a outra aquela dos resultados imediatos. Como elas se combinam muito fácil, também é fácil que resultados práticos imediatos dentro de determinados campos sejam inadvertidamente generalizados e, com isso, amplia-se o espaço para resultados práticos dentro do âmbito de teorias falsas. No positivismo, como o controle prático dos fenômenos (sua manipulação, nos termos de Lukács) é elevada a diretriz da construção de conhecimento, a tendência às falsas generalizações, que deveria ser controlada pela ciência, é estimulada, resultando num quadro em que a realização da prática imediata fica convertida em dogma.

Em síntese, nas palavras de Lukács,

Como já é visível até aqui, a ciência contemporânea não é mais simplesmente um objeto do irresistível desenvolvimento social no sentido da manipulação generalizada, mas participa ativamente de seu aperfeiçoamento, de sua imposição generalizada (LUKÁCS, 2012 p. 46)

O autor afirma que como as “causas sociais [da crise científica que configura a ascensão do neopositivismo] apresentam-se como extremamente divergentes” (2012 p. 45), ele se limita a enumerar alguns de seus componentes externos e internos mais fundamentais. À primeira vista, as considerações de Lukács sobre o período de maior ascensão do neopositivismo se revelam muito parecidas com as de Lawson, pois relata uma série de eventos políticos que presumidamente exerceram um efeito similar ao que descreve Lawson sobre o ambiente a partir do modelo PVRs. Lukács cita, por exemplo, “em primeiro plano as duas guerras mundiais, a Revolução Russa de 1917, o fascismo [que, entre outras coisas, obrigou muitos matemáticos a

emigrar para os EUA, como Lawson (2003) relata], o desdobramento stalinista do socialismo na União Soviética, a Guerra Fria e o período do terror atômico” (LUKÁCS, 2012 p. 45).

Porém desejamos chamar a atenção para o fato de que Lukács enfatiza a relação existente entre a vida social e a produção científica de conhecimento. Em síntese, todos os elementos destacados até aqui servem para defender que esse elemento crucial e contínuo não pode ser teoricamente menosprezado quando se deseja compreender as práticas criticadas em sua relação com a totalidade social:

Do ponto de vista de uma ontologia do ser social, talvez o mais importante seja aquela ininterrupta interação que tem lugar entre teorias ontológicas e práxis cotidiana. A missão social – em geral não expressa, raramente formulável, mas na maioria das vezes bastante inequívoca em seu “sim” ou “não” – que daqui ascende às esferas “superiores” modifica com muita frequência as noções sobre ontologia proclamadas pela filosofia ou pela religião, e não só as noções sobre o ser social, mas igualmente sobre a imagem geral do mundo (LUKÁCS, 2012, p. 30).

Assim, e infelizmente em termos ainda muito genéricos, destacamos, por fim, que o desenvolvimento dos métodos largamente discutidos neste trabalho não são dominantes unicamente por motivos teóricos ou por eventos isolados. Uma causa fundamental da sua crescente reprodução é a extrema compatibilidade que esses métodos têm com o aumento da produtividade do trabalho, com as necessidades capitalistas de regulação do consumo. Como afirma Lukács, “disso resulta a necessidade econômica da manipulação cada vez mais sofisticada do mercado, desconhecida tanto na época do livre-comércio quanto no início do capitalismo monopolista” (2012, p. 46).

Embora essas necessidades tenham se revelado de maneira excepcionalmente forte no período histórico indicado por Lawson e Lukács, somente a partir da concepção deste último é possível compreender de maneira sistemática a contínua influência que essas relações capitalistas têm nos métodos matemático-dedutivos. Pois uma ciência econômica presumidamente axiologicamente neutra, tecnicamente sofisticada e ontologicamente equivocada ainda é socialmente demandada por um enorme conjunto de forças econômicas.

Apesar de reservar total acordo com o alerta de Lukács (2012, p. 46-7), de que “seria falso circunscrever esse papel ativo à sociologia e economia”, sua performance decisiva é um fato incontestável – um exemplo da prejudicial influência científica que têm as relações sociais capitalistas (de produção crescente) é predominância de critérios econômicos sobre decisões feitas em face de uma crise ambiental que, como muitos especialistas demonstram, representa uma clara ameaça à todas as formas de vida.

Com essa breve apresentação de alguns dos argumentos da crítica ontológica de Lukács ao neopositivismo, espera-se ter fornecido uma base para o desenvolvimento de uma crítica

ontológica dos métodos do *mainstream*. Parece razoável argumentar que o comprometimento ou aceitação de algumas noções positivistas estão em consonância com um conhecimento científico simultaneamente capaz de aplicar o reflexo matemático homogeneizante (novamente, um importante desenvolvimento metodológico por si só) e, ao mesmo tempo perseguir a posição de finalidades de uma missão social dominante. E, de forma crucial, essa missão social perseguida pela classe dominante é facilitada pelo preenchimento pragmático do espaço que seria reservado à investigação ontológica. No atual estado, limitada, nossa contribuição cumpre apenas o propósito de defender que abordagens radicais – não apenas as Marxistas – dos métodos do *mainstream* podem produtivamente buscar revelar as reais, intrínsecas causas da persistência com esse tipo de prática, apesar das abundantes críticas lógicas já existentes.

## CONCLUSÃO

Neste trabalho de conclusão, nosso objetivo principal foi analisar a crítica feita pelo autor britânico Tony Lawson aos métodos dedutivistas ou matemático-formalistas que caracterizam a maior parte da pesquisa feita em Economia. A hipótese que levantamos inicialmente era a de que o autor não realizava uma crítica ontológica dos métodos que criticava. Isso é problemático pois esse tipo de crítica é fundamental à concepção teórico-filosófica da qual o autor faz parte, o Realismo Crítico. Ao final da análise foi possível confirmar que Lawson indica elementos muito importantes para entender a ascensão do projeto matematizante na Economia, mas o autor *não realiza uma crítica ontológica completa* dessas concepções. Em geral, esse caráter incompleto está diretamente relacionado ao tipo de abstração feita por Lawson, que isola (em determinado nível, por abstração) as práticas teóricas da academia (especificamente em Economia) e acaba por ofuscar a conexão desse tipo de prática com outras práticas relevantes na sociedade como um todo.

Para se chegar a esse resultado foi preciso, em primeiro lugar, defender que a crítica feita por Lawson ao dedutivismo a partir do Realismo Crítico é válida e pertinente. No primeiro capítulo do trabalho mostramos argumentos de autores relevantes que poderiam ser usados como ponto de apoio para rejeitar a crítica de Lawson. Naquele capítulo foi possível concluir os argumentos daqueles autores em nada são capazes de rejeitar a crítica metodológica feita por Lawson. Ao contrário, a interpretação dos textos revelou que a disciplina se encontra num quadro que torna a crítica metodológica uma tarefa urgente. Com Hausman foi visto que o método dedutivista inspirado em Mill é capaz de proteger teoricamente os axiomas da economia. Com Colander foi visto que apesar de (discutivelmente) aberta a hipóteses

substantivas diferentes, o *mainstream* da economia é definitivamente inflexível quanto à necessidade expressa de modelagem formal. Ao final do primeiro capítulo, mostramos como esse tipo de prática subentende noções muito equivocadas sobre a realidade social que ela se propõe a analisar, isto é, as práticas dedutivistas de pesquisa precisam supor que o mundo real pode ser compreendido como uma coleção de sistemas fechados onde ocorrem conjunções constantes de eventos.

Em segundo lugar, foi preciso identificar nos textos de Lawson aquelas interpretações para explicar a persistência dos métodos dedutivistas ou matemático-formalistas. Contudo, antes disso mostramos através dos textos de Bhaskar como uma crítica do tipo ontológica, isto é, que mostra a necessidade social das ideias que rejeita, é importante. Após defender que essa crítica é crucial, mostramos em Lawson (1997) um primeiro esforço para entender as razões de existir do dedutivismo. Nesse livro, avaliamos a abordagem como ainda muito incipiente, excessivamente calcada em constatações a respeito das individualidades dos economistas. No segundo livro do autor (Lawson, 2003) foi encontrada uma versão muito mais esquematizada para explicar a tendência matematizante. Nesse livro, Lawson desenvolve um modelo de explicação inspirado na biologia (segundo o autor, compatível com o modelo transformacional) para fornecer uma resposta para o “enigma” ou “quebra-cabeças” da ascensão e dominância das práticas de pesquisa dedutivistas. Ao fim daquele segundo capítulo, mostramos como, apesar da explicação sistematizada e parcialmente elucidativa, o autor não foi capaz de fazer uma crítica ontológica completa. Isso se deveu, principalmente, pela incapacidade de conceber a ciência econômica como parte integrante de um sistema de produção capitalista.

No terceiro capítulo, procuramos mostrar, ou ao menos delinear parâmetros para uma explicação dessa natureza. A partir de duas seções no terceiro capítulo baseadas, principalmente, em dois capítulos do filósofo marxista György Lukács, procurou-se mostrar como uma interpretação crítica dos métodos dedutivistas poderia levar em conta seu caráter sistêmico. Na primeira seção indicamos que a ciência, enquanto complexo que surge e permanece conectada à existência especificamente social, com suas necessidades e finalidades, jamais poderia ser considerada separadamente. O intercâmbio da ciência com as concepções ontológicas (não-científicas) da sociedade não permite que um objeto como as práticas de pesquisa em economia seja considerada como estrutura auto-suficiente. Além disso, mostramos (ainda que de maneira panorâmica, superficial) como Lukács dirige argumentos críticos ao neopositivismo sem perder de vista a relação dessa corrente com as necessidades sociais da classe dominante no sistema capitalista.

Assim, parece-nos lícito afirmar que o objetivo proposto pôde ser cumprido. A relevante crítica de Lawson apresenta o problema de não compreender adequadamente a razão pela qual os métodos do *mainstream* são insistentemente reproduzidos. Se o direcionamento alcançado no terceiro e último capítulo estiver correto, isto é, se as práticas dedutivistas forem a expressão científica das necessidades modernas das relações capitalistas de acumulação, então o combate às práticas dedutivistas deve ser também um combate às relações capitalistas de produção. Ou seja, não é concebível uma ciência livre desse tipo equivocado de prática e simultaneamente cercada por necessidades (im)postas por relações sociais capitalistas. Em última análise, os resultados obtidos no trabalho parecem indicar para uma situação que, no melhor dos casos, é ainda muito mais ampla e de difícil resolução do que parece supor Tony Lawson.

## REFERÊNCIAS

- ARCHER, M.; BHASKAR, R.; COLLIER A.; LAWSON, T.; NORRIE, A. **Critical Realism: Essential Readings**. London: Routledge, 1998, 745 p.
- BACKHOUSE, Roger E. Should We Ignore Methodology? In: **Royal Economic Society Newsletter** v.78 p .4–5, 1992.
- BHASKAR, Roy. **A Realist Theory of Science**. London, New York: Routledge, 2008 [1975] 310 p.
- \_\_\_\_\_, Roy. Societies. In: **The Possibility of Naturalism: A Philosophical Critique of the Contemporary Human Sciences**. London, New York: Routledge 1998 [1979], pp. 25-70
- BROWN, Andrew. Critical realism in social research: approach with caution. *Work, Employment and Society*, v. 28, No 1, 2013, pp. 112-123,
- BROWN, Andrew; SLATER, Gary; SPENCER, David A. Driven to abstraction? Critical realism and the search for the ‘inner connection’ of social phenomena. *Cambridge Journal of Economics*, Vol. 26, No. 6, pp. 773-788, 2002.
- CALDWELL, Bruce. *Beyond positivism: economic methodology in the twentieth century*. Londres: George Allen & Unwin, 1982, 298 p.
- COLANDER, David et al. The financial crisis and the systemic failure of the economics profession. **Critical Review**, v. 21, n. 2-3, 2009, p. 249-267.
- COLANDER, David; ROSSER, Barkley; HOLT, Richard. The changing face of mainstream economics. **Review of Political Economy**, v. 16, n. 4. 2004. pp 485-499.
- COLLIER, A. **Critical Realism. An Introduction to Roy Bhaskar’s Philosophy**; London: Verso, 1994, 286 p.
- DAVIS, John. Heterodox Economics, the Fragmentation of the Mainstream, and Embedded Individual Analysis. In: **Future Directions for Heterodox Economics**. Eds. John Harvey and Robert Garnett. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2008, pp. 53-72
- DENNETT, Daniel Clement. **A perigosa ideia de Darwin: a evolução e os significados da vida**. Rocco, 1998.
- DUAYER, Mario; MEDEIROS, João Leonardo; e PAINCEIRA, Juan Pablo. “A miséria do instrumentalismo na tradição neoclássica”, **Estudos econômicos**. São Paulo: FIPE, v.31, n.4, out./dez, 2001.

- DUAYER, Mario; MEDEIROS, João Leonardo. 7 ‘Under-labouring’ for ethics: Lukács’ critical ontology. **Contributions to Social Ontology**, v. 15, p. 102, 2007.
- \_\_\_\_\_, Mario; MEDEIROS, João Leonardo. Lukács’ critical ontology and critical realism. **Journal of Critical Realism**, v. 4, n. 2, p. 395-425, 2005.
- DUAYER, Mario. Economia depois do relativismo: crítica ontológica ou ceticismo instrumental. In: **Anais do VIII congresso de Economia Política**, Florianópolis. 2003.
- EAGLETON, Terry. **Ideology: an introduction**. London: Verso, 1991.
- EDWARDS, P., O’MAHONEY, J., VINCENT, S. (Eds.). **Studying Organizations Using Critical Realism: A Practical Guide**; Oxford: University Press, 2014
- FEYERABEND, Paul. **Against Method: Outline of an Anarchistic Theory of Knowledge** New Left Books, 1975.
- FUCIDJI, José Ricardo. **Realismo Crítico e Teoria Econômica: Quatro ensaios sobre Metodologia Econômica**. Tese de doutorado, 231 pp., Unicamp. Campinas 2012
- FULLBROOK, Edward (Ed.). **Ontology and Economics: Tony Lawson and his critics**. London: Routledge, 2008.
- HODGSON, G. The Problem of Formalism in Economics. In: **Economics in the Shadows of Darwin and Marx. Essays on Institutional and Evolutionary Themes**; Cheltenham: Edward Elgar, 2006
- HODGE, Duncan. Review of Ontology and economics: Tony Lawson and his critics (ed.) Edward Fullbrook. London: Routledge. **Erasmus Journal for Philosophy and Economics**, v. 4, n. 2, Autumn 2011, pp. 123-9
- HAUSMAN, Daniel M. The inexact and separate science of economics. London: Cambridge University Press, 1992
- HAHN, Frank. Answer to Backhouse: Yes. In: **Royal Economic Society Newsletter 78: 5**, 1992.
- HANDS, D. Wade. **Reflection without rules: economic methodology and contemporary science theory**. Cambridge University Press, 2001.
- KUHN, Thomas S. **The Structure of Scientific Revolutions**. The University of Chicago Press, 1970 [1962].
- LAKATOS, Imre. **The methodology of scientific research programmes**. Cambridge University Press, 1978.
- LAWSON, Tony. A realist theory for economics. In: **New directions in economic methodology**, pp. 257-85, 1994a.

- \_\_\_\_\_, Tony. Why are so many economists so opposed to methodology? **Journal of Economic Methodology**, vol. 1, no. 1, junho, pp. 105-133, 1994b.
- \_\_\_\_\_, Tony. **Economics and Reality**. London, New York: Routledge, 1997, 364 p.
- \_\_\_\_\_, Tony. **Reorienting Economics**. London, New York: Routledge, 2003, 411 p.
- \_\_\_\_\_, Tony. What is this ‘school’ called neoclassical economics?. **Cambridge Journal of Economics**, Vol. 37, No. 5, 2013, pp. 947-983.
- \_\_\_\_\_, Tony. What is wrong with modern economics, and why does it stay wrong? **Journal of Australian Political Economy**, No 80, pp. 26-42, 2017.
- \_\_\_\_\_, Tony. Beyond Deductivism. In: **Research in the History of Economic Thought and Methodology**, v. 36A, 04 May 2018, pp. 19-36.
- LUKÁCS, György. Neopositivismo. In: **Para uma ontologia do ser social, vol. I**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012, pp 32-89.
- \_\_\_\_\_, György. O Trabalho. In: **Para uma ontologia do ser social, vol. II**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013, pp. 41-158.
- \_\_\_\_\_, György. **Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins**. Erster Halbband; Luchterhand: Darmstadt, 1984.
- MARTINS, M. V. **Marx, Espinosa e Darwin: pensadores da imanência**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**, Livro I. São Paulo, Boitempo Editorial, 2013
- MARX K., ENGELS F. **The Holy Family or Critique of Critical Critique** / Trans. by R. Dixon; Moscow: Foreign Languages Publishing House, 1956
- MEDEIROS, João Leonardo. **A Economia diante do horror econômico: uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica**. Niterói: UFF, 2013.
- MIROWSKI, Philip E. **Machine Dreams**. Cambridge: Harvard university Press, 2002.
- MONFARDINI, R. O Capital e a Crítica Ontológica. In: **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, 2016, n. 43, p. 136-159.
- NERIS, Celso; FUCIDJI, José R. A tese de performatividade e o ambiente das ideias: o papel dos modelos formais em economia. **Nova Economia**, v. 26, n.1 pp. 123-146, 2016
- PAJAK, Jan. **Signal processing in the “Zhang Heng Seismograph” for remote sensing of impending earthquakes**. 1st International Conference on Sensing Technology November 21-23, 2005 Palmerston North, New Zealand disponível em: <http://seismoscope.allshookup.org/remote-sensing-of-earthquakes.pdf>

- PEACH, J. Hamiltonian and Teleological Dynamics a Century after Veblen. **Journal of Economic Issues**, v. 37, n. 1, 2003, pp. 123-32.
- QUINE, W. V. Main Trends in Recent Philosophy: Two Dogmas of Empiricis. **The Philosophical Review**, v. 60, n. 1, 1951, pp. 20-43. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2181906>. Acessado em 30/09/2018
- RUBIN, Isaac I. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014
- RUI, Feng & YUXIA, Wu. Zhang Heng's Seismoscope: Its Emergence. **Earthquake Research in China**, v. 28, n. 1, 2014.
- SCHRECKER, Ellen. **Broadside for the Trump Era: McCarthyism 1947–1960**. Disponível em: <https://www.versobooks.com/blogs/3681-broadside-for-the-trump-era-mccarthyism-1947-1960?>> Acesso em: 17/01/2019.
- WEINTRAUB, E. Roy. **McCarthyism and the Mathematization of Economics**. *Journal of the History of Economic Thought*, v. 39, n. 4, 2017, pp. 571-597.